



Congresso Internacional de
Neurociências e Aprendizagem

**Brain
Connection**
ONLINE OFICIAL



**Brain
Connection**

EBOOK III
**BRAIN
CONNECTION 2022**

7º CONGRESSO INTERNACIONAL
DE NEUROCIÊNCIA E APRENDIZAGEM

Eixos Envelhecimento; Família; Gestão.





CONGRESSO INTERNACIONAL DE NEUROCIÊNCIA E APRENDIZAGEM

BRAIN CONNECTION BRASIL 2022

NEGLIGÊNCIA E INCLUSÃO: IMPLICAÇÕES
EDUCACIONAIS PARA UM PROCESSO INCLUSIVO
MAIS EFICAZ

21 E 26 DE NOVEMBRO DE 2022
ONLINE - PRESENCIAL



**Brain
Connection**

ENVELHECIMENTO

FAMÍLIA

GESTÃO



**Brain
Connection**



EIXO

ENVELHECIMENTO

COORDENAÇÃO DE EIXO

JÚLIA EUGÊNIA GONÇALVES

WWW.BRAINCONNECTION.COM.BR

[@BRAINCONNECTIONBRASIL](https://www.instagram.com/BRAINCONNECTIONBRASIL)



Brain
Connection



**Brain
Connection**

APRESENTAÇÃO

Esta obra significa um esforço dos organizadores do Brain Connection 2022 em trazer à discussão o tema do envelhecimento humano, que se apresenta hoje como um desafio para a sociedade.

Contempla estudos que foram objeto de apresentação oral no Congresso, ampliando, desta maneira, o alcance de seu impacto diante da comunidade científica.

Cada um dos autores possui competência comprovada em seus respectivos temas, abordando-os a partir de suas perspectivas epistemológicas.

Ao todo, a obra é composta por sete artigos. No primeiro deles Denise Ceroni aborda o tema da aprendizagem em pessoas maduras e idosas a partir das contribuições de Paulo Freire e de Peter Jarvis.

No segundo artigo temos a contribuição de Jalmiris Regina Oliveira Reis Simão, que nos brinda com um estudo a respeito da _EJA_ Educação de Jovens e Adultos, demonstrando sua feição emancipatória e democrática no contexto do sistema educacional brasileiro.

Já o terceiro, escrito por Júlia Eugênia Gonçalves, coordenado deste eixo no Congresso, há a presença da Psicopedagogia, área de conhecimento e de atuação que se volta, na atualidade, para o adulto e o idoso, contemplando estudos e ações sobre o processo de aprendizagem deste público.

O quarto texto é de autoria de Silvana Cracasso e traz as contribuições da teoria da modificabilidade cognitiva estrutural pela experiência da aprendizagem mediada criadas por Reuven Feuerstein, elucidando sua aplicabilidade em casos de pessoas acometidas pelo mal de Alzheimer, em sua versão leve.

Como tema do quinto artigo, escrito por Zionel Santana, o trabalho voluntário é abordado, trazendo uma reflexão sobre o incentivo e os benefícios do idoso na prática do trabalho voluntário na comunidade.

O sexto texto traz a marca de Terezinha Richartz com uma análise da interseccionalidade gênero, classe social, raça/etnia e envelhecimento.

O sétimo e último artigo é uma abordagem do etarismo feita por Maria Eliane Catunda, buscando aprofundar a compreensão sobre as expressões do etarismo e seu impacto na saúde física e mental de idosos, bem como sobre sua influência no processo de exclusão deste segmento de população e contribuir para a discussão deste conceito no cenário brasileiro.

Contribuir para a divulgação deste tema foi o compromisso inicial deste grupo de autores, que mantém estreita relação com suas áreas de formação e conhecimento, possibilitando, desta maneira, que a temática do envelhecimento populacional no Brasil e no mundo possa ser objeto de estudos que complementem as ideias e ideais aqui contemplados.

Desejamos aos leitores, bom proveito!

Júlia Eugênia Gonçalves

APRENDER É TUDO!

A ARTICULAÇÃO ENTRE FREIRE E JARVIS

INTRODUÇÃO
A PESQUISA
IMPACTOS OBSERVADOS
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESPECIFICIDADES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

INTRODUÇÃO
REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
OS SUJEITOS DA EJA
CONSIDERAÇÕES FINAIS
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APRENDIZAGEM DURANTE TODA A VIDA: APRENDER SEMPRE!

INTRODUÇÃO
DADOS DEMOGRÁFICOS
O ENVELHECIMENTO
CONCLUSÃO
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ETARISMO: CUIDADO E EXCLUSÃO

INTRODUÇÃO
OBJETIVOS
DISCUSSÕES
EFEITOS E IMPACTOS
PROPOSIÇÕES
CONCLUSÃO
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

USO DA TEORIA DA MODIFICABILIDADE COGNITIVA PELA EXPERIENCIA DE APRENDIZAGEM MEDIADA PARA REABILITAÇÃO COGNITIVA EM ALZHEIMER LEVE: REVISÃO DE LITERATURA.

RESUMO
INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA
PROBLEMA E OBJETIVOS
PROCEDIMENTO
RESULTADOS E DISCUSSÃO
CONCLUSÃO
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INTERSECCIONALIDADE GÊNERO, CLASSE SOCIAL, RAÇA/ETNIA E ENVELHECIMENTO

INTRODUÇÃO
A INTERSECCIONALIDADE INFLUENCIANDO NAS OPORTUNIDADES
EFEITOS DOS PAPÉIS SOCIAIS DE GÊNERO NO ENVELHECIMENTO
CONCLUSÃO
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

O IDOSO COMO SUJEITO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA
A PRÁTICA DO TRABALHO VOLUNTÁRIO NA TERCEIRA IDADE
A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE EM PROCESSO
PONTOS IMPORTANTES SOBRE O TRABALHO VOLUNTARIO NA TERCEIRA IDADE
CONCLUSÃO
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**APRENDER É TUDO!
A ARTICULAÇÃO ENTRE FREIRE E JARVIS**

Dr^a Denise Costa Ceroni

“Paradoxalmente, apesar de tudo que sabemos e tudo que aprendemos, gastaremos o resto das nossas vidas aprendendo a sermos nós mesmos -pessoas na sociedade”.

Peter Jarvis

O presente artigo tem como inspiração uma ação extensionista realizada com um grupo de pessoas adultas maduras e idosas em uma IES- Instituição de Ensino Superior, na cidade de Porto Alegre, RS. É um compilado da tese de doutoramento da autora, realizada e defendida na UFRGS-Universidade do Rio Grande do Sul (2017), sob a orientação do professor Dr. Johannes Doll, com o título “Aprender é tudo!” Os Significados da Aprendizagem e da Não Aprendizagem de Adultos Maduros e Idosos. Destarte, enseja provocar a reflexão sobre a aprendizagem e a educação de adultos maduros e idosos, nas perspectivas teóricas de Paulo Freire e Peter Jarvis, bem como conhecer e compreender o significado que esses adultos maduros e idosos atribuíam às suas aprendizagens e como percebiam os elementos da não aprendizagem. O cenário pesquisado foi um grupo extensionista composto por pessoas adultas maduras e idosas que participavam ativamente de oficinas pedagógicas ofertadas gratuitamente.

Portanto, esta escrita está alicerçada nos pressupostos de duas teorias construídas sobre a aprendizagem e o conhecimento de pessoas adultas, respectivamente por Peter Jarvis e Paulo Freire. Os referidos autores, Jarvis e Freire, desenvolveram práticas comprometidas com a educação e a formação de adultos, quer seja nos processos de alfabetização ou na formação profissional. Ambos realizaram pesquisa com adultos, produziram inúmeros artigos e livros, participaram de congressos em diferentes partes do mundo, são dois pesquisadores e teórico-práticos referências no mundo ocidental.

Vale lembrar que em 2013, 14% da população mundial idosa tinha mais de 80 anos e, para 2050, está estimado que 19% da população ultrapasse a marca dos 80 anos de vida, ou seja, estabeleceu-se uma nova dinâmica demográfica e social no mundo. Conforme os dados do ILC- Brasil Centro Internacional de Longevidade Brasil, um dos marcos do século XX é a longevidade. Entretanto, para os países em desenvolvimento como o Brasil, a população envelhece antes mesmo de alcançar estabilidade econômica, não bastasse isso, a população envelhece sem encontrar as cidades adaptadas às suas necessidades, tornando a longevidade uma preocupação constante para a sociedade.

É previsto para o ano de 2050 que 21% da população mundial estará acima de 60 anos, ou seja, mais de dois bilhões de pessoas, superando o número de jovens abaixo dos 15 anos. Urge que a sociedade desenvolva novas formas de compreender e viver todas as etapas da vida humana. Para Cachioni (2003) a educação desempenha um papel central em qualquer projeto de mudança de atitudes em relação à velhice. Porém, vale ressaltar que a educação não deve ser a única a se responsabilizar por mudanças tão profundas e necessárias nos modos de viver.

A ação extensionista referenciada ficou caracterizada pela presença ativa da comunidade que circunstanciava o bairro e que vinha em busca de conhecimento e das oportunidades oferecidas pelas oficinas pedagógicas, no turno da tarde. Muitas dessas pessoas haviam frequentado a escola, em suas infâncias, por um breve período devido as condições socioeconômicas a que estavam submetidas. Outras pessoas, haviam realizado a escolarização primária, ou seja, os quatro anos iniciais do antigo sistema de ensino brasileiro. Por questões institucionais ficou estabelecido que a ação extensionista seria destinada as pessoas adultas com mais de 50 anos de idade com o propósito de desenvolver a cidadania e exercer a responsabilidade social.

Não havia um projeto estabelecido, pois havia a convicção de promover um espaço de acolhimento e escuta a comunidade e, a partir disso, oferecer oficinas pedagógicas que atendessem às demandas da comunidade. Existia nesse movimento de chegada da comunidade, o desejo de aprender, inclusive de aprender a ler e escrever, de manter-se atualizado, de conviver com seus pares, de pertencer.

Importante ressaltar que a ação extensionista como se configurou nasceu do desejo da comunidade do entorno em aprender a ler e a escrever e melhorar a escrita para os alfabetizados, à medida que as pessoas chegavam ao grupo (em geral, trazidas por um vizinho ou amigo) novas energias moviam o grupo, que passou a ser denominado de *Revivendo a Vida*. Claramente uma alusão ao tempo presente que viviam nas salas de aula, nos laboratórios, nas saídas de campo, nos corredores da instituição, nas relações entre eles, com os jovens monitores e com os professores. Por isso, é possível afirmar o que instigou a ação extensionista foi conhecer e compreender o significado que os adultos maduros e idosos atribuíam às suas aprendizagens e os elementos da não aprendizagem na participação das oficinas oferecidas ao grupo através de monitores, professores e voluntários.

A escolha pela metodologia de oficinas se deu pela convicção pedagógica de que elas demandam atividades práticas e coletivas promovendo a interação e a construção de novos conhecimentos. Para tanto, observar diferentes momentos do grupo em diferentes oficinas, realizar e analisar as entrevistas abertas em profundidade com os participantes tornou possível conhecer melhor cada integrante, seus sonhos, desejos, medos...à luz desse rico material foi possível identificar as aproximações com as teorias de aprendizagem e de conhecimento de Peter Jarvis e Paulo Freire. No cerne de toda a ação extensionista esteve a aprendizagem como uma potência para viver o processo de envelhecimento em um grupo de convivência.

Ao afirmar que aprender é uma necessidade humana percebia-se no grupo o empenho e a alegria ao compreender que os encontros contemplavam a construção de novos conhecimentos, como também, a ressignificação de antigos saberes. É sabido que ao longo do tempo, diversos campos do conhecimento têm buscado investigar como e por que as pessoas aprendem. Os avanços tecnológicos e as pesquisas em diferentes áreas das ciências têm contribuído para as mudanças conceituais em relação a aprendizagem humana. Há bem pouco tempo, as pessoas idosas se conformavam com o que sabiam e não buscavam novas experiências educativas. De acordo com Bridi:

Aprendizagem refere-se às relações, envolve conexões que se estabelecem em diferentes dimensões, sejam elas no campo neural ou interacional; seja de ordem do conhecimento objetivo ou de efeitos subjetivos. Em um movimento que se retroalimenta continuamente, vamos ressignificando nossos modos de ser no mundo. No encontro e na convivência com os demais, nos constituímos àqueles com os quais convivemos. (BRIDI, 2016, p.15)

Em livre tradução, pode-se afirmar que para Peter Jarvis a aprendizagem é um processo pessoal, é um processo tanto existencial quanto experimental, é um produto da vida consciente, ou seja, as pessoas constroem sua própria biografia sempre que aprendem. A aprendizagem ocorre na intersecção entre o lado pessoal e o lado social/cultural e, potencialmente, onde há conflito entre a expectativa dos indivíduos do que perceberão em uma experiência, e do que realmente perceberam, conforme constroem suas próprias experiências. A inovação em Jarvis é a discussão de um novo conceito na compreensão sobre a aprendizagem, o conceito de disjunção. Para ele (2009) a disjunção está intimamente ligada ao processo de aprendizagem, pois ocorre sempre em que a harmonia entre a pessoa e o seu mundo foi interrompida, e a relação entre a compreensão atual e a experiência (agora) precisa ser estabelecida ou restabelecida. Por isso, a aprendizagem é o processo de existir no mundo. No âmago de toda a aprendizagem não está somente o que é aprendido, mas o que o aprendiz está se tornando, ou seja, o que e como está aprendendo, e isso tudo como resultado de ações e de pensamentos e de sentimentos...

Então, nesse sentido aprender é um processo de estar no mundo, a pessoa como um todo no mundo-vida, humanos no mundo e o mundo neles. Peter Jarvis refere à expressão disjunção para as novas experiências, seria a dissonância do self com o mundo, um desequilíbrio. Mas não o desequilíbrio postulado por Piaget. A disjunção pode ser entendida como uma força motivacional para a aprendizagem, uma necessidade que tem que ser suprida, como uma sede que tem que ser saciada. Portanto, aprender no íntimo de cada ser humano é um processo constante. E é na intersecção de cada pessoa com o seu mundo que vai se deparar com a oportunidade de aprender. Mas será que todos percebem essa oportunidade?

Portanto, para Peter Jarvis a aprendizagem é a transformação da experiência em conhecimentos, habilidades e atitudes, mas não é só isso. A aprendizagem humana durante toda a vida é uma combinação de processos em que a pessoa como um todo – corpo (genética, físico, biológico) e mente (o conhecimento, as habilidades, as atitudes, os valores, as emoções, as crenças e os sentidos) vivenciam uma situação social cujo conteúdo é então transformado cognitivamente, emocionalmente ou de forma prática (ou através de qualquer combinação) e integrado na biografia individual da pessoa, resultando em uma pessoa mais experiente e modificada. Portanto vale ressaltar que Jarvis inclui o corpo como um elemento importante para a aprendizagem humana! E como construir a relação com o corpo que envelhece se modifica ao longo do tempo, em uma sociedade que cultua a juventude e corpos jovens?

A teoria de Peter Jarvis convida a reflexão e a ruptura de alguns padrões estabelecidos. Em sua vasta obra, pouco divulgada e conhecida no Brasil, é perceptível algumas conexões com diferentes fontes de conhecimentos nas áreas da psicologia, da filosofia, da tecnologia, da enfermagem, da educação à distância etc. Para refletir sobre a aprendizagem, eis três elementos essenciais em sua teoria (sem reduzi-la a eles):

1º) A aprendizagem é dependente do nosso corpo; a biologia é fator significativo na aprendizagem não só por causa dos genes, mas a maneira como os sentidos funcionam;

2º) O significado da sensação que é guardado na memória, a identidade do material que é levado para a memória, a sensação transformada;

3º) As questões neurológicas e fisiológicas embutidos na aprendizagem, corpo/cérebro/mente, processos – transformação da sensação para informação.

Como é possível constatar a teoria de aprendizagem de Peter Jarvis pode contribuir fortemente para a reflexão e prática da educação com adultos maduros e idosos, pois apresenta um conceito inédito, o da disjunção. E, além disso, coloca o corpo como participante ativo do processo de aprender, ressaltando sua relevância e, de certa forma, provocando mudanças nos paradigmas vigentes.

Mas o que há de aproximação entre as teorias de Peter Jarvis e de Paulo Freire? Para Paulo Freire os seres humanos são seres inacabados, inconclusos, imperfeitos, por isso educáveis, nos educamos uns aos outros, mediados pelo mundo. Freire (2002, p.103) afirma

“Quanto mais somos capazes de desvelar a razão de ser de por que somos como estamos sendo, tanto mais nos é possível alcançar também a razão de ser da realidade em que estamos superando assim a compreensão ingênua que dela possamos ter”.

Em seu pensamento pedagógico pode-se perceber que a educação precisa de ideais, sonhos e utopias. Não pode ser neutra, está sempre a serviço de algo ou de alguém. Necessita que a luta pela humanização seja um quefazer constante. A conscientização do povo transforma e liberta da opressão em que vivem como povo colonizado. Segundo Gadotti (2003) para Freire aprender é um processo inerente ao homem que tem necessidade de aprender assim como de se alimentar, nesse processo ao aprender a si mesmo e aos outros, existe a mediação do mundo.

Portanto, para Freire aprender é libertar-se, é humanizar-se. A educação libertadora é uma prática alicerçada no método da problematização, ou seja, o educador não detém todo saber, tão pouco não sabe nada; o educador precisa conhecer a realidade e com humildade reconhecer que os estudantes (em qualquer idade) possuem saberes provenientes das experiências vividas. E ao acumular esses saberes forjam a interpretação de suas realidades. Na intervenção educativa com adultos maduros e idosos esse postulado é altamente positivo para o estabelecimento de relações horizontais, de acolhimento, de escuta e de fala. É a construção de um outro jeito de conceber as relações sociais de e para a aprendizagem, é reconhecer o diálogo como um princípio educativo. É inaugurar outro jeito de ser e fazer educação.

Portanto, a concepção dialógica da educação rompe com a “educação bancária”, ou seja, aquela em que o professor detém o conhecimento e o deposita no aluno que nada sabe, é passivo e dissociado de seu contexto social. Em contrapartida, a prática da educação libertadora tem como base o método da problematização. O educador e o educando (de qualquer idade) têm seus saberes que foram construídos ao longo de suas vidas, moldando sua forma de sentir e de interpretar a realidade em que vivem. Nesta perspectiva o sujeito é considerado construtor do conhecimento, é valorizada a relevância do contexto social, seus saberes e sua linguagem, que introduz uma perspectiva socio crítica no processo de educação.

Por convicção advinda da prática extensionista com o grupo Revivendo a Vida, Paulo Freire e Peter Jarvis se aproximam pela dedicação à educação de adultos, Jarvis na perspectiva da aprendizagem e Freire na educação como processo para a conscientização dos sujeitos; para ambos a relevância que a aprendizagem assume ao longo de toda a vida dos seres humanos.

Peter Jarvis afirma que o processo de aprendizagem é complexo, é essencial para a humanização de cada ser humano, é um processo existencial. É a força que move a mudança através da qual a essência humana surge e é alimentada. Aprender é o processo de ser no mundo. No centro de todo o aprendizado não está o que foi aprendido, mas o que o aprendiz está se tornando como resultado de fazer, pensar e sentir. O ser humano aprende a se tornar uma pessoa e isso ocorre dentro do próprio mundo vida. É um processo social e as demandas do mundo vida também, pois determinam as oportunidades de aprendizado.

Para Freire (1970, p.100) será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política. O pensamento de Paulo Freire sobre a existência como experiência humana que abre a homens e mulheres as possibilidades de falar expressando seus pensares mais elaborados, manifestando suas emoções. A existência como possibilidade de refletir sobre o que é falado, sobre as percepções do mundo vida, como por exemplo, sobre as desigualdades sociais que determinam os lugares de pertencimento. Ana Maria Freire (2001, p.15) afirma que a existência humana é que permite, portanto, denúncia e anúncio, indignação e amor, conflito e consenso, diálogo ou sua negação com a verticalidade do poder.

A PESQUISA

A trajetória que compõe a referida tese foi composta por caminhos trilhados, por escolhas possíveis e conectadas às indagações da pesquisadora. Foram realizadas inúmeras horas de observação participante, ao longo dos anos de 2015 e 2016, em diferentes momentos (culturais, sociais, pedagógicos) e registradas em diário de campo.

Porém, no ano de 2016 as observações foram realizadas nos momentos de aprendizagem mais específicas, ou seja, nas oficinas pedagógicas ofertadas (Informática Básica e Avançada, Sarau Literário, Canto, Espanhol). E, de forma mais intensa e sistemática, no segundo semestre de 2016. A partir das observações realizadas e registradas foi possível olhar com atenção para esse material e perceber a necessidade de realizar entrevistas em profundidade para buscar perceber os processos de aprendizagem e não aprendizagem desses adultos maduros e idosos.

Para Ceroni (2015, p.49) a abordagem fenomenológica consiste em trazer ao mundo-vida do sujeito pesquisado seus pensamentos acerca de suas vivências, a essência de suas experiências, considerando o contexto e suas historicidades.

Foram escolhidas seis pessoas para a realização das entrevistas em profundidade. O critério de escolha foi a assiduidade na participação nas oficinas pedagógicas propostas e o tempo de participação no grupo. As pessoas escolhidas, mulheres que frequentaram esse grupo há mais de cinco anos e que concordaram em participar da pesquisa quando informadas de seus objetivos.

Para Oliveira, Martins e Vasconcelos (2012) as entrevistas “em profundidade” são aquelas que apresentam uma maior flexibilidade, pois permitem ao entrevistado construir livremente suas respostas. As entrevistas “em profundidade” possibilitam o enriquecimento do conhecimento relacionado ao contexto social investigado.

Foram utilizadas duas imagens de gravuras de dois pintores: um deles, o holandês Johannes Vermeer, também conhecido como Vermeer de Delft ou Johannes Van Der, do século XIII, a gravura selecionada foi A Leiteira (1658-1660), figura 1- abaixo; o outro pintor Henri Marie Raymond de Toulouse-Lautrec, conhecido como Toulouse-Lautrec, século XIX, com a gravura Baile no Molin Rouge (1890), figura 2 – abaixo

Figura 1. Obra A Leiteira de J. Vermeer (Imagem 1)



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Leiteira

Figura 2. Obra "Baile no Moulin Rouge" de T. Lautrec (Imagem 2)



A escolha dessas gravuras não foi aleatória e tão pouco, fácil de realizar. A intenção da pesquisadora era de que as imagens pudessem sensibilizar as mulheres pela simplicidade da ação representada, pela estética e, ao mesmo tempo, suscitasse algumas memórias cotidianas que soassem familiar a elas e que o aprender pudesse ser lembrado.

As entrevistas foram realizadas no mês de março de 2017, de forma individual, nas dependências da sala de aula, da IES. Com a concordância das entrevistadas as entrevistas foram gravadas e transcritas posteriormente. A proposta era observar a gravura e responder a pergunta: O que a senhora sente e pensa ao ver essa imagem? A partir de suas falas, novas perguntas foram feitas, abriu-se um leque de lembranças, emoções e sentimentos, percepções sobre a vida vivida.

Após a leitura e releitura de cada entrevista foi possível vislumbrar os aspectos que evidenciaram as experiências de aprendizagem nos discursos daquelas mulheres. A partir disso, foi construída uma redução das proposições consistentes apresentadas nas expressões reveladoras do pensar dos sujeitos (Machado, 1994). Então, criados agrupamentos pelos temas buscando a essência do fenômeno. Eis os segmentos criados pela pesquisadora com a anuência de seu orientador.

Convivência no Grupo Revivendo a Vida: como uma família, novas amizades, como terapia, ajudam na superação da dor e a tomar decisões, sentimento de pertencimento, autoestima, aprender a viver, acolhimento, instiga a pensar, dá segurança para dizer o que pensa.

Família: a figura forte da mãe, os pais, apoio, infância, vida no interior, orgulho dos filhos, casamento e as relações de poder, divórcio, viuvez, adaptação, sentimento de ser amada e de amar.

Trabalho/ Profissão: como sustento para a sobrevivência.

Gratidão: pelos pais, pelos filhos, pelo Grupo Revivendo a Vida, pelos professores e monitores.

Sonho: de estudar, de ser professora, de aprender, de tocar violão, de dançar.

Aprendizagem: aprender é tudo, estudar para saber o que ainda não sabemos, estudar para saber mais, ter mais conhecimentos para dialogar, aprender por si mesmo, perguntar para aprender, aprender pesquisando, aprender tem que querer, o conflito faz aprender, aprender para desenvolver, aprender fazendo, o click da aprendizagem, precisa de método, precisa de condições de saúde.

IMPACTOS OBSERVADOS

Os significados que os adultos maduros e idosos, investigados, atribuem às suas aprendizagens estão intimamente ligados às suas experiências e vivências na interação com o grupo, tem a ver com seu mundo vida e com a cultura de seu contexto. As experiências vividas ao longo da vida forjaram seus corpos, seus pensamentos e suas convicções, embora tenham vivido tempos difíceis de privações e perdas construíram novos sentidos e encontraram no grupo um lugar de pertencimento.

Aprender é uma condição imperativa para viver, é um elemento inseparável da condição humana. É a possibilidade de sentir-se gente, pertencer, contribuir, libertar-se, sentir-se necessário, saber-se incompleto! Aprenderam a viver a vida que foi possível viver. Compreenderam que a aprendizagem é existencial e experiencial, pois vivenciaram experiências incríveis nas diferentes oficinas, tais como Inglês, Espanhol, Teatro, Canto, Sarau Literário, Lógica e Senso Comum, Cuidados com a Saúde, Comunicação Não Violenta, entre outras. Em seus depoimentos relataram as descobertas que provocaram mudanças que implementaram em suas rotinas e nas relações familiares.

A aprendizagem considerada como dialógica é essencial para aprender, pois permitiu que descobrissem a si mesmos tomando consciência do mundo à sua volta. Todo o grupo vivenciou, pela primeira vez, a dialogicidade nas relações estabelecidas com os colegas, monitores e professores tornando os encontros potentes e profícuos.

Reafirmaram a certeza de seu inacabamento enquanto sujeitos e por isso a possibilidade de serem educáveis, aprenderam que passarão a vida toda tentando ser uma pessoa consigo mesmo e na sociedade, portanto, é sempre possível ser melhor como pessoa. Para encerrar, busca-se em Freire o sentido do caminho para quem se propôs caminhar por toda a vida... “É que ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, sem aprender a refazer, a retocar o sonho por causa do qual a gente se pôs a caminhar”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRIDI, Fabiane Romano de Souza. Apresentação. In. ROTTA, Newra Tellechea,

FILHO BRIDI, César Augusto, BRIDI, Fabiane Romano de Souza. Neurologia e Aprendizagem: abordagem multidisciplinar. Porto Alegre, Artmed. 2016.

CACHIONI, Meire. Quem educa os idosos? Um estudo sobre professores de universidades da Terceira Idade. Campinas, São Paulo: Ed. Alínea, 2003.

CENTRO INTERNACIONAL DE LONGEVIDADE BRASIL. Envelhecimento Ativo: um marco político em resposta à revolução da longevidade. ILC-BRASIL, Rio de Janeiro, 2015.

CERONI Denise Costa. Grupo Revivendo a Vida: Aprendizagens Escolares Construídas e Partilhadas. Dissertação de Mestrado. Disponível in: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000791557&loc=2011&l=4be21b3fcb96998a>

_____, A alfabetização como possibilidade de autoriado pensamento em mulheres idosas. capítulo do livro A prática psicopedagógica : processos e percussos do aprender/Iara Cairão e Gilca Lucena Kortmann (org). Rio de Janeiro Wak Editora, 2015.

FREIRE, Paulo. A Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo; FREIRE, Ana Maria (org). Pedagogia dos Sonhos Possíveis. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____,. Ação cultural para a liberdade e outros escritos.9ª, Paz e Terra. São Paulo,2002.

JARVIS, Peter. **Lifelong learning and the learning society**. Vol 1. New York: Routledge, 2006.

_____,. **Adult Learning in the Social Context**. London: Croom Helm. 2009.

_____,. **Learning to be a Person in Society**. London: Routledge.2009.

GADOTTI, Moacir. **Convite à Leitura de Paulo Freire**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Scipione. 2003.

MACHADO, Ozeneide Venâncio. **Sobre a Pesquisa Qualitativa em Educação, que Tem a Fenomenologia como Suporte.** In: BICUDO, M. A. V. e ESPOSITO, V. H. C. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico.** Piracicaba: Editora UNIMEP, 1994.

OLIVEIRA, V. M., MARTINS, M. F., & VASCONCELOS, A. C. F. **Entrevistas “em profundidade” na pesquisa qualitativa em Administração: Pistas teóricas e metodológicas.** Anais do SIMPOI, São Paulo. 2012.

AUTORIA



Denise Costa Ceroni

Pedagoga , Especialista em Psicopedagogia Clínica com abordagem Terapêutica e Institucional / UniRitter; Mestre e Doutora em Educação / UFRGS; Mediadora de Conflitos/ Instituto Global de Mediação. Professora universitária em cursos de graduação e pós-graduação na Ânima Ecosystema. Coordenou cursos de pós-graduação na área da Educação na UniRitter . Atuou na educação básica da rede estadual de ensino do RS como docente , supervisora escolar e gestora pedagógica . Tem larga experiência em formação docente. Idealizou , organizou, coordenou e atuou como docente extensionista no Programa de Atenção Pedagógica em Educação de Adultos por 17 anos / UniRitter. Participou da Gestão 2020/2022 da ABPPRS como coordenadora do Conselho Científico. Atualmente participa da Comissão Científica da ABPPRS Gestão 2022/2024. Colunista na startup @coletividadedocente .

Especificidades dos Estudantes da Educação de Jovens e Adultos – EJA

Jalmiris Regina Oliveira Reis Simão

Introdução

A educação básica no Brasil é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, como consta na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN/96). A modalidade Educação de Jovens Adultos (EJA) faz parte do ensino fundamental e médio, destinada àqueles e àquelas que não tiveram oportunidade de se escolarizar na infância ou adolescência, por vários motivos.

Percebe-se nos últimos anos um rejuvenescimento da EJA. Muitos estudantes adolescentes e jovens, com histórico de recorrentes de reprovações e consequente distorção idade-série no ensino chamado regular, migram ou são migrados para a modalidade, incluindo aqueles e aquelas com registros de indisciplina na escola. Mas a EJA, originalmente como proposta para atender à demanda de pessoas adultas analfabetas ou com pouca escolaridade hoje tem um público majoritariamente jovem, gerando possibilidade de integração intergeracional, mas também trazendo conflitos no ambiente escolar.

Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos

A EJA como proposta emancipatória, contribui com a democratização do acesso ao conhecimento e “uma promessa de qualificação de vida para todos, inclusive para os idosos, que muito têm a ensinar para as novas gerações[...] o Brasil também vai conhecendo uma elevação maior da expectativa de vida por parte de segmentos de sua população. Os brasileiros estão vivendo mais” (BRASIL, 2000, p. 10).

Iniciativas para efetivação da modalidade buscam favorecer a alfabetização e escolarização de forma ampla, bem como, a preparação e capacitação para o trabalho. O acesso ao conhecimento favorece a capacidade de se tornar um cidadão crítico, contribuindo para uma sociedade mais igualitária. Sua regulamentação está na nossa Constituição Federal de 1988 (CF/88), sendo portanto, um direito constitucional. Na LDBEN/96 especifica que

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (BRASIL, 1996).

Já o artigo 206 da CF/88 estabelece princípios norteadores da educação brasileira que destacam e incluem a EJA.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1996).

Da mesma forma o artigo 4º da LDBEN/1996 afirma que

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

O relator do Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) 11/2000, Carlos Roberto Jamil Cury nos ajuda na compreensão do papel da EJA, ao afirmar que;

a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea(p.5).

No entanto, fruto da tensão, há uma lentidão neste cumprimento. Os dados históricos refletem parte dos percalços e percursos da educação de pessoas idosas, adultas e jovens e como foram tratados aqueles e aquelas que não tiveram a oportunidade de estar na escola ou se lá estiveram, não permaneceram.

Assim, a EJA é possibilidade de efetivação de um direito constitucionalmente estabelecido, que é a educação ao longo da vida, caracterizada pela especificidade do seu público e não pelo seu horário de funcionamento. É uma modalidade imprescindível, tanto para o processo de democratização da sociedade brasileira quanto para a promoção da dignidade humana. A somatória de forças do governo e da sociedade serão essenciais para legitimar a EJA, que será fruto das ações dos sujeitos, sem abandonar a concepção emancipatória.

Historicamente, a EJA, segundo Dayrell (2011) “sempre foi muito mais ampla que o ‘ensino’ não se reduzindo à escolarização, à transmissão de conteúdos, mas dizendo respeito aos processos educativos amplos, relacionados à formação humana” (p.58). O autor afirma que a designação da modalidade abrange os sujeitos que estão em determinado período de vida, com especificidades, de acordo com sua faixa etária: jovens, adultos e os idosos. Vale ressaltar que as pessoas idosas, que têm um estatuto próprio, são uma faixa etária específica com demandas diferenciadas da idade adulta.

Para sublinhar a importância da EJA como efetivação do direito à educação, podemos analisar o número de analfabetos brasileiros. Sobre pessoas com 15 anos ou mais que fazem parte desse contingente, dados da pesquisa de 2015 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificaram 12,8 milhões de pessoas que não dominavam a escrita e a leitura. Já em maio de 2018 o IBGE divulgou que 11,5 milhões de pessoas eram analfabetas. Deste número 19,3% eram de pessoas com 60 anos ou mais. Os pretos e pardos, indicou a pesquisa 9,3% do número total. Assim, fica clara a necessidade da modalidade educacional para garantir a alfabetização de pessoas jovens, adultas e idosas e que deve ser efetivada pelo governo, como disposto na legislação atual. Freire (1979) explicita que "ninguém é analfabeto por eleição, mas como consequência das condições objetivas em que se encontra"(p.11). lembrando que há também a demanda de instituições escolares para atendimento das pessoas com pouca escolarização, que circulam em nossa sociedade letrada, como ela contribui nela intervem.

A EJA é herdeira da tradição da Educação Popular. Traz em sua matriz elementos libertários. Já a educação formal tem tempos e processos delimitados na escolarização. Os Círculos de Cultura organizados por Paulo Freire, nos anos 60, são exemplos da Educação Popular. Segundo Eiterer e Reis (2009), a EJA, como política pública, é regrada e normatizada, vinculada à escolarização regular. Assim, a tradição da atuação da educação de jovens, adultos e idosos no movimento popular sempre foi mais ampla que o processo de escolarização, com maior respeito pelo saber do educando, a identificação de suas redes conhecimento, a valorização da leitura de mundo.

A história registra “um conjunto muito diverso de processos formais e informais relacionados à aquisição ou a ampliação de conhecimentos” (EITERER; REIS, 2009, p. 181). A história da educação de jovens, adultos e idosos no Brasil é longa e complexa. Tem densidade e tensão em suas práticas e reflexões. É uma história que tem mudado mediante compreensão, entre outros aspectos, que a modalidade EJA é uma das possibilidades de efetivação de um direito de aprendizado ao longo da vida e que pela peculiaridade de seu público, reivindica propostas curriculares específicas (SIMÃO, 2014, p.59).

Os sujeitos da EJA

Para que de fato a educação se torne um direito efetivado é necessário o reconhecimento do perfil e identidade dos seus estudantes, bem como, a compreensão dos reais motivos do retorno destes à escola que um dia os excluiu.

É importante destacar que definir os sujeitos da EJA de uma maneira ampla é dizer que são as pessoas que não tiveram acesso à uma instituição formal de ensino na infância ou adolescência e se lá estiveram, não permaneceram. No entanto, para designar estes estudantes da Educação de Jovens e Adultos podemos fazê-lo a partir das questões legais e também chegar aos aspectos cognoscitivos, aos geracionais, às condições de classe social, de gênero, de raça/etnia, de origem (urbana ou do campo), aos contextos históricos, sociais, culturais, econômicos ou políticos em que se inserem os sujeitos estudantes da EJA e suas trajetórias de vida, pensando as especificidades e a diversidade destes sujeitos (SANTOS e SILVA, 2020, p. 2).

São muitas as razões que motivaram a exclusão de um ambiente formal de ensino. Dentre eles podemos destacar a necessidade de trabalhar para aumentar a renda familiar, aqueles e aquelas que residentes em regiões onde não há escolas, como a zona rural, comunidades quilombolas e indígenas e periferias das grandes cidades ou cidades ribeirinhas.

Para melhor definir o perfil dos sujeitos da EJA é importante responder a algumas questões:

- Porque foram estas pessoas excluídas da escola, na idade chamada própria?
- Quais os reais motivos de deixarem a escola?
- Porque retornam a um ambiente formal de aprendizagem, do qual não fizeram parte na idade chamada própria?
- Como circularam em nossa sociedade letrada ao longo da vida?
- Como a escola recebe estes sujeitos?
- Depois de estarem matriculados na escola, por que a abandonam?

Outra questão de sua importância é que nos últimos anos houve um rejuvenescimento da EJA. São várias razões externas, como também a partir da própria escola, levando jovens e adolescentes a migrarem para a modalidade, dentre eles:

- vulnerabilidade, gravidez precoce, drogas;
- necessidade de trabalhar para compor a renda familiar;
- distância da escola (rurais e urbanas periféricas);
- desmotivação na/da própria escola, ao utilizar metodologias infantilizadas;
- gestão da escola;
- histórico de repetências e evasão gerando descontinuidade na escolarização;
- distorções idade-série.

A presença destes jovens e adolescentes na modalidade alteram a rotina e modificam cotidiano das relações na escola, desafiando os profissionais da educação na busca de metodologias que de fato sejam resposta a este contingente. A necessidade de refletir sobre o perfil destes sujeitos é sublinhada, bem como a busca da compreensão das relações em sala de aula entre pessoas com faixas etárias diversas.

Com faixas etárias bem distintas e histórias de vida diferenciadas, o público da EJA é composto por um grupo heterogêneo. São sujeitos de transformações, que vivenciam diversas etapas da vida. As semelhanças são balizadas por vivências a um lugar específico, que é a escola, bem como, pelo compartilhamento de uma mesma realidade social. No entanto, são histórias, vivências e experiências muito particulares, com momentos comuns marcantes.

Na V Conferência Internacional de Educação de Adultos (V C O N F I N T E A), realizada em julho de 1997, na cidade de Hamburgo – Alemanha, os conferencistas afirmaram que a educação de adultos é mais que um direito. É a chave para o século XXI. Ressaltaram ainda, que a educação para esta faixa etária deve ser vista como consequência do exercício da cidadania, como também condição para uma plena participação na sociedade. Segundo a professora Jane Paiva (2009), que esteve presente no evento, este foi marcado pelo protagonismo conferido à sociedade civil, que teve a participação de organizações não-governamentais e delegados governamentais. Segundo a autora, a Declaração de Hamburgo, elaborada na conferência, reafirmou que “apenas o desenvolvimento centrado no ser humano e a existência de uma sociedade participativa, baseada no respeito integral aos direitos humanos, levarão a um desenvolvimento justo e sustentável” (RIVIERO, 2000, p.112 apud PAIVA, 2009, p.91). A autora destaca que a Declaração reafirma a educação como mais que um direito, e o “vínculo inalienável na materialidade do ser humano como centro de ações de desenvolvimento, o que inegavelmente, leva aos direitos humanos como pacto maior de qualquer ação em que a pessoa humana esteja envolvida”(PAIVA, 2009, p.92).

A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e a cultura de paz, baseada na justiça (V CONFINTEA, 1997).

A presença destes jovens e adolescentes na modalidade alteram a rotina e modificam cotidiano das relações na escola, desafiando os profissionais da educação na busca de metodologias que de fato sejam resposta a este contingente. A necessidade de refletir sobre o perfil destes sujeitos é sublinhada, bem como a busca da compreensão das relações em sala de aula entre pessoas com faixas etárias diversas.

Com faixas etárias bem distintas e histórias de vida diferenciadas, o público da EJA é composto por um grupo heterogêneo. São sujeitos de transformações, que vivenciam diversas etapas da vida. As semelhanças são balizadas por vivências a um lugar específico, que é a escola, bem como, pelo compartilhamento de uma mesma realidade social. No entanto, são histórias, vivências e experiências muito particulares, com momentos comuns marcantes.

Na V Conferência Internacional de Educação de Adultos (V C O N F I N T E A), realizada em julho de 1997, na cidade de Hamburgo – Alemanha, os conferencistas afirmaram que a educação de adultos é mais que um direito. É a chave para o século XXI. Ressaltaram ainda, que a educação para esta faixa etária deve ser vista como consequência do exercício da cidadania, como também condição para uma plena participação na sociedade. Segundo a professora Jane Paiva (2009), que esteve presente no evento, este foi marcado pelo protagonismo conferido à sociedade civil, que teve a participação de organizações não-governamentais e delegados governamentais. Segundo a autora, a Declaração de Hamburgo, elaborada na conferência, reafirmou que “apenas o desenvolvimento centrado no ser humano e a existência de uma sociedade participativa, baseada no respeito integral aos direitos humanos, levarão a um desenvolvimento justo e sustentável” (RIVIERO, 2000, p.112 apud PAIVA, 2009, p.91). A autora destaca que a Declaração reafirma a educação como mais que um direito, e o “vínculo inalienável na materialidade do ser humano como centro de ações de desenvolvimento, o que inegavelmente, leva aos direitos humanos como pacto maior de qualquer ação em que a pessoa humana esteja envolvida”(PAIVA, 2009, p.92).

A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e a cultura de paz, baseada na justiça (V CONFINTEA, 1997).

No entanto, a Escola como espaço amplo, muitas vezes é vista pelos sujeitos da EJA como lugar ilegítimo. Um local que não deveriam estar. Mesmo sendo um direito constitucional, pensam ser a idade inadequada para ali estar, um tempo indevido. O conceito de disciplina associado ao não movimento, à estaticidade, aponta para definição de “bom aluno”. Tal concepção está alinhada a “educação bancária”, conceito trazido pelo saudoso Paulo Freire. Concepção que está intimamente ligada à educação compensatória e supletiva, que abandona a reflexão, como parte do processo de ensino e aprendizagem, mas entende os estudantes como meros receptores do que outros nele depositam. É um receptáculo de conhecimentos estáticos. São pensamentos de uma sociedade hierarquizante e excludente.

O reconhecimento da escola como local de aprendizagem e de socialização em todos os seus espaços e tempos é oposição desses espaços como direito, pelos estudantes da EJA. Tal apropriação se constituiu favorecimento para a formação ampla dos sujeitos. Transitar pela escola com a percepção de que o aprendizado também se dá em outros locais e não só na tradicional sala de aula é um vislumbre de um “futuro que seja mais que uma repetição infinita do presente” (OLIVEIRA, 2008, p. 10), expressa a esperança freiriana da possibilidade de mudança do que está posto.

O não movimento na escola, alinhado ao conceito de “bom aluno” impede que estes estudantes se apropriem da escola como espaço de múltiplas aprendizagens. Assim é possível abandonar a ideia da “minha carteira” e da “minha sala de aula”. É como se estivessem num local indevido e restringissem seu movimento. Assim se dá a exclusão na própria escola. Onde não se veem valorizadas suas produções, nem sempre são expostas nos murais, como das crianças dos outros turnos. Uma escola sem a alegria e liberdade do movimento, onde a biblioteca, a cantina, o pátio e demais dependências também devem ser apropriadas e se tornarem “minhas”.

A educação a ser disponibilizada para estes sujeitos é aquela próxima da sua realidade e das suas experiências, que seja emancipatória. Oliveira (2008) afirma, a partir dos pensamentos de Boaventura de Souza Santos que “há muitas formas de conhecimento negligenciadas pela modernidade cientificista” e que há a “necessidade de revalorizá-las” (p. 11). Importante reconhecer os conhecimentos trazidos pelos estudantes para a escola e a partir deles elaborar de fato um currículo significativo e amplo. As vivências dos sujeitos da EJA que são em sua maioria, trabalhadores de baixa renda, donas de casa, e agora no novo perfil, jovens sem a experiência do primeiro emprego, devem ser reconhecidas e valorizadas. Desta maneira, os estudantes ao se matricularem, necessitam encontrar significado na escola para conciliar com suas atividades laborais. São pessoas com diferentes habilidades, assim como diferentes dificuldades que precisam ser consideradas no seu processo de aprender.

Para romper com a exclusão e a desigualdade é necessário desenvolver práticas pedagógicas significativas e eliminar práticas infantilizadas e descontextualizadas. Práticas que, com qualidade, efetivem o direito a todos aqueles e aquelas pessoas marcadas pela repetência, evasão e não acesso a uma instituição de ensino. Para além do exercício do poder, de qualquer disciplinamento, é necessário pensar a desinvisibilização das maneiras de fazer e de estar no mundo desses sujeitos, as “lógicas articuladas em cima da ‘ocasião’, que é diferente da ordem estabelecida [...] mas que se constitui, ainda assim, de certo número de formas ou modos de fazer” (OLIVEIRA, 2008, p.61) que são maneiras desses sujeitos dizerem a sua palavra. Assim, um currículo praticadopensado, atenderá às demandas dos sujeitos, fazendo da escola um espaço significativo, rico em possibilidades de tessitura do conhecimento. Como afirma Oliveira (2007)

Uma prática curricular consistente somente pode ser encontrada no saber dos sujeitos praticantes do currículo, sendo, portanto, sempre tecida em todos os momentos e escolas/classes. Nessa perspectiva, emerge uma nova compreensão de currículo (p.93).

Ao identificar as especificidades dos sujeitos, também são identificadas suas demandas. Por sua especificidade, os jovens, adultos e idosos são indivíduos que requerem propostas didático-pedagógicas também específicas. Em todo tempo escolar, vale refletir sobre quais conhecimentos são escolhidos e selecionados para habitar as escolas e pensar na efetiva necessidade destes, para sujeitos que requerem ações diversas de “pensar os conteúdos escolares e suas formas de organização de modo bastante diferenciado daquele que vem predominando historicamente” (OLIVEIRA, 2008, p.11) e hegemonicamente.

As imagens abaixo são registros do desenvolvimento de projeto de corporeidade e dança, denominado Projeto Let 's Dance, desenvolvido por oito anos em turmas da EJA, em uma escola da periferia de Belo Horizonte. Este é um projeto nascido a partir da solicitação dos estudantes. Além das atividades em sala de aula, utilizavam outra forma de se expressar e dizer sua história. Ao escolherem canções para coreografias, ao narrarem fatos através de movimentos e expressarem seus valores, gostos e religiosidade tinham a possibilidade de exercitar a criticidade, de avaliar, colaborar, analisar e tirar conclusões. O que passou a refletir na sua postura em sala de aula e para além dos muros da escola.

CURRÍCULO *PRATICADOPENSADO* (OLIVEIRA, 2012)



Expressão
corporal
como
possibilidade
de tessitura
do
conhecimento,
sendo ela
mesma
conhecimento.



46

Fonte: arquivo pessoal da autora, 2012.

O Let's Dance foi uma prática elaborada pelos praticantes da EJA da EMJMMG, após participarem de um evento na escola, onde utilizaram a expressão corporal para transmitirem uma mensagem. A ausência de práticas corporais no turno noturno me causava estranhamento, tendo em vista que as orientações curriculares das secretarias de educação, que são baseadas nas orientações curriculares do MEC, há reconhecimento da importância da dança e valorização da corporeidade (SIMÃO, 2014, p. 94).

Dentro da concepção de currículo praticadopensado há a possibilidade de práticas emancipatórias, mesmo diante da tensão permanente dos elementos regulatórios e emancipatórios (OLIVEIRA, 2012). A visão unívoca da sala de aula, como único espaço de aprendizagem se torna distante de riqueza de aprendizagens dos muros espaços escolares e para além dos muros da escola. A dança na EJA, como afirma Simão (2014), através do Projeto Let's Dance indicou o favorecimento da socialização, da emancipação, da formação mais ampla dos estudantes, subvertendo a concepção dominante compensatória e supletiva da modalidade, que entre outros aspectos relega o corpo a um estado secundarizado em relação à razão.

EJA – Presente!

Sempre é tempo de recomeçar!

A imagem abaixo é muito representativa da heterogeneidade dos sujeitos da EJA na atualidade. A juventude é representada, como maioria dos estudantes matriculados na modalidade, bem como reforça que a educação como direito, pode se fazer presente em qualquer etapa da vida.



Fonte: https://ipeuna.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/EJA_2021.jpg

Considerações finais

Como parte da história da educação no Brasil, a educação de adultos, jovens e idosos é voltada para pessoas com vivências tensas. A este público foi negado o direito à educação na infância e/ou adolescência, por condições socioeconômicas desfavoráveis, pela dificuldade de acesso a uma instituição escolar ou pela oferta irregular de vagas. Assim, foram excluídos de um ambiente formal de ensino.

A educação foi um direito negado ou negligenciado durante anos, comprometendo os processos de escolarização dessas populações desfavorecidas. Muitos sujeitos se afastaram por motivos da própria subsistência ou para complementar a renda familiar. São vítimas de um sistema econômico e social injusto, com oportunidades desiguais de entrar e permanecer na escola. Nesta perspectiva, os educandos da EJA formam um público demandatário de uma proposta política e pedagógica diferenciada, com o reconhecimento das experiências de vida e de trabalho mais amplas que a criança e adolescente.

Já matriculados, muitas vezes as inadequações das metodologias ensino excluem os sujeitos na própria escola, com propostas não significativas e desconsiderando os conhecimentos advindos de suas vivências e experiências ao longo da vida.

A união do governo e da sociedade podem fazer com que a EJA cumpra seu propósito de ser uma modalidade diferenciada e emancipatória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei n.º 9.394, 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Parecer CEB 11/2000. Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. Brasília: MEC, 2000.

DAYRELL, Juez Tarcísio. A Juventude e a Educação de Jovens e Adultos: reflexões iniciais – novos sujeitos. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Orgs). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte. Autêntica, 2011. p.53-68.

EITERER, Carmem; REIS, Sônia. Educação de Jovens e adultos: entre regulação e emancipação. In: SOARES, Leôncio; SILVA, Isabel (Orgs.). *Sujeitos da Educação e processos de sociabilidade: os sentidos da experiência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 179-215.

FREIRE, Paulo. *Ação Cultural Para a Liberdade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1979.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA. *Educar em Revista: Dossiê: Educação de jovens e adultos: novos diálogos frente às dimensões contextuais contemporâneas*, Curitiba, v. 29, p.83-100, 2007.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. *Boaventura & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Organização curricular e práticas pedagógicas na EJA: algumas reflexões. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane. *Educação de Jovens e Adultos*. Petrópolis: DP et Alii, 2009. p. 96-107.

PAIVA, Jane. Os sentidos do Direito à Educação para Jovens e Adultos. Petrópolis: DP et Alii, 2009.

PAIVA, Jane PAIVA, Jane; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Educação de Jovens e Adultos. Petrópolis: DP et Alii, 2009.

SANTOS, Pollyana dos; SILVA, Gabriela da. Os Sujeitos da EJA nas Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos. *Educação & Realidade* [online]. 2020, v. 45, n. 2 [Acessado 13 fevereiro 2023], e96660. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-623696660>>. Epub 22 Jun 2020. ISSN 2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-623696660>.

SIMÃO, Jalmiris R.O.R. *Não emudecer o gesto nos/dos/com os cotidianos da Educação de Jovens e Adultos: corporeidade e dança nos currículos pensados praticados*. Dissertação. (Mestrado em Educação). Faculdade de Formação de Professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo. 2014.

V CONFITEA - Conferência Internacional sobre Educação de Adultos. *Declaração Internacional Sobre Educação de Adultos*. Hamburgo, Alemanha, 1997. Disponível em <http://forumeja.org.br/pi/sites/forumeja.org.br/pi/files/V%20Confintea%20Hamburgo%201997.pdf>

AUTORIA



Jalmiris Regina Oliveira Reis Simão

**Pedagoga, psicopedagoga, mestre em educação (FFP/UERJ), Doutora h.c. ,
doutoranda EBWU, especialista em Alfabetização e Letramento (UFSJ).
Professora, coordenadora e gestora da educação básica. Docente da
graduação e pós-graduação. Pesquisadora de EJA.**

Aprendizagem Durante Toda a Vida: Aprender sempre!

Júlia Eugênia Gonçalves

Introdução

Este assunto merece nossa reflexão porque atualmente se tem consciência de que o ser humano aprende durante toda sua vida.

Em seus primórdios a Psicopedagogia voltava-se inteiramente para o estudo da aprendizagem e suas dificuldades, apenas em crianças. Na década de 90 surge uma obra que será referência na abertura para uma visão do trabalho com adolescentes, organizada por Bossa e Oliveira, trazendo a perspectiva do diagnóstico das pessoas desta faixa etária, além de sua caracterização. Em 2020 lançamos um livro que se tornou, como aquele, uma referência no âmbito psicopedagógico, desta feita, trazendo informações sobre o público adulto e idoso.

O Adulto é o ser vivo que atingiu o máximo do crescimento. Na vida adulta ocorrem transformações associadas às mudanças biológicas do organismo e a mudanças sociais e culturais. Quando nos referimos ao ser humano adulto compreendemos que se trata daquele que atingiu a maturidade, identificada com aspectos de natureza social, intelectual e emocional, conforme Mosquera (1984):

- Maturidade social: abertura para o mundo, consciência e sensibilidade social; integração em grupos sociais; trabalho em equipe;
- Maturidade intelectual :independência de pensamento, assume posições e toma decisões com base nos fatos e não em preconceitos; aspira conhecer e conhecer-se;
- Maturidade emocional: enfrentamento da realidade sem temores infundados; altruísmo e relações emocionais com outros.

Outrossim em termos de faixa etária, os adultos podem ser caracterizados da seguinte maneira: Adulto jovem (18 aos 40 anos); meia idade (40 a 65 anos); idoso (depois de 65 anos).

Pensando desta maneira, quando nos referimos à aprendizagem de adultos, nos reportamos às pessoas maduras na faixa etária a partir dos 18 anos, incluindo os idosos.

Hoje não há mais dúvidas em relação à necessidade de continuidade do processo de aprendizagem durante toda a vida humana, como uma maneira de se evitar e ou postergar o envelhecimento associado às patologias e ou senilidade.

A Psicopedagogia tem demonstrado que processos de aprendizagem são mantenedores da vida e, por isso, são considerados processos vitais e se apresenta como uma alternativa para o atendimento a adultos e idosos, seja em grupos institucionalizados ou mesmo em espaços terapêuticos individuais.

Brandão (2022, p.147) assim se refere à capacidade humana para aprender:” ... Podemos estar sempre aprendendo, porque sempre podemos aprender. Podemos sempre aprender porque estamos aquém do que podemos ser ao aprendermos ainda um pouco mais”.

Dados demográficos:

A população brasileira, segundo o censo 2010, tem quase 160.000.000 de adultos com 30 a 34 anos e mais de 3.000.000 de idosos acima de 70 anos. No Brasil, de acordo com este censo, existe uma perspectiva de população com mais idosos do que jovens para 2060. Dos cerca de 200 milhões de habitantes do país 37,7 milhões possuem 60 anos ou mais. 75% contribuem com pelo menos metade da renda familiar, o que demonstra como são relevantes no contexto social.

O censo que teve início em 2022 provavelmente demonstrará, pelas projeções já realizadas, um aumento significativo de idosos, já que o IBGE divulgou estimativa da população brasileira, depois que mais de 80% das entrevistas foram realizadas. O Brasil chegou ao contingente de 207.750.291 milhões de habitantes este ano. Tudo indica que uma “revolução silenciosa” está acontecendo no Brasil e no mundo: a revolução do envelhecimento.

O que causou este fenômeno que contraria todas as previsões demográficas da segunda metade do século XX, com o decréscimo da natalidade sem a necessidade de programas de controle e o aumento da população adulta e idosa foi o progresso da medicina em relação aos contraceptivos e à saúde física e mental de maneira geral, o que levou a uma melhoria na qualidade de vida, ao decréscimo da mortalidade e ao aumento da expectativa de vida da população.

O IBGE divulgou dados indicando que em 2021 o número de óbitos no país cresceu cerca de 18%, batendo uma taxa histórica iniciada em 1974. Tal se deu em virtude da Pandemia da COVID 19. Por outro lado, o número de nascimento caiu 1,6%, chegando a cerca de 2,6 milhões, o que também significa o menor total de nascimentos desde 2003.

Hoje em dia há mais avós do que netos, o que trouxe mudanças significativas na organização familiar e social de nosso país e abre novas perspectivas acerca dos estudos sobre aprendizagem humana, campo teórico/prático da Psicopedagogia.

O Envelhecimento

O envelhecimento não pode ser definido apenas pela idade, não é um processo unitário, não acontece de modo simultâneo em todo o organismo e nem está associado à existência de uma doença.

Fatores biológicos e ambientais interferem no envelhecimento, já que envolve múltiplos fatores endógenos e exógenos, os quais devem ser considerados de forma integrada. Tudo depende da relação que a pessoa estabelece com o seu próprio processo de envelhecimento (Gonçalves, 2022)

Existem dois tipos de viver nessa fase de vida: De maneira natural, consciente e tranquila - reconhecendo o que há de importante nessa etapa para desfrutar, mesmo com limitações. E outra, de grande intensidade, quando associada à doença e incapacidade, o que faz com que se desenvolvam imagens e atitudes negativas frente ao próprio envelhecimento.

O que se tem como elemento de análise, hoje em dia, é a diferença entre senescência e senilidade.

- Senescência é o processo de envelhecimento que ocorre sem deterioração da mente e a pessoa se mantém ativa e produtiva. No envelhecimento saudável, apesar de existirem mudanças tais como a perda de musculatura, enrugamento da pele, branqueamento dos cabelos, perda de funções sensoriais, como a visão e audição, assim como a diminuição na velocidade de processamento das informações, o esperado é que a mente permaneça apta à aprendizagem, mantendo-se capaz de se adaptar aos estímulos;
- Senilidade é o envelhecimento patológico, quando se instalam demências que afetam a produtividade e a vida social do indivíduo, pois são acompanhadas por perda de memória, o que é uma ameaça para a própria identidade, quando a pessoa já apresenta mais vulnerabilidade física e maior risco de comprometimento da autonomia, necessitando de cuidados especializados constantes.

A maior parte da população com mais de 65 anos é senescente. Muitos que já conquistaram a aposentadoria buscam empreender, tornam-se ativos no mercado de trabalho, reúnem-se em grupos de convivência e comunidades de aprendizagem, tais como aqueles instituídos em Universidades.

De acordo do Valente (S/D):

....observando o crescente número de programas criados pelas instituições educacionais para atender a população da terceira idade, nota-se que o desejo de continuar a aprender vai além das necessidades impostas pelo mercado. As atividades educacionais com a terceira idade indicam que aprender está deixando de ser simplesmente condição para manter posições atuais ou conseguir melhores salários e tornando-se uma maneira de se divertir, de "ocupar a mente", de preencher o tempo e de estar em sintonia com a atualidade. Indica também que todas as características prazerosas da aprendizagem que a terceira idade está descobrindo e vivenciando devem estar presentes em outros períodos da nossa vida educacional, principalmente no escolar e no profissional.

Muitos idosos desejam encontrar ou manter um lugar no ambiente social e também no laboral. Programas de recolocação no mercado de trabalho estão recrutando adultos aposentados como prestadores de serviços e é necessário, muitas vezes, aprender novas técnicas ou procedimentos.

Além disso, manter-se ativo e aprendendo é fundamental para se evitar quadros demenciais, conforme atesta Langer (2018, apud Gonçalves, 2022) que traz a constatação de que internos de abrigos para pessoas idosas apresentam melhoras notáveis quando alteram suas vidas do modo mais simples possível – passando a ter uma plantinha para cuidar, sendo autorizadas a organizar seus próprios cardápios ou passando a arrumar seus próprios quartos. Segundo esta autora as pessoas recuperam um sentido de utilidade e valor quando estão em situação de aprendizagem.

Brandão (2022) corrobora esta ideia quando escreve:” ...nós vivemos uma vida não especializada e aberta a aprender o não sabido e a começar a viver, mesmo após os 60 anos, o nunca vivido antes”.

O Papel da Psicopedagogia

A Psicopedagogia é um campo de conhecimentos transdisciplinar que emerge a partir da contribuição de ciências sociais factuais, inaugurando uma nova maneira de pesquisar a aprendizagem, não como um produto, mas como um processo que ocorre durante toda a vida humana, em todas as instâncias sociais.

...quando a psicopedagogia considera a aprendizagem como processo, ou seja, quando trata da aprendizagem no momento em que ela se faz, se constrói, - de uma maneira interativa, integrativa, estrutural e constante- podemos então identificá-la com o processo de construção do conhecimento porque, em primeiro lugar, ambos se opõem à concepção de aprendizagem como produto reduz o fenômeno aprender a um saber realizar, a um saber fazer, criando assim um vínculo de causa e efeito com o ensino. Em segundo lugar, porque ambos os processos rompem a ligação ensino-aprendizagem: porque tanto o aprender como processo quanto o processo de construção do conhecimento não têm relação necessária com o ensinar e finalmente porque ambos os processos antecedem e ultrapassam o ensinar. (SILVA ,1998 p.27)

As formulações psicopedagógicas se referem à natureza humana e, sob este ponto de vista, o conhecimento que produzi diz respeito a fatos sociais e, portanto, não pode ignorar as mudanças que ocorrem no seio da sociedade.

Já apontamos aqui como a população adulta e idosa vem aumentando e, sendo assim, este público traz demandas por atuação psicopedagógica em instituições e na clínica da aprendizagem.

Trabalhar com o idoso é um grande desafio para o profissional da Psicopedagogia, que se ocupa de auxiliar o indivíduo em seu incessante processo de aprendizagem. Ressignificar o processo de aprendizagem pela lente de novos olhares para o sujeito e auxiliar esse indivíduo no resgate de condições para continuar participando ativamente da vida social, familiar e do trabalho, tornando-se produtivo e consciente de suas reais possibilidades e limitações é o trabalho psicopedagógico que se impõe na atualidade.

Esse trabalho requer, além de amor pelo ser humano, a compreensão de que é necessário uma prática que dialogue cada vez mais com todos os profissionais que se ocupam da valorização da vida e que voltam seus esforços para buscar novo significado à condição humana, respeitando a multiplicidade do homem e seus processos de maturação.

Convém salientar que a atuação psicopedagógica com os idosos é eficaz no caso da senescência ou início de senilidade, quando ocorre o que se denomina como MCI-Declínio ou *Déficit* Cognitivo Leve-, caracterizado por dificuldades em lembrar, organizar, falar, calcular, planejar ou outras habilidades cognitivas , as quais, segundo Bredesen (2018) se tornam anormais apesar de , contudo, a pessoa continuar sendo capaz de realizar as chamadas atividades cotidianas. Neste caso, a atuação do psicopedagogo é eficaz porque atua na estimulação cognitiva, diminuindo os sintomas e prevenindo patologias mais graves, tais como as demências.

Em quadros demenciais mais avançados a pessoa se beneficiará de outros profissionais, tais como fonoaudiólogos, em função das dificuldades de deglutição e de psicomotricistas e fisioterapeutas em função das dificuldades motoras e psicomotoras que advêm juntamente com as perdas cognitivas.

O profissional psicopedagogo que deseja se dedicar ao público de adultos e idosos deve desenvolver um trabalho que não seja voltado apenas para tais pessoas, mas para toda a sociedade que as vê como prontas e acabadas, quando, na realidade, nenhum ser humano o é. Neste sentido, a atuação psicopedagógica se reveste de um caráter social relevante no que tange à mudança de paradigmas, como aponta Freire:

Nascemos grandes demais e temos que nascer mais cedo. Temos uma juventude enorme. Nascemos incompletos. A enorme juventude é o tempo exterior de gestação. Por ser longa, dá para aprender aquilo que faltou aprender na barriga da mãe e que os outros animais aprendem, isto é, a ter os recursos necessários para estar no mundo. Para os outros animais o segredo é ser inflexível, repetir sempre as mesmas coisas. O segredo, para o humano é ser flexível, mudar a cada instante. (Freire, 1997, p.25)

Tal caráter social implica em considerar como os idosos são vítimas de ageísmo-preconceito pela idade – e, além disso, divulgar e condenar tais práticas que se tornaram usuais na maior parte das comunidades.

O psicopedagogo deve estar atento, em relação ao público idoso, no que tange aos preconceitos e discriminações sociais, o que hoje é denominado como ageísmo e tem sido objeto de estudo por parte dos cientistas sociais. Significa a visão negativa, a aversão e preconceito direcionado às pessoas mais velhas, aos idosos, que também pode se efetivar pela criação de estereótipos que desvalorizam a dignidade humana dessas pessoas e o preconceito por idade. (Gonçalves, 2022, p.16)

O ageísmo não atinge apenas os idosos. Adultos também são vítimas deste tipo de preconceito quando a eles se referem da seguinte maneira; “você é ainda muito jovem para isso “.

A Psicopedagogia, enquanto conhecimento, se nutre das contribuições de outros âmbitos, tais como a Antropologia e, por isso, trazemos mais uma vez o pensamento de Brandão (2022), que nos auxilia a compreender nossa visão do ser humano como a única espécie aprendente entre os primatas.

Se nós somos humanos porque somos “sociais”, como querem alguns cientistas sociais, ou porque somos “seres racionais” como pensam alguns filósofos, é porque somo, antes de tudo, seres” aprendentes”, seres condenados ou vocacionados a um perene aprendizado. (Brandão, 2022, p.145)

Adultos e idosos têm procurado apoio psicopedagógico porque já compreendem que algo em sua aprendizagem, desde a infância não está de acordo com os padrões de normalidade, ou que desejam potencializar suas capacidades de aprender para se manterem ativos na vida social e laboral. Muitas vezes, aquilo que até então era visto como natural, agora é entendido como algo limitador e que pode ser olhado e estudado por meio de uma intervenção pontual, sendo minimizado ou resolvido, proporcionando ganhos sociais imensuráveis.

Em publicação anterior já ressaltamos como e por que idosos senescentes se beneficiam do trabalho psicopedagógico:

No caso específico dos idosos, estudos indicam que estas pessoas conservam um potencial de aprendizagem que lhes permite enfrentar novos desafios, pois o cérebro humano é dotado de plasticidade e se adapta às mudanças que ocorrem no decorrer da vida. (YUNI E URBANO,2009). Sendo assim, a aprendizagem se mantém como uma capacidade que se conserva até idades muito avançadas em processos de envelhecimento normal e condições ambientais adequadas. (Gonçalves,2022, p. 12)

Outro aspecto relevante com adultos e idosos é o cuidado de não utilizar práticas infantis, pois são pessoas adultas, maduras, que possuem uma lógica formal como aquela do mediador ou do terapeuta. A infantilização talvez seja o maior risco que o psicopedagogo ocorra quando envereda neste campo de atuação.

O psicopedagogo, ao trabalhar com estas pessoas, precisa conhecer sobre Andragogia, princípio educativo que rege a aprendizagem de adultos, dedicando ao aprendiz a condução de sua própria aprendizagem.

De acordo com Noffs, Barbosa e Souza, (2021) ” A Andragogia, portanto, convida a superar a prática de educar os adultos como se fossem crianças, extrapolando o modelo pedagógico estabelecido na forma escolar tradicional”

Em obra anterior (Gonçalves,2022), expusemos as diferenças entre Pedagogia e Andragogia, de modo a explicitar para o profissional psicopedagogo como deve encetar suas ações dirigidas aos adultos e idosos:

	Modelo Pedagógico	Modelo Andragógico
Papel da Experiência	A experiência daquele que aprende é considerada de pouca utilidade. O que é importante, pelo contrário, é a experiência do professor.	Os adultos são portadores de uma experiência que os distingue das crianças e dos jovens. Em numerosas situações de formação, são os próprios adultos com a sua experiência que constituem o recurso mais rico para as suas próprias aprendizagens.
Vontade de Aprender	A disposição para aprender aquilo que o professor ensina tem como fundamento critérios e objetivos internos à lógica escolar, ou seja, a finalidade de obter êxito e progredir em termos escolares.	Os adultos estão dispostos a iniciar um processo de aprendizagem desde que compreendam a sua utilidade para melhor <u>afrontar</u> problemas reais da sua vida pessoal e profissional.
Orientação da Aprendizagem	A aprendizagem é encarada como um processo de conhecimento sobre um determinado tema. Isto significa que é dominante a lógica centrada nos conteúdos, e não nos problemas.	Nos adultos a aprendizagem é orientada para a resolução de problemas e tarefas com que se confrontam na sua vida cotidiana (o que desaconselha uma lógica centrada nos conteúdos)
Motivação	A motivação para a aprendizagem é fundamentalmente resultado de estímulos externos ao sujeito, como é o caso das classificações escolares e das apreciações do professor.	Os adultos são sensíveis a estímulos da natureza externa (notas, etc.), mas são os fatores de ordem interna que motivam o adulto para a aprendizagem (satisfação, autoestima, qualidade de vida, etc.)

Fonte: Gonçalves, (2022, p.45).

Conclusão

Aprender e ensinar... aprender a aprender... aprender para ensinar... Tudo isso faz parte de nossa história enquanto espécie e permanece em nós durante toda a vida. Daí o título deste artigo: Aprender Sempre!

Sim, aprender é processo vital, causa benefícios imensuráveis para o ser humano e não é um fenômeno que ocorre apenas na infância e na adolescência, mas perdura durante toda a vida.

A Psicopedagogia hoje compreende que o público de adultos e idosos senescentes ou aqueles com MCI- Declínio Cognitivo Leve - necessita e pode ser beneficiado com suas propostas.

Seja em instituições, tais como grupos de maturidade em Universidades, ou em grupos de convivência entre idosos ou no ambiente clínico no qual pratica a terapia da aprendizagem potencializando ou remediando as fraturas que podemos trazer neste processo desde a escolaridade mais antiga, a Psicopedagogia se revela como uma área de atuação que atende adultos e idosos com a mesma eficácia que possui em relação às crianças e adolescentes.

Para tanto, o profissional necessita aprofundar estudos em Andragogia - aprendizagem de adultos – instrumentalizando-se com procedimentos adequados que evitam a infantilização. Requer que se atualize no âmbito da Sociologia e da Antropologia para compreender melhor seu papel de facilitador de aprendizagens junto a um público cada vez maior em termos quantitativos, que também sofre cotidianamente preconceitos de toda sorte, inclusive aqueles decorrentes de sua idade.

Cabe ao psicopedagogo aprender sempre, como a qualquer pessoa. Manter-se atualizado e curioso ao que acontece à sua volta. Somente assim poderá contribuir de fato para beneficiar esta população emergente que se apresenta com público-alvo de suas ações neste século.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brandão, C.R. (2022) *O Primata que Aprende: Como a Educação Começou a Acontecer*. Rio de Janeiro: WAK.

Bredesen, D. E. (2018) *O Fim do Alzheimer: o primeiro programa para prevenir e reverter o declínio cognitivo*. São Paulo: Objetiva.

Caierão, I e Ceroni, D. C. (2021). *O Aprender na Terceira Idade: Diferentes olhares e práticas*. Rio de Janeiro: WAK

Freire, J.B. (1997) *Educação de Corpo Inteiro: Teoria e Prática da Educação Física*. São Paulo: Scipione

Noffs, N.A; Barbosa, P.R e Souza, C.X da C. *Andragogia: reflexões sobre a aprendizagem na terceira idade*. In Caierão, I e Ceroni, D. C. (2021). *O Aprender na Terceira Idade: Diferentes olhares e práticas*. Rio de Janeiro: WAK

Oliveira, V. B. e Bossa, N. A. (1998) *Avaliação Psicopedagógica do Adolescente*. Petrópolis: Vozes.

Gonçalves, J.E. (2022) *Psicopedagogia para Adultos e Idosos: Diagnóstico e Intervenção*. (2ª. edição) Rio de Janeiro: WAK.

Gonçalves, J.E. (2022) *Práticas Psicopedagógicas com Adultos e Idosos*. Rio de Janeiro: WAK.

Langer, H.J. (2018) *Atenção Plena: Como Praticar Mindfulness Em Todas as Áreas de Sua Vida*. São Paulo: Benvirá.

Mosquera, J, J.M. (1984) *Psicodinâmica do Aprender*. Porto Alegre: Sulina.

Munhoz, M.L.P (2002) IN: Andrade, M.S e Capovilla, A.G.S. *A produção do conhecimento: métodos e técnicas de pesquisa em psicopedagogia*. São Paulo: Memnon.

Silva, M.C.A. (1988) *Psicopedagogia: em busca de uma fundamentação Teórica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Valente, J.A. *Aprendizagem ao Longo da Vida: O exemplo da terceira idade*. Disponível em [Aprendizagem continuada ao longo da vida o exemplo da terceira idade - PDF Free Download \(docplayer.com.br\)](#). Acesso em 21/02/2023.

AUTORIA



Júlia Eugênia Gonçalves

Mestra em Educação pela U. F. F. /RJ. Especialista em Psicopedagogia Clínica por E.PSI. BA, Argentina. Presidente da Fundação Aprender para Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, em Varginha/MG. Dedicou-se há mais de 40 anos à prática psicopedagógica nos âmbitos institucional e clínico. É autora dos livros Psicopedagogia Para Adultos e Idosos: diagnóstico e intervenção (2020) e Práticas Psicopedagógicas com Adultos e Idosos (2022), ambos pela editora WAK.

ETARISMO: cuidado e exclusão

Maria Eliane Catunda de Siqueira

Introdução

Para que a maior conquista da sociedade do século XX, o aumento da esperança de vida, tida hoje como um desafio demográfico se torne amanhã oportunidade, faz-se urgente esforços no sentido de garantir oportunidades iguais para todas as gerações realizarem o seu potencial humano.

Logo a discussão sobre o Etarismo, pela sua influência na vida de jovens e idosos se torna relevante. Neste artigo propomos uma aproximação teórica deste conceito, com base em estudos e reflexões de agências de âmbito regional e global que se dedicam a área da saúde e de universidades que enfocam as consequências do Etarismo na vida diária e nos cuidados prestados a idosos.

Objetivos

Temos como objetivos aprofundar a compreensão sobre as expressões do Etarismo e seu impacto na saúde física e mental de idosos, bem como sobre sua influência no processo de exclusão deste segmento de população e contribuir para a discussão deste conceito no cenário brasileiro

Para tanto enfocamos algumas expressões do Etarismo estrutural que observamos, através da prática gerontológica, como as que apresentam maior potencial para exclusão. Finalmente apresentamos proposições que julgamos significativas e que devem ser improrrogavelmente efetivadas através de ações integradas de políticas públicas, da colaboração da sociedade civil e das famílias de idosos e pela participação ativa da população idosa.

Discussões

O conceito Etarismo (do inglês *ageism*) pode ser compreendido quando observamos que a idade é uma das primeiras características que se nota nas outras pessoas. Manifesta-se quando a idade é usada para categorizar e dividir as pessoas de forma prejudicial e injusta com amplas consequências sobre a saúde e o bem-estar de idosos e jovens. No campo do envelhecimento humano associa-se diretamente a agravos a saúde física e mental, ao crescente isolamento social, a insegurança financeira, ao declínio da qualidade de vida e a morte prematura (Organização Pan-Americana da Saúde [OPAS], 2022). Estudos recentes ressaltam também o crescente custo financeiro do etarismo ao ignorar o potencial de idosos para gerar riquezas materiais e simbólicas para suas famílias e comunidades, bem como o preço dos problemas de saúde advindos desta questão (Lytle & Levy, 2019).

O termo foi cunhado por Butler ao reconhecer o preconceito no mercado de trabalho em relação à idade do trabalhador mais velho e mais novo (Butler, 1969). Butler (1980) o definiu de forma mais clara destacando três aspectos inter-relacionados do Etarismo: atitudes preconceituosas em relação aos mais velhos, à idade mais avançada, e aos processos de envelhecimento; práticas discriminatórias contra as pessoas mais velhas, particularmente no trabalho; políticas e práticas institucionais que perpetuam estereótipos, reduzem as oportunidades e deterioram a dignidade dos mais velhos.

Explicita-se como um conceito multidimensional que inclui três distintas dimensões: os estereótipos (como pensamos), os preconceitos (como sentimos) e a discriminação (como agimos) em relação às pessoas idosas, podendo se expressar conscientemente (explícito) e inconscientemente (implícito) em três diferentes níveis: macro (presente na cultura e nas estruturas de uma sociedade), meso (presente nas relações interpessoais) e micro (individual ou que se volta contra a si próprio). (World Health Organization [WHO], 2021)

Vem sendo visto como o último dos preconceitos, a última discriminação e uma cruel rejeição à população idosa ou seja, como o terceiro “ismo”, que se segue ao sexíssimo e ao racismo. Neri (2007) destaca que o aspecto insidioso dos preconceitos em relação à velhice, se refere a se sobreporem a outros preconceitos. Pessoas podem ser duplamente penalizadas por pobreza, raça ou deficiência e ao mesmo tempo por velhice. Aquelas que não sofreram discriminação ao longo da vida, provavelmente a conhecerão ao se tornarem velhos, constatando-se que qualquer pessoa pode tornar-se alvo do Etarismo ao alcançar uma idade mais avançada.

Observamos que é ainda pouco percebido por ser um novo e sutil conceito que emerge a medida que se alcança, como conquista de saúde e social, a maior longevidade humana. Assim, como processo cultural, expressa mecanismos usados para a perpetuação e reprodução de uma sociedade, tendo que a divisão por classes de idade determina a posição da pessoa em diferentes grupos e é a base de sistema de direitos, obrigações e conduta moral (Wilińska, Hontheim, Anbäcken, 2017).

Este complexo sistema ao determinar a posição dos idosos na estrutura social e explicitar seu caráter avaliativo e persistente orienta o tipo de discriminação a que esse grupo estará exposto. Se expressa diferentemente entre ricos e pobres, gêneros, raças, grupos de idade e nas várias esferas de poder político, social, institucional e familiar. Suas expressões são vistas como forma de agir “normal”, “naturalizada”, ocultas nos usos, costumes e relações pessoais. Depende da cultura, do contexto histórico, sendo socialmente construídas e se firma negando sempre a alteridade humana. (Siqueira, 2021).

A Teoria da Modernização aborda, em perspectiva histórica, a perda de status social dos idosos nos tempos atuais, quando comparado a eras pre-modernas, destacando como principais fatores a tecnologia científica aplicada a produção econômica absorvendo os jovens e tornando obsoletos as aptidões e conhecimentos dos mais velhos. A urbanização levando ao distanciamento geográfico entre jovens imigrantes urbanos e suas famílias, contribuindo para o aumento da distância entre gerações e redução do status social dos idosos. A alfabetização e a educação intensiva tornando os jovens mais capacitados que os mais velhos, ocasionando mudanças em papéis sociais e, como os jovens representam o progresso, os recursos sociais são preferencialmente direcionados a eles, acentuando o declínio do status social de idosos. Finalmente a tecnologia em saúde, incluindo a saúde preventiva, melhoria nos níveis de nutrição, a diminuição da mortalidade infantil, novas tecnologias curativas e de reabilitação possibilitando o aumento da expectativa de vida. Esta grande mudança leva a uma competição intergeracional fazendo que idosos sejam compelidos a abandonar previamente empregos com perda de renda, prestígio e poder (Cowgill & Holmes, 1972)

A teoria sociológica da Modernização tentando explicar a perda do status dos idosos e, conseqüentemente, o crescimento do Etarismo, recebe hoje críticas diversas. Destacamos a necessidade de se incorporar em suas análises as variáveis gênero, etnicidade, classe social, localização geográfica, período histórico para planejar ações que minimizem as limitações dos idosos frente as gerações mais jovens (Siqueira, 2002).

Hagestad e Uhlenberg (2005) alegam que o Etarismo no nível micro (individual) se remete ao nível macro (estrutural) alimentando o seu ciclo de exclusão. Apontam a possibilidade de que os mecanismos encontrados no nível meso (das relações interpessoais), através das estruturas e funções das rede sociais, tais como o tempo, a identidade de grupo, os laços afetivos, possam atuar como fatores importantes para quebrar o ciclo de segregação do Etarismo. Neste sentido ressaltam também como fator positivo a perspectiva das redes para entenderem como uma situação se apresenta para diferentes pessoas e como elas reagem cognitiva e emocionalmente a determinadas situações.

Concluem que entender os mecanismos das relações interpessoais (nível meso) são desafios que se colocam para os executores das políticas públicas e pesquisadores na luta contra o Etarismo.

Para aprofundar a compreensão sobre a emergência e difusão do etarismo toma-se como referência Bourdieu (1989) ao afirmar que há um poder que pouco se deixa ver ou que é até mesmo invisível. É exercido por nenhuma importância ser dada a ele, poder ignorado, que fundamenta outros poderes. Por consequência os sistemas simbólicos oriundos deste poder são responsáveis por produções também simbólicas que funcionam como instrumentos de dominação, contribuindo para a domesticação dos dominados. Assim o envelhecimento, como as demais etapas da vida, é apropriado e elaborado simbolicamente por todas as sociedades que atribuem a esta etapa um sentido político e organizador do sistema social. Observa-se na maioria das culturas, como propõe a Teoria sociológica da Modernização, o desprestígio político e social do idoso levando à segregação real ou simbólica.

Assim sendo o Etarismo cultural ao explicitar imagens negativas do envelhecimento e a perda de poder de idosos molda o Etarismo estrutural que se expressa nas leis, regras e normas sociais de instituições estatais, da família e de organizações econômicas e sociais. Salientamos que começa a ser aprendido e introjetado já na infância.

Vos et al. (2018) ressaltam a importância de novos estudos sobre o tema Etarismo e apontam a necessidade de se aprofundar conhecimento sobre a conexão entre estereótipos e preconceitos e a concretização da discriminação. É necessário entender quando esta conexão se estabelece e quando apesar dos estereótipos e preconceitos estarem ativados não acontece a discriminação. Resultados de estudos nesta perspectiva podem contribuir para o reconhecimento, em diferentes contextos socioeconômico e culturais, dos principais estereótipos e preconceitos que levam à discriminação. Auxiliariam em proposições de ações educacionais melhor orientadas para o combate e o esclarecimentos sobre estereótipos e preconceitos que embasam o Etarismo.

Compreender como diferentes idiomas e culturas expressam o Etarismo, como este interage com outros “ismos”, tais como o sexismo, o capacitismo e o racismo, para exacerbar as suas desvantagens, são linhas de pesquisas necessárias para orientar ações de enfrentamento tanto ao Etarismo como às demais formas de discriminação, enfatiza a OPAS, (2022).

No Brasil o Etarismo em relação aos idosos é uma questão central no debate sobre trocas intergeracionais e alocação de recursos governamentais. Aqui considera-se, habitualmente, as pessoas idosas como fardo e esta posição se expressa em projeções econômicas, em propostas de políticas públicas e nas colocações da mídia (Goldani, 2010).

Efeitos e impactos

Na perspectiva do impacto na vida cotidiana da população idosa citamos e discutimos a seguir algumas das principais expressões do Etarismo Estrutural no contexto brasileiro. São estereótipos, preconceitos e discriminações, observados diariamente na prática gerontológica que, apesar da heterogeneidade cada vez maior da velhice, ainda atinge a maioria dos nossos idosos brasileiros. Nestas expressões constata-se tanto a violência, a negligência, a negação de direitos como também a exclusão oriunda de um sentido deturpado do cuidado.

- Aposentadorias, pensões, e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que contempla idosos acima de 65 anos que não podem prover a própria sobrevivência, nem tê-la provida por sua família. Apesar de se constituírem como direitos legalmente assegurados os seus beneficiários idosos são vistos como improdutivos, com baixa capacidade de consumo e como ônus para as famílias, para as políticas públicas e para a sociedade. Os benefícios sociais, os direitos trabalhistas e de cidadania, são considerados benesses do Estado.

Desconhece-se entretanto que no Brasil, em todas as classes sociais, idosos contribuem com as gerações seguintes nas áreas de educação, finanças, moradia e serviços. A modalidade de áreas habitacionais compartilhadas, presentes em cidades brasileiras de diferentes portes, nas quais filhos e netos constroem e moram em terrenos de idosos, contribui para desonerar o Estado de parte significativa da sua responsabilidade na área habitacional. Já os benefícios previdenciários reduzem desigualdades sociais, regionais e exercem influência ímpar na economia de inúmeras famílias e municípios brasileiros. (Siqueira, 2021).

Pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos ([DIEESE], 2021) aponta que 75% dos idosos brasileiros contribuem com pelo menos metade da renda familiar e que em 4.101 dos 5.570 municípios brasileiros, o valor de benefícios previdenciários dos idosos superava o valor destinado pelo Fundo de Participação aos municípios.

- Alocação de recursos nas Políticas de Saúde – observa-se no Brasil nos últimos anos avanços, especialmente na Atenção Primária em Saúde, que beneficiam diretamente a população idosa. Assim tem-se significativo aumento do acompanhamento das doenças crônicas degenerativas, vacinação e educação em saúde. Entretanto Torres et al (2020) ressaltam que o atendimento das demandas de saúde da população idosa deva ser prestado baseado na perspectiva do cuidado integral, na integração de ações programáticas com a demanda espontânea, enfatizando as ações de promoção à saúde, prevenção de agravos, vigilância à saúde, tratamento e reabilitação. Constatamos que se fazem urgentes a prevenção de quedas, a atenção e reabilitação de perdas sensoriais e manutenção da funcionalidade como fatores que possibilitam a participação plena dos idosos na vida familiar e comunitária.

- Adequações ambientais para uma população que envelhece. No século XXI, a urbanização e o envelhecimento são fatores relevantes que se explicitam através do crescimento populacional nas cidades e do aumento do quantitativo de pessoas idosas que nelas residem (Santos et al, 2022). Os autores ressaltam que é essencial considerar conjuntamente estes dois fatores para garantir a participação ativa da população idosa nas dinâmicas familiar, comunitária e econômica, para o estabelecimento de ambientes adequados às necessidades do processo de envelhecimento, através da readequação físico-estrutural e legal de espaços e serviços. Para tanto propõem a implantação do Programa “Cidade Amiga do Idoso” mostrando sua importância para garantia dos direitos dos idosos, uma vez que as más condições do trânsito e do transporte público, a má conservação de ruas e calçadas, as dificuldades para acesso a bens e serviços nas cidades brasileiras são expressões concretas do Etarismo, contribuindo de forma relevante para adoecimento, morte e exclusão de idosos. (WHO, 2009)

- A negação da sexualidade enraizada na cultura ocidental cultiva o mito da velhice assexuada da qual se espera docilidade, santidade, paciência. Neste perfil não cabe o exercício da sexualidade, associada, em nossos arquétipos, ao pecaminoso, ao “prazer da carne”, privilégio dos jovens em pleno vigor físico. Os estereótipos e preconceitos em relação a sexualidade na velhice são influenciados pela mídia, pelas atitudes de jovens quanto à sexualidade de idosos, pelos idosos no que concerne à própria sexualidade e pelas atitudes dos provedores de cuidados.

Gewirtz-Meydan et al (2022) destacam que na sociedade contemporânea a sexualidade, a intimidade e as identidades sexuais são consideradas questões significativas para a vida pessoal e vistas como necessidades humanas básicas e direitos fundamentais. Os autores comentam que enfrentar percepções preconceituosas é substancial para estimular idosos a expressar livremente sua sexualidade e identidade sexual. E portanto discussões abertas e legítimas contribuem para que idosos possam exercer plenamente a sexualidade e também para a promoção da saúde sexual na velhice.

- Inexistência de Políticas de cuidados continuados ao longo da vida – a sociedade e as instâncias governamentais ainda não atentaram a contento para a rapidez do envelhecimento da população idosa no Brasil e das demandas trazidas por este processo. Constatamos ainda como principal alternativa para idosos que passam a depender de cuidados a institucionalização, oferecida em sua maioria por organizações da sociedade civil, uma vez que as políticas, principalmente de assistência social e de saúde não oferecem os apoios necessários para que o idoso permaneça com segurança no âmbito da família e da comunidade. O desenraizamento em nome do cuidado, da segurança e muitas vezes da necessidade leva ao afastamento do idoso da sua casa e da sua comunidade e a ruptura brusca com a sua história de vida, seu contexto existencial, sua memória afetiva-emocional. (Siqueira, 2021).

A precariedade de cuidados necessários oferecidos as faixas de idade mais avançadas pelo Estado, a sociedade e as famílias brasileiras reforçam o Etarismo uma vez que contribuem para explicitar principalmente a fragilidade e incompetência de idosos, aprofundando a exclusão e desvalorizando as conquistas da longevidade.

Assim o Programa “Ageing in place” que significa a possibilidade e capacidade de continuar a viver em casa e/ou na sua comunidade ao longo do tempo, com segurança e de forma independente é divulgado com o objetivo de melhoria da qualidade de vida da população idosa. Este conceito requer uma abordagem interdisciplinar protagonizada por diversas políticas públicas propondo a implantação de programas que contemplem as diferentes demandas da população idosa e de suas famílias. (WHO, 2015).

Nesta perspectiva deve se contar com apoio efetivo aos cuidados familiares, apoio a idosos que residem sozinhos, alternativas de permanência na comunidade ou na família através de modalidades de atenção como repúblicas, centros dias, casas lares. A institucionalização passaria então a ser alternativa final e não a primeira ou a única, como disponível atualmente na maioria das cidades brasileiras.

O Programa “Ageing in Place” enfatiza a importância dos serviços de apoio domiciliário, chamando a atenção para iniciativas que, pelo seu carácter inovador, possam efetivamente constituir -se como boas práticas neste domínio. Propõe modalidades de intervenção social baseadas nas linhas que preconiza ou seja, oferecer a população idosa o apoio social necessário para viver com segurança e de forma independente, em casa e na comunidade pelo maior tempo que lhes for possível

Nos países economicamente mais frágeis este programa se apresenta portanto não como uma opção mas sim uma necessidade, dadas as limitações dos sistemas de segurança social e a falta de alternativas institucionais, pelas oportunidades criadas para a inclusão social e pela recompensa emocional que possibilita, contribuindo efetivamente para dissociar a necessidade natural de cuidados em todas as etapas da vida da visão negativa da velhice mais avançada.

Tecendo considerações sobre o “Ageing in Place” estudiosos ressaltam que os pesquisadores, os profissionais de diferentes áreas responsáveis por concretizar as propostas do programa e os formuladores de políticas públicas devem considerar a complexidade e os desafios associados a este conceito ao conduzirem pesquisas e ao desenvolverem o programa. Apontam a relevância dos fatores e processos nele envolvidos destacando experiências individuais, características das residências, o ambiente construído da vizinhança, os suportes sociais disponíveis, os serviços de base comunitária e a mobilidade. Finalmente afirmam que é essencial se conhecer e levar em consideração a perspectiva dos idosos a que se destina o programa. (Bigonnesse & Chaudhury, 2020)

- Exclusão Comunicacional: A era digital transformou totalmente os modos de produção do saber e da comunicação e hoje as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) correspondem a todas as tecnologias que interferem e mediam os processos informacionais e comunicativos. Para os idosos o uso da TICs permite na atualidade evitar o isolamento social, o acesso a novos conhecimentos e a serviços públicos, entretenimento e uso do tempo livre.

Entretanto pesquisa mostra que os idosos brasileiros continuam apartados do mundo digital. Apesar do aumento dos maiores de 60 anos que disseram ter conhecimento sobre o termo internet (63% em 2006 e 81% em 2020), apenas 19% dos idosos fazem uso efetivo da rede. Segundo a pesquisa, 72% da população da terceira idade nunca utilizou um aplicativo e 62% nunca utilizou redes sociais. (Fundação Perseu Abramo, 2020).

De acordo com Souza e Sales (2016), para compreender as relações estabelecidas entre idosos e a utilização das TIC deve-se considerar contextos sociais e históricos distintos. Observa-se também a relevância de se considerar as condições financeiras, as perdas sensoriais normativas do processo de envelhecimento e o grau de escolaridade para avaliar as oportunidades e barreiras que permitam ou dificultam a inclusão dos idosos nas novas formas de comunicação.

O Estatuto da Pessoa Idosa prevê no Art. 21º. que “o Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados”. Conforme o parágrafo primeiro deste artigo: “os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna” (Lei nº 14.423, 2022). Entretanto pouco se observa o cumprimento desta determinação, uma vez que a Política de Educação não cumpre a contento o seu papel na difusão de informações sobre o processo de envelhecimento e no atendimento das demandas educacionais dessa parcela da população

Portanto, estereótipos, preconceitos e exclusão embasam a forma da sociedade entender a relação dos idosos com as TICs, sem considerar que a Era Digital está sendo por eles vivenciada pela primeira vez na contemporaneidade, diferentemente de jovens e crianças nascidas em anos recentes. Exigir que idosos se comuniquem de acordo com modelos atualizados é forma de exclusão simbólica e expressão do Etarismo que dificulta as relações intergeracionais e afasta idosos da vida familiar, social e econômica (Siqueira, 2021).

- Exclusão Comunicacional: A era digital transformou totalmente os modos de produção do saber e da comunicação e hoje as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) correspondem a todas as tecnologias que interferem e mediam os processos informacionais e comunicativos. Para os idosos o uso da TICs permite na atualidade evitar o isolamento social, o acesso a novos conhecimentos e a serviços públicos, entretenimento e uso do tempo livre.

Entretanto pesquisa mostra que os idosos brasileiros continuam apartados do mundo digital. Apesar do aumento dos maiores de 60 anos que disseram ter conhecimento sobre o termo internet (63% em 2006 e 81% em 2020), apenas 19% dos idosos fazem uso efetivo da rede. Segundo a pesquisa, 72% da população da terceira idade nunca utilizou um aplicativo e 62% nunca utilizou redes sociais. (Fundação Perseu Abramo, 2020).

De acordo com Souza e Sales (2016), para compreender as relações estabelecidas entre idosos e a utilização das TIC deve-se considerar contextos sociais e históricos distintos. Observa-se também a relevância de se considerar as condições financeiras, as perdas sensoriais normativas do processo de envelhecimento e o grau de escolaridade para avaliar as oportunidades e barreiras que permitam ou dificultam a inclusão dos idosos nas novas formas de comunicação.

O Estatuto da Pessoa Idosa prevê no Art. 21º. que “o Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados”. Conforme o parágrafo primeiro deste artigo: “os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna” (Lei nº 14.423, 2022). Entretanto pouco se observa o cumprimento desta determinação, uma vez que a Política de Educação não cumpre a contento o seu papel na difusão de informações sobre o processo de envelhecimento e no atendimento das demandas educacionais dessa parcela da população

Portanto, estereótipos, preconceitos e exclusão embasam a forma da sociedade entender a relação dos idosos com as TICs, sem considerar que a Era Digital está sendo por eles vivenciada pela primeira vez na contemporaneidade, diferentemente de jovens e crianças nascidas em anos recentes. Exigir que idosos se comuniquem de acordo com modelos atualizados é forma de exclusão simbólica e expressão do Etarismo que dificulta as relações intergeracionais e afasta idosos da vida familiar, social e econômica (Siqueira, 2021).

- COVID-19 Pela sua recenticidade e impacto é necessário ressaltar os efeitos da pandemia sobre o Etarismo em relação à velhice e os velhos brasileiros. A insegurança frente a uma situação desconhecida, o histerismo de um certo tipo imprensa acostumada a explorar a vulnerabilidade da população idosa, as declarações de autoridades e profissionais da área econômica, muitos deles idosos, desejando de forma clara ou metaforicamente a morte da população idosa brasileira, fazem emergir com nova força estereótipos e preconceitos fortemente arraigados no imaginário e na prática da sociedade brasileira.

A OPAS (2022) ressalta que a pandemia de COVID-19 não só expôs o Etarismo em diferentes meios, mas também criou a oportunidade de lançar muitas iniciativas positivas, que refletem solidariedade e coesão, citando a elaboração de informações on-line especificamente para pessoas idosas e o apoio para ajudá-las a se comunicarem durante o confinamento, usando tecnologias digitais. Destaca ainda a solidariedade de profissionais de saúde idosos e aposentados que se mantiveram na linha de frente de combate à pandemia.

No Brasil como expressão de solidariedade entre gerações evidenciou-se durante a pandemia o apoio presencial ou através de tecnologias digitais da família, amigos e vizinhos à idosos e em contrapartida o significativo aumento do apoio financeiro de idosos a suas famílias.

Proposições

Tendo como referência as expressões do Etarismo Estrutural acima discutidas destacamos algumas recomendações que podem contribuir para explicitar suas consequências negativas para a população idosa e orientar o combate a sua prática.

- Educação sobre o processo de Envelhecimento. Considerando o envelhecimento como interesse de todas as faixas etárias, por ocorrer ao longo da vida e que hoje até cinco gerações podem conviver em uma mesma família, a constituição das identidades geracionais são questões urgentes, que necessitam entrar na pauta educacional (DOLL, RAMOS, BAUES,2015). A educação sobre e para o envelhecimento deve prioritariamente se voltar para a capacitação de profissionais das mais diversas áreas para que possam atender as diferentes demandas deste processo, para famílias que prestam cuidados a seus membros idosos e para a própria população idosa, como preconiza o artigo 22º do Estatuto da Pessoa Idosa: “Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria” (*Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022*)

- Política de Cuidados de Longa Duração constituída por diversas políticas públicas no âmbito federal, estadual e municipal necessita ser urgentemente implementada para garantir a assistência integral e adequada e resguardar a dignidade da população idosa. Assim é fundamental propô-la como política de Estado, definindo sua abrangência, competência, orçamento, monitoramento, controle social e ainda parâmetros quanto a formação dos profissionais cuidadores (Duarte et al, 2016). É providencia fundamental para que os idosos brasileiros possam desfrutar dos benefícios da longevidade e já previstos pelo Programa “Age in Place”: viver com segurança e de forma independente, em casa e na comunidade pelo maior tempo que lhes for possível (WHO, 2015)

- Estimulo, apoio e condições para Convivência Intergeracional. Estudos diversos mostram a importância da experiência direta na formação de atitudes e que os efeitos positivos do contato têm sido vistos frente a diversos grupos, como idosos, pacientes psiquiátricos e crianças com deficiências. A teoria e a prática da diversidade mostram que a aproximação, a informação e a convivência com o diferente ou desconhecido são recursos eficazes. Assim, a troca de experiências, expectativas e saberes entre gerações criam condições para a superação de estereótipos e preconceitos visando a construção de uma sociedade para todos. (SIQUEIRA, 2007).

Saraiva (2022) analisando o cenário das iniciativas intergeracionais destaca que as questões das relações intergeracionais e a temática da solidariedade entre diferentes gerações não estão explícitas nas políticas públicas brasileiras. Assim a presença do Estado é ainda muito precária em iniciativas de apoio a programas intergeracionais.

- Incentivo a participação política de idosos para garantia de direitos e combate ao Etarismo. Enquanto segmento populacional os idosos desconhecem sua potencialidade para atuação política dada o baixo nível de escolaridade de parcela significativa de seus componentes, pela falta de tradição sócio histórica de atuação em questões de interesse coletivo, pela heterogeneidade deste grupo, dificultando sua mobilização. Por outro lado o significativo percentual de idosos na população brasileira, a maior disponibilidade de tempo deste grupo, suas experiências e competências, sua participação, já significativa, nas redes sociais são fatores que lhes dão condições de serem os sujeitos legítimos na exigência de direitos e na busca de uma sociedade que inclua e respeite as diversas etapas da vida humana. (SIQUEIRA, 2021).

-Estimulo as Redes informais de apoio a idosos. Apesar dos avanços nas políticas públicas de atenção ao idoso, observamos que as estruturas governamentais e as redes formais não são capazes de atender as todas as demandas do rápido envelhecimento da população brasileira. As lacunas existentes são preenchidas, com os recursos possíveis, pelas redes informais, que, por tradição cultural e solidariedade, desde de sempre apoiam os idosos brasileiros.

As redes informais são consideradas como recursos sociais que os idosos percebem estar disponíveis, ou que são efetivamente oferecidos, por não profissionais, no contexto das relações de ajuda e que influenciam na saúde e bem estar. São integradas por familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, membros de comunidades religiosas, com relações próximas e com envolvimento afetivo com os idosos, oferecendo apoio material (dinheiro, alimentos, alojamento); instrumental (cuidado, acompanhamento, transporte, serviços domésticos); emocional (afeto, companhia, escuta); cognitivo (trocas de experiências, informações, conselhos). Contribuem para o acesso de idosos a serviços públicos, complementam o apoio formal, estimulam e colaboram para a participação social do idoso, mobilizam recursos comunitários, auxiliam na permanência do idoso na família, empoderam idosos para exigirem direitos. (Siqueira, 2022)

Assim sendo, com base na prática profissional de atenção a população idosa, e respaldada nas discussões trazidas por Hagestad e Uhlenberg (2005) sobre o papel das relações interpessoais na quebra do ciclo de exclusão do Etarismo, reforçamos que as redes informais de apoio a idosos, são, na realidade do processo de envelhecimento brasileiro, recursos que devem ser com urgência mobilizados e capacitados na perspectiva de construção de uma sociedade aberta a inclusão da diversidade humana.

Conclusões

Concordamos que os resultados do combate ao Etarismo em relação à população idosa possibilitará desenvolver seu potencial, controlar as limitações inerentes ao processo de envelhecimento, manter a autonomia, prevenir a perda da independência e permitir a participação significativa deste segmento na vida de suas comunidades. Para que essa proposta se concretize é indispensável que o governo, a família e sociedade lhes garanta saúde, oportunidades de participação, segurança e aprendizagem ao longo da vida como preconiza a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2021) e o Estatuto da Pessoa Idosa (*Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022*)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bigonnesse, C., & Chaudhury (2020) The Landscape of “Aging in Place” in Gerontology Literature: Emergence, Theoretical Perspectives, and Influencing Factors, *Journal of Aging and Environment*, 34 (3), (pp.233-251). <https://doi.org/10.1080/02763893.2019.1638875>

Bourdieu, P. (2002) O poder simbólico. (5.ed.) Bertrand Brasil S.A, 2002

Butler, R.N. Ageism: another form of bigotry. *Gerontologist*. 1969 Winter;9(4):243-6. https://doi:10.1093/geront/9.4_part_1.243

Butler, R. N. Ageism: a foreword. *Journal of Social Issues*, v. 36, p. 8-11, 1980. <https://eric.ed.gov/?id=EJ233371>

Cowgill, D. O.; & Holmes, I. D. (1972). *Aging e Modernization*. Appleton Century Crofts.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2020). Perfil das pessoas com 60 anos ou mais. <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficoPerfil60AnosMais.html>

Doll, J.; Ramos, A. C.; & Baues, C.S. (2015) Educação e Envelhecimento. *Educação & Realidade*, 40, (1), 9-15, http://www.ufrgs.br/edu_realidade

Duarte, Y.A. O.; & Berzins, M. A. V., S.; & Giacomini, K. C. (2016) Política Nacional do Idoso: as lacunas da lei e a questão dos cuidadores. In: Alcântara, A. O; Camarano, A, M; & Giacomini, K, C. *Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões*. (pp. 457- 478) Ipea. https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content

Fundação Perseu Abramo. (2020). *Idosos no Brasil: Vivências, Desafios e Expectativas na Terceira Idade*. <https://fpabramo.org.br/publicacoes/publicacao/idosos-no-brasil-vivencias-desafios-e-expectativas-na-terceira-idade/>

Gewirtz-Meydan, Hafford-Letchfield, T., Benyamini, Y., Phelan, A., Jackson, J. & Liat Ayalon. (2018). Ageism and Sexuality. In: Ayalon, L., Tesch-Römer, C. (eds) *Contemporary Perspectives on Ageism*. (pp. 149-162) https://doi.org/10.1007/978-3-319-73820-8_2

Goldani, A. M. (2010). Desafios do preconceito etário no Brasil. *Educação & Sociedade*, 31, (111), (pp. 411-434). <http://www.cedes.unicamp.br>

Hagestad, G. O., & Uhlenberg, P. (2005). The Social Separation of Old and Young: A Root of Ageism. *Journal of Social Issues*, 61(2), 343–360. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.2005.00409.x>

Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022 (2022). Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas. Brasília, DF. <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1587226684/lei-14423-22>.

Lytle A, Levy SR. Reducing ageism: education about aging and extended contact with older adults. *Gerontologist*. 2019; 59(3):580-8 <https://doi.org/10.1093/geront/gnx177>.

Neri, A, L. Atitudes e preconceitos em relação à velhice. (2007). Em: Neri, A, L.(org.) *Idosos no Brasil: vivencias, desafios e expectativas na terceira idade*. (pp. 32-47). Fundação Perseu Abramo, Edições SESC.

Organização Pan-Americana da Saúde. (2022). *Relatório mundial sobre o idadismo*. <https://doi.org/10.37774/9789275724453>

Siqueira, M. E. C.(2002). Teorias Sociológicas do Envelhecimento. In: Freitas, E.V. et al.(Org.). *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. (pp.47-57). Guanabara Koogan

Siqueira, M.E.C. Velhice e Políticas Públicas. (2007). Em: Neri, A, L.(org.) *Idosos no Brasil: vivencias, desafios e expectativas na terceira idade*. (pp. 209-223). Fundação Perseu Abramo, Edições SESC

Siqueira, M.E.C. (2021, Junho, 23). Violência contra idosos: determinantes gênero, cultura e contexto socioeconômico. In Câmara Municipal de Poços de Caldas. *Reflexões sobre a violência contra o idoso*. <https://youtube.com./camarapocos>

Siqueira, M. E. C. (2022). Educação para o envelhecimento e o preconceito etário. In: Valle, L.H.L. do. Mattos, M. J. V. M. de., O'Relly, M.C.R de B. & Assumpção, F., Jr.(Orgs). *Refletindo sobre educação, saúde e sono: ações e desafios nas diferentes gerações*. (pp.194-207). Estancia Projetos Editoriais.

Souza, J. J. de; Sales, M. B. de. (2016). Tecnologias da informação e comunicação, smartphones e usuários idosos: uma revisão integrativa à luz das teorias sociológicas do envelhecimento. *Revista Kairós Gerontologia*, 19, (4), (pp. 131-154).
<https://doi.org/10.23925/2176-901X.2016v19i4p131-154>

Santos, V. P., Melo, E. de J., Leite, J. de S. P., Lima, T. S. B. de O., Oliveira, M. J. V. dos S., Machado, A. P. R., & Oliveira, M. J. V. dos S. (2022). Desafios socioambientais perante uma população que envelhece: sinergias entre envelhecimento, meio ambiente e saúde. *Brazilian Journal of Health Review*, 5(4), (pp.16959–16971).
<https://doi.org/10.34119/bjhrv5n4-247>

Saraiva, K.M. P. (2022) Sacudindo a memória: tempos de tessituras intergeracionais. Portal do Envelhecimento Comunicação

Torres, K, R, B, de O., Campos, M, R., Luiza, V. Lucia., & Célia Pereira Caldas. |(2020) *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 30(1), (pp.1-22).
<https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300113>

Voss, P., Bodner, E., Rothermund, K. (2018). Ageism: The Relationship between Age Stereotypes and Age Discrimination. In: Ayalon, L., Tesch-Römer, C. (eds) *Contemporary Perspectives on Ageism*. (pp. 11-32) https://doi.org/10.1007/978-3-319-73820-8_2

Wilinska, M., & de Hontheim, A., & Anbäcken, E-M. (2018). Ageism in a Cross-Cultural Perspective: Reflections from the Research Field. In Ayalon, I. & Tesch-Römer, C. *Contemporary Perspectives on Ageism* (pp.425-440).
https://doi:10.1007/978-3-319-73820-8_26.

World Health Organization. (2002). Active Ageing: a policy framework. *World Health Organization*. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/67215>

World Health Organization. (2007). Global age-friendly cities: a guide. *World Health Organization*. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/43755>

World Health Organization Centre for Health Development (2015) . Imagine tomorrow: report on the 2nd WHO global forum on innovation for ageing populations. *World Health Organization*.
<https://apps.who.int/iris/handle/10665/205288>

World Health Organization. (2021). *Ageing: Ageism*.
<https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/ageing-ageism>.

AUTORIA



Maria Eliane Catunda de Siqueira

Assistente Social pela PUC Minas, Mestre em Gerontologia e Doutora em Educação/ Gerontologia pela Unicamp.

Experiência na área de gestão da Política de Assistência Social. Prioriza estudos sobre Etarismo, Envelhecimento da Pessoa com Deficiência Intelectual e Implantação de programas/equipamentos das Políticas Públicas para a população idosa.

**USO DA TEORIA DA MODIFICABILIDADE COGNITIVA PELA
EXPERIENCIA DE APRENDIZAGEM MEDIADA PARA REABILITAÇÃO
COGNITIVA EM ALZHEIMER LEVE: REVISÃO DE LITERATURA.**

Silvana Pochetto Cracasso

RESUMO

Reuven Feuerstein em sua teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural pela Experiencia de Aprendizagem Mediada (EAM) afirma que o cérebro gera novas estruturas, através de fatores internos e externos. A interação entre a condição biológica, o ambiente e a mediação é frequente e complexa. Afirma ainda que as funções cognitivas dos seres humanos podem mudar independentemente da idade, do grau de comprometimento estrutural ou funcional e até mesmo quando a condição é considerada irreversível. Esta pesquisa, de caráter bibliográfico, buscou compreender os conceitos da Modificabilidade Cognitiva Estrutural (MCE) pela EAM de Feuerstein e suas implicações para as práticas de reabilitação cognitiva do idoso com Alzheimer leve, visto a necessidade de adaptabilidade deste idoso a um novo contexto global que exige de todos os envolvidos, sujeito, cuidador e familiares, mudem o modo de pensar e agir frente ao acometimento por esta doença neurodegenerativa crônica. Concluiu-se que a reabilitação cognitiva pela EAM, tendo em vista a MCE, pode colaborar no tratamento de idosos com Alzheimer leve diminuindo ou estabilizando perdas funcionais.

Palavras-chave: Experiência de aprendizagem mediada; modificabilidade cognitiva; Alzheimer Leve; reabilitação cognitiva; Reuven Feuerstein.

INTRODUÇÃO E JUTIFICATIVA

O avanço da medicina propiciou que a expectativa de vida aumentasse, contudo, a sociedade não está preparada para receber e acolher indivíduos em processo de envelhecimento normal (senescência), sendo mais dificultoso o envelhecimento patológico (senilidade), (DSM V, 2014).

A Doença de Alzheimer (DA) é a mais frequente forma de demência entre idosos. Destaca-se por afetar 25 milhões de pessoas em todo o mundo. Nos EUA, a prevalência da DA foi estimada em 4,5 milhões em 2000, e projetada para 13,2 milhões (um aumento de quase três vezes) em 2050. (de LIMA & JUNIOR, 2015).
Introdução:

A doença de Alzheimer (DA) é uma das principais causas de demência em todo o mundo. Sua incidência está diretamente relacionada ao aumento da idade, e seu impacto na saúde pública e na qualidade de vida dos pacientes e suas famílias é significativo. Neste trabalho, serão discutidos dados sobre a incidência e prevalência da DA em diferentes faixas etárias, com base em fontes científicas confiáveis.

- Incidência:

De acordo com Gutierrez et al (2004), a DA representa cerca de 70% de todos os casos de demência. Sua incidência aumenta de forma proporcional com a idade, dobrando a cada cinco ou dez anos. Estima-se que, entre os indivíduos com idade entre 65 e 69 anos, a incidência da DA seja de 0,6%; entre 70 e 74 anos, de 1,0%; entre 75 e 79 anos, de 2,0%; entre 80 e 84 anos, de 3,3%; e acima de 85 anos, de 8,4%.

- Prevalência:

A prevalência da DA também aumenta de forma exponencial com a idade. Segundo o DSM V (2014), a prevalência da doença passa de 3% entre os 65 e 74 anos para quase 50% entre os indivíduos com mais de 85 anos. Isso demonstra a importância de se compreender a dinâmica da doença em diferentes faixas etárias, a fim de estabelecer medidas preventivas e de tratamento mais eficazes. Introdução:

A doença de Alzheimer (DA) é um grave problema de saúde pública em todo o mundo, com a sua incidência e prevalência aumentando de forma alarmante. No Brasil, dados recentes mostram que a situação não é diferente, e a doença afeta uma parcela significativa da população idosa. Neste trabalho, serão apresentados dados sobre a prevalência da DA no Brasil, com base em fontes científicas confiáveis.

- **Prevalência no Brasil:**

As projeções indicam que a prevalência média da DA no Brasil é mais alta do que a média mundial. Entre 2010 e 2020, na população com 65 anos ou mais, o percentual de prevalência passou de 7,6% para 7,9%, o que representa cerca de 55.000 novos casos por ano (Fernandes & Andrade, 2017). Esses números são alarmantes, e apontam para a necessidade urgente de políticas públicas que visem a prevenção e o tratamento da doença.

- **Censo do IBGE:**

Dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) mostram que os idosos acima de 60 anos formam o grupo que mais cresceu na última década, representando 12% da população brasileira. Esse envelhecimento populacional, aliado à alta prevalência da DA, representa um desafio para a sociedade e para o sistema de saúde, que precisam estar preparados para atender as necessidades desses indivíduos (Fernandes & Andrade, 2017). A DA é uma doença de surgimento insidioso e progressão gradual com prejuízo em pelo menos dois domínios cognitivos (Atenção complexa, Fé, Aprendizagem, Memória, Linguagem, Função Percepto motora e Cognição Social) prejudicados. (RIGO, 2009).

PROBLEMA E OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é discutir a fase leve do Alzheimer, que é caracterizada por um comprometimento significativo nas tarefas instrumentais, mas com a capacidade de realizar as atividades básicas do dia a dia de forma independente. Nessa fase, o sujeito ainda pode se engajar em atividades que lhe são importantes, mas precisará de ajuda para maximizar sua independência e segurança.

As abordagens atuais de identificação, manejo dos sintomas; gestão e reabilitação dos domínios cognitivos acometidos pela DA, com enfoque na medicalização, mostram-se insuficientes.

Sendo assim, este trabalho tem por objetivo explorar, mediante revisão sistemática da literatura, a possibilidade da mediação pela Teoria Experiência de Aprendizagem Mediada (EAM) de Feuerstein como intervenção não farmacológica na reabilitação das funções cognitivas: a EAM pode ser uma possibilidade associada a reabilitação cognitiva como tratamento não farmacológico em pacientes com a doença de Alzheimer em estágio leve?

- **Longevidade**

O aumento da expectativa de vida no Brasil é um fato inegável, e é esperado que o país se torne um dos mais envelhecidos do mundo nos próximos anos. Contudo, o envelhecimento populacional traz consigo desafios para a sociedade e para o sistema de saúde, que precisam estar preparados para atender às demandas dos idosos.

- **Envelhecimento populacional:**

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos até 2025, em razão do aumento da expectativa de vida no país. No entanto, esse aumento da expectativa de vida demanda a constante melhoria ou manutenção da saúde e da qualidade de vida dos idosos (Malta & Silva Júnior, 2013).

- **Saúde e qualidade de vida:**

A saúde e a qualidade de vida dos idosos são fundamentais para que possam desfrutar da vida de forma plena e independente. Dessa forma, é essencial que a sociedade e o sistema de saúde estejam preparados para atender às demandas desses indivíduos. Além disso, políticas públicas que visem a prevenção de doenças e à promoção da saúde devem ser incentivadas, a fim de garantir um envelhecimento saudável e com qualidade de vida (Malta & Silva Júnior, 2013). A tendência geral é que as pessoas viam mais. Espera-se que o número de pessoas com demência aumente para 74,7 milhões em 2030 e para 131,5 milhões em 2050. Alzheimer e demência vascular 10%. (KUDLICKA, 2019).

- **Doença de Alzheimer**

O aumento da expectativa de vida no Brasil é um fato inegável, e é esperado que o país se torne um dos mais envelhecidos do mundo nos próximos anos. Contudo, o envelhecimento populacional traz consigo desafios para a sociedade e para o sistema de saúde, que precisam estar preparados para atender às demandas dos idosos.

- **Envelhecimento populacional:**

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos até 2025, em razão do aumento da expectativa de vida no país. No entanto, esse aumento da expectativa de vida demanda a constante melhoria ou manutenção da saúde e da qualidade de vida dos idosos (Malta & Silva Júnior, 2013).

- **Saúde e qualidade de vida:**

A saúde e a qualidade de vida dos idosos são fundamentais para que possam desfrutar da vida de forma plena e independente. Dessa forma, é essencial que a sociedade e o sistema de saúde estejam preparados para atender às demandas desses indivíduos. Além disso, políticas públicas que visem a prevenção de doenças e à promoção da saúde devem ser incentivadas, a fim de garantir um envelhecimento saudável e com qualidade de vida (Malta & Silva Júnior, 2013). A DA pode ser dividida em três fases: leve, moderada e grave de acordo com o nível de comprometimento cognitivo e o grau de dependência do indivíduo.

- **Fase leve do Alzheimer:**

De acordo com Bottino et al. (2002), na fase leve do Alzheimer, o desempenho do sujeito nas tarefas instrumentais é significativamente afetado, enquanto as atividades básicas ainda podem ser realizadas de forma independente. Isso significa que o indivíduo ainda pode se alimentar, se vestir e tomar banho sozinho, por exemplo, mas pode ter dificuldade em realizar tarefas mais complexas, como gerenciar suas finanças ou planejar uma viagem.

- **Ajuda e independência:**

Apesar das dificuldades, o sujeito acometido pela fase leve do Alzheimer ainda pode dirigir, trabalhar e participar de atividades que lhe são importantes. No entanto, para maximizar sua independência e segurança, ele precisará de ajuda. A família, cuidadores e profissionais de saúde podem fornecer suporte e orientação para o indivíduo, a fim de que ele possa continuar a desfrutar de suas atividades favoritas com segurança e qualidade de vida (Associação de Alzheimer/Alzheimer e Demência, 2018).

- **Reabilitação cognitiva**

Relatos de Restauração Cognitiva datam de 400 (a.C.). Uma investigação mais apurada sobre funcionamento cerebral se deu após primeira guerra mundial (séc. XX). Sua investigação sistemática referente a sequelas cognitivas teve seu apogeu na década de 1980 até os tempos atuais. (SANTOS NETO et al., 2014).

A reabilitação cognitiva (RC) como um tratamento não farmacológico para pacientes com comprometimento cognitivo, especificamente na doença de Alzheimer. A reabilitação cognitiva é uma subcategoria da reabilitação neuropsicológica que visa estimular funções cognitivas através de exercícios que retratam as situações do dia a dia.

- **Reabilitação cognitiva na doença de Alzheimer:**

A reabilitação cognitiva é uma intervenção que é aplicada de acordo com as necessidades individuais do paciente, com o objetivo de estimular funções cognitivas que ainda estão preservadas. Os exercícios utilizados na RC são adaptados para refletir situações cotidianas, de modo a aumentar a transferência das habilidades adquiridas para o mundo real. Além disso, a RC pode fazer uso de estratégias compensatórias para ajudar o paciente a aproveitar ao máximo as funções que ainda estão preservadas (SÁ et al., 2019).

- **Benefícios da reabilitação cognitiva:**

A RC pode trazer benefícios significativos para os pacientes com Alzheimer na fase leve a moderada. De acordo com estudos recentes, a RC pode melhorar a memória, atenção e outras funções cognitivas, bem como a qualidade de vida do paciente. Além disso, a RC também pode reduzir a necessidade de medicamentos e internações hospitalares (SALAZAR-GONZÁLEZ et al., 2021). Esta mesma autora e seus colaboradores analisaram a eficácia da reabilitação cognitiva como intervenção não farmacológica em pacientes com a doença de Alzheimer em estágio leve. Demonstraram que a RC é capaz de propiciar alterações funcionais e estruturais no cérebro e prolongar a independência do paciente na realização de atividades da vida diária.

- **Reaven Feuerstein**

Reuven Feuerstein, psicólogo israelense, nasceu em 1921 em Botosan, na Romênia, em uma família judia. Faleceu em 29 de abril de 2014, em Jerusalém, Israel. Fundamentou seu trabalho no exercício clínico e empírico ao longo de 50 anos. (SACERDOTE, 2018). Foi professor e pesquisador da área da Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Clínica e Psicologia Cognitiva. Nos seus mais de 50 anos de pesquisa, Feuerstein e seus colaboradores desenvolveram investigações científicas em diferentes populações. (ALMEIDA & MALHEIRO, 2020).

Segundo estes autores, as pesquisas deste autor basearam-se no postulado de que é possível mudar estruturas cognitivas, emocionais e comportamentais do indivíduo. Trabalhou incansavelmente com crianças consideradas incorrigíveis. Observando o sucesso de suas técnicas de mediação com esta população, passou a aplicar sua técnica em adultos com traumas cerebrais e demência em idosos. (FEUERSTEIN, 2012).

O legado de Feuerstein consolidou a crença na mudança dos ser humano, rompendo com qualquer determinismo, seja de natureza social, ambiental e muitas vezes, orgânicas que frequentemente envolve o indivíduo. (CUNHA, 2017). Seu trabalho apresentou um conjunto de instruções práticas a partir das quais é possível realizar a mediação, no caso específico do presente artigo, a mediação do processo de reabilitação cognitiva de idosos com Alzheimer leve. (OLIVEIRA, 2010).

- **Teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural (MCE)**

Sua teoria da MCE, baseia-se na premissa de que existe um potencial de aprendizagem a ser desenvolvido por qualquer sujeito, independentemente de sua idade ou origem étnica ou cultural. Para Feuerstein, todos os seres humanos são modificáveis, sem exceção. (FEUERSTEIN et *al.*, 2002).

Esta teoria considera a tendência do organismo de modificar suas estruturas cerebrais. Pesquisadores desta teoria tem provado que alterações cognitivas acontecem mesmo em pessoas muito idosas. Rejeitam o conceito de que a modificabilidade de uma pessoa é bloqueada em uma determinada idade. Esclarecem que o tempo do desenvolvimento cognitivo não é pareado ao desenvolvimento da estrutura óssea. Assumem que barreiras etiológicas podem ser vencidas. (FEUERSTEIN, et *al.*, 2014). É importante pontuar que esta teoria considera a emoção como base energética para modular comportamento. É o impulso que determina por que fazer algo e cria a necessidade. (FEUERSTEIN et *al.*, 2014).

A consolidação MCE requer ação mediada. Sob orientação de Feuerstein, esta mediação deve seguir critérios para de ser considerada como uma situação de Experiência de Aprendizagem Mediada (EAM). Dentre eles: a intencionalidade, a significação e a transcendência. (TZURIEL,1999, 2001).

A intencionalidade ocorre quando um mediador intencionalmente chama a atenção e há resposta ao estímulo. A significação se refere a conduta de afeto do mediador para enfatizar a importância, o significado e o valor do estímulo. A transcendência diz respeito à atitude do mediador em conduzir para além de contextos vigente com objetivo de transferir a aprendizagem para outras situações ou contextos diferentes. (FARIAS, 2008).

Almeida & Malheiro (2020) explicam que a relevância desses critérios de mediação está na importância de o mediador considerar e respeitar cultura, valores, áreas de interesse e características de personalidade que modelam comportamentos. Segundo estes autores estes critérios são universais e criam um ciclo interativo que favorece a MCE.

Feuerstein estabelece outros critérios agregadores que visam fortalecer e diversificar a EAM, podendo ou não estarem todos presentes no processo de mediação. A utilização dos demais critérios de mediação ampliam a EAM.

Figura 1. Relação entre os critérios de mediação



Fonte: Almeida & Malheiro (2020)

- **Teoria da Experiência de Aprendizagem Mediada (EAM)**

A EAM estabelece um mediador humano como determinante do desenvolvimento cognitivo. (TURRA, 2007). EAM é um processo que ocorre quando um mediador interpreta um estímulo ambiental, desperta intencionalmente a atenção do outro que atribui significado à informação recebida. (FARIAS, 2008).

Conforme destacado por Almeida e Malheiro (2020), a mediação é o princípio central da teoria de Feuerstein, que consiste em um processo que envolve mediador, estímulo e mediado. Através da Experiência de Aprendizagem Mediada (EAM), ocorre uma interação mediada entre o sujeito e o meio, no qual os estímulos que chegam até o sujeito são transformados por um agente mediador.

Essa abordagem propõe que a aprendizagem é um processo de transformação do sujeito, e que a mediação é fundamental para que ocorra uma aprendizagem efetiva. Por meio da EAM, os sujeitos nela envolvidos podem melhorar seus processos mentais intrapessoais e suas relações interpessoais. O sujeito mediado perceber-se como um organismo ativo, sai da atitude passiva diante dos medos, das inseguranças e impotências frente a situações desafiadoras. (TURRA, 2007).

A mediação envolve a cognição e a motivação. A motivação é o aspecto afetivo da cognição, que promove a vontade de fazer algo. (CUNHA, 2017). Esta autora esclarece que a mediação exige uma postura de muita disponibilidade e responsabilidade a fim de fazer emergir o afeto e a revalorização de si. Cabe ao mediador organizar contextos interativos que promovam a reativação das funções cognitivas e possibilite ao sujeito mediado desenvolver-se. É neste cenário de compaixão que se brotam novas possibilidades na relação do sujeito idoso mediado com o ambiente que o cerca.

Turra explica que pela EAM intencional para MCE se estabelece um sólido e enriquecedor potencial para lidar com as limitações e deficiências cognitivas que decompõem a qualidade de vida do paciente com doença de Alzheimer leve.

A exposição a estímulos pela EAM provoca mudanças dinâmicas nas funções cognitivas essenciais. Baseada no pressuposto de Feuerstein sobre a capacidade do organismo humano ser modificável a EAM desponta como proposta para reabilitação cognitiva favorecendo a otimização das capacidades residuais e diminuindo o impacto negativo na qualidade de vida dos idosos com doença de Alzheimer leve. (OLIVEIRA, 2010).

PROCEDIMENTO

Este estudo traz uma revisão de literatura que se deu em três fases. Primeiramente foi feita uma busca com os descritores reabilitação cognitiva e doença de Alzheimer leve onde foram selecionados 5 artigos. Em uma segunda etapa foram selecionados 3 estudos, com contribuição de pesquisa na área de educação, referente a teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural (MCE), Experiência de Aprendizagem Mediada (EAM) no que tange o processo de déficits cognitivos, especificamente nos déficits que acometem a pessoa com doença de Alzheimer (DA). Em um terceiro momento pareou-se todos os descritores e foi encontrado apenas um trabalho que contempla a junção de todos os descritores.

Como critérios de escolha, optou-se para seleção de periódicos das seguintes bases de dados: CAPES, PEPSIC, SCIELO, teses de doutorado, livros e Google Acadêmico, em português e inglês. Elegeu-se estudos realizados nos anos de 2000 a 2021. A pesquisa foi desenvolvida entre julho de 2021 a março de 2022. Os descritores utilizados foram: Alzheimer; Reabilitação Cognitiva; Teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural; Experiência de aprendizagem mediada; Reuven Feuerstein.

- Critérios de inclusão: foram considerados nesta revisão artigos relativos à experiência de aprendizagem mediada, teoria da modificabilidade cognitiva, idosos, Alzheimer e reabilitação cognitiva.
- Critérios de exclusão: Foram excluídos trabalhos de RC que referiam outras patologias neurodegenerativas ou que focassem em uma técnica específica de RC.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa bibliográfica abrangeu livros, teses e artigos científicos publicados em periódicos das áreas da saúde e da educação, nas bases de dados CAPES, PEPISIC, SCIELO e foram selecionados 9 artigos que respondiam aos critérios de inclusão. Destes, 3 referem-se aos descritores Alzheimer e Reabilitação Cognitiva.

Tabela 1: Relação dos artigos que passaram pelos critérios de inclusão

Nº	Ano	Título	Autores	Referência	Conclusão	Link
1	2010	O envelhecimento, a doença de Alzheimer e as contribuições do programa de enriquecimento instrumental (PEI)	Oliveira, A. R. R.	Cuad. Neuropsicol. V. 04 Nº 1; Junio 2010	A EAM se apresenta como um sólido e enriquecedor potencial para lidar com as limitações e deficiências cognitivas que alteram de modo devastador a qualidade de vida de um portador da doença de Alzheimer	https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=439642485003
2	2007	Reuven Feuerstein: "Experiência de Aprendizagem Mediada: Um salto para a Modificabilidade Cognitiva Estrutural"	Turra, N. C.	Educere Et Educare, 2(4), p. 297-310.	A EAM contribui para que sujeitos mediados se tomem capazes de superar limites na apreensão e na resolução de problemas, frente às demandas da contemporaneidade.	https://doi.org/10.17648/educare.v2i4.1671
3	2002	Reabilitação cognitiva em pacientes com doença de Alzheimer. Relato de trabalho em equipe multidisciplinar	Bottino, C. M. C., et al	J. bras. psiquiatr. 68 (3)	A reabilitação cognitiva é capaz de prolongar a independência do paciente na realização de atividades da vida diária e de gerar alterações funcionais e estruturais. Como consequência da constatação de poucos trabalhos que atingiram os critérios de elegibilidade, também se constatou a necessidade de se realizarem mais estudos controlados e com maior controle de aplicação, considerando o alto risco de viés nos estudos utilizados.	https://doi.org/10.1590/00047-2085000000241
4	2006	Reabilitação Cognitiva na Doença de Alzheimer	Cotelli, M. et al.	Pesquisa Clínica e Experimental do Envelhecimento 18(2):141-3	Não há evidências científicas suficientes que permitam conclusões definitivas, já que os tratamentos disponíveis permitem apenas o estadiamento dos sintomas da Doença e não a sua cura.	https://doi.org/10.1007/BF03327429
5	2017	Funções Cognitivas e Aprendizagem: a Abordagem de Reuven Feuerstein	Cunha, J. A. S. G.	Estação Científica - Juiz de Fora, nº18,	O legado de Feuerstein é vital porque consolida a crença na aprendizagem e mudança dos ser humano, rompendo com qualquer determinismo, seja de natureza social, ambiental e muitas vezes, orgânicas que frequentemente envolve o indivíduo	https://portal.estacio.br/media/funcoes-cognitivas...
6	2019	Eficácia da reabilitação cognitiva na melhoria e manutenção das atividades de vida diária em pacientes com doença de Alzheimer: uma revisão sistemática da literatura	Sá, C.C et al.	J. bras. psiquiatr. 68 (3)	A reabilitação cognitiva é capaz de prolongar a independência do paciente na realização de atividades da vida diária e de gerar alterações funcionais e estruturais.	https://doi.org/10.1590/00047-2085000000241
7	2020	Reabilitação Cognitiva em Pacientes com a Doença de Alzheimer: Revisão Sistemática.	Silva et al.	Revista Multidisciplinar e de Psicologia vol.14, n.50, p. 1043	Diante dos estudos, os tratamentos cognitivos mais encontrados foram os farmacológicos e em menor proporção os não-farmacológicos. Contudo concluímos que ainda não há evidências científicas suficientes que permitam conclusões definitivas, já que os tratamentos disponíveis permitem apenas o estadiamento dos sintomas da Doença e não a sua cura.	https://doi.org/10.14295/online.v14i50.2516
	2020	A aprendizagem mediada de Reuven Feuerstein: uma revisão teórico-conceitual dos critérios de mediação	Almeida & Malheiro	Revista Cocar. V.14 N.30 p. 1-22	Compreendemos que a EAM promove a MCE em função da interação promovida e discriminada pelos critérios de mediação.	https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar

Outros 5 tratam da EAM, MCE e RC. Finalmente na sobreposição Alzheimer leve, EAM, MCE e RC foi encontrado apenas um artigo para o propósito deste trabalho.

As projeções alarmantes de aumento nos diagnósticos de demências, em especial, a doença de Alzheimer, exige realização de propostas científicas viáveis para trabalhar com a reabilitação cognitiva e minimizar o sofrimento de pacientes e suas famílias. (OLIVEIRA, 2010).

Considerando o limitado efeito das medicações para as demências, vê-se de grande relevância buscar tratamentos não-medicamentosos, incluindo a reabilitação cognitiva, para melhor qualidade de vida das pessoas acometidas por estas doenças. (BOTTINO, 2002). Sob este aspecto cita-se neste trabalho duas propostas de intervenção: reabilitação cognitiva no modelo biomédico que foca na patologia e experiência de aprendizagem mediada que foca nas potencialidades do indivíduo.

Segundo Deslandes (2006) *“ver a pessoa como problema denota a perseverante prática em saúde de reduzir a pessoa doente à sua patologia”*. Há de se considerar com os avanços da neurociência cognitiva uma nova visão para reabilitação, o modelo holístico. (GOMES et al., 2012). Baseado nessas informações entende-se que EAM inserida em um programa de reabilitação cognitiva pode contribuir de forma eficiente para minimizar problemas de identidade e adaptação do idoso com doença de Alzheimer leve.

A temática desta análise suscitou a busca de informações dispersas devido o problema envolver duas áreas diferentes, educação e saúde que se complementam para responder à pergunta desta pesquisa.

Paula (2016) sugere que a RC apresenta efeitos positivos na funcionalidade mostrando ser uma importante ferramenta para o tratamento de sujeitos com DA leve.

Embora não seja propósito desta revisão de literatura pensar sobre o lugar do ser humano nas inter-relações que transitam no campo da saúde, é importante comentar que Feuerstein enfatiza que o desenvolvimento cognitivo só acontece se o sujeito receber boa interferência humana.

Deslandes (2006) se opõe ao perseverante dogma em saúde que define a pessoa doente pela sua patologia. Turra (2017, apud Feuerstein, 2007), rompe com esse dogma ao declarar que a idade e as anomalias cromossômicas não são determinantes irreversíveis que impedem o desenvolvimento das operações mentais complexas.

Lebeer (2016) constatou a importância de uma abordagem cognitiva intercedida por uma qualidade de interação mediante critérios de aprendizagem mediada. Este autor e seus colaboradoras sugerem a abordagem de Feuerstein como boa perspectiva para a reabilitação cognitiva. Considerando-se a alta prevalência da com sua impossibilidade de cura, faz-se necessário desenvolver estratégias que possam atenuar o declínio cognitivo e funcional desses pacientes.

É nesse contexto que este estudo propõe a Teoria da MCE pela EAM do psicólogo e educador Feuerstein, como uma possibilidade de reabilitação cognitiva. Esta teoria se apresenta com um sólido e enriquecedor potencial para lidar com as limitações e deficiências cognitivas e emocionais que alteram a qualidade de vida do paciente com doença de Alzheimer. Segundo Oliveira (2010), Feuerstein, em sua teoria, considerou que cada sujeito é único no seu processo de reabilitação.

Cunha (2017) nos esclarece que Reuven Feuerstein, propôs em sua teoria da MCE pela EAM, uma mediação humana intencional como um importante instrumento para que o cérebro se modifique em sua estrutura e funcionalidade. Feuerstein concentrou-se na pessoa e no que é capaz de realizar, ao invés de centrar-se em suas limitações.

Silva (2020) por meio de revisão sistemática sobre RC em pacientes com a Doença de Alzheimer, referenciou a RC como sendo o uso de diferentes técnicas de estímulo cognitivo para melhorar o desempenho de funções mentais específicas, indicando o caráter tecnicista desta abordagem. Esta intervenção foca a reabilitação cognitiva na relação direta do sujeito com o instrumento, enquanto a EAM acrescenta um mediador com intencionalidade entre o sujeito e a ferramenta.

De acordo com Paula (2016), estudos têm mostrado que a reabilitação cognitiva (RC) aplicada em pacientes com DA leve pode trazer resultados positivos, tais como a redução dos sintomas de ansiedade e depressão, além de diminuir o sofrimento dos cuidadores em relação às mudanças comportamentais dos pacientes. Dessa forma, a RC se apresenta como uma ferramenta pertinente no tratamento desses pacientes. Considerando que as abordagens farmacológicas não são suficientes para remediar os prejuízos cognitivos decorrentes do Alzheimer, a RC pela EAM pode ser uma intervenção promissora no curso da doença.

Pesquisas mostraram que existe um certo nível de plasticidade neural persistente durante a terceira idade e mesmo na doença de Alzheimer.

Estudos de revisão como este são indispensáveis para o aperfeiçoamento de técnicas e abordagens de manejo de pessoas com doenças neurodegenerativas sem perspectivas de cura e com evolução progressiva. A experiência empírica da longa teoria de MC pela EAM de Reuven Feuerstein mostrou a possibilidade de modificação e reorganização cerebral para melhores respostas cognitivas e comportamentais.

Técnicas não farmacológicas observadas nesta revisão de literatura, com mediação direta do sujeito por técnicas de reabilitação, revelam a eficácia da RC para melhorar a qualidade de vida destes pacientes, confirmando a capacidade do cérebro se readaptar a novas situações (neuroplasticidade).

É preciso maior investimento em pesquisas com técnicas de mediação humana (EAM) intencional para que estas intervenções sejam disponibilizadas na RC e, proporcionem um melhor ambiente social, preparado adequadamente, para diminuir o ritmo do declínio, compensar dificuldades, restaurá-las, se possível, tanto a nível estrutural como funcional.

SÁ (et al., 2019) observou limites na generalização dos benefícios da reabilitação cognitiva em pacientes com doença de Alzheimer. Sendo assim, a EAM, torna-se um complemento integrador na reabilitação cognitiva de idosos com doença de Alzheimer leve.

Observou-se um encorpado estudo com pesquisas realizada por Reuven Feuerstein, mas faltaram ensaios clínicos randomizados que tragam uma análise mais precisa sobre a eficácia desta teoria para o idoso com DA leve.

A teoria da MC pela EAM contempla os novos achados da neurociência cognitiva sobre neuroplasticidade cerebral ao crer que todo indivíduo, independentemente da sua condição patológica, idade ou status social, pode melhorar o seu desempenho cognitivo.

Descrições de estudos sobre a efetividade da reabilitação cognitiva em doentes com Alzheimer leve podem ser encontradas na revisão sistemática do artigo: Eficácia da reabilitação cognitiva na melhoria e manutenção das atividades de vida diária em pacientes com doença de Alzheimer: uma revisão sistemática da literatura. (SÁ, 2019). Gomez (2012) revisou a literatura referente às intervenções da reabilitação cognitiva em domínios cognitivos prejudicados em pacientes com a doença de Alzheimer em grau leve.

Estudos mais recentes são difíceis de ser encontrados e, especificamente no Brasil, parece não haver dados estatísticos com ensaios clínicos. Isso pode ser um reflexo do desconhecimento dos profissionais da saúde e educação sobre a existência e eficácia destas técnicas não invasivas.

CONCLUSÃO

Com base na revisão de literatura realizada, é possível concluir que a reabilitação cognitiva apresenta benefícios para pacientes com a doença de Alzheimer em estágio leve. Diversos estudos têm apontado que a RC pode promover melhorias na função cognitiva e em atividades da vida diária, além de reduzir sintomas de ansiedade e depressão. Além disso, a RC parece ser capaz de promover alterações funcionais e estruturais no cérebro desses pacientes, como aumento da espessura cortical e da conectividade cerebral. Portanto, a reabilitação cognitiva se mostra uma abordagem promissora para o tratamento de pacientes com a doença de Alzheimer em estágio leve.

A Teoria MCE pela EAM de Feuerstein esclarece o papel da mediação na produção de processos que permitem desenvolver, nos sujeitos, a capacidade de reaprender competências, prolongar a independência do paciente na realização de atividades da vida diária e de gerar alterações funcionais e estruturais. Mesmo com danos cerebrais graves a modificabilidade cognitiva é possível mediante uma abordagem de acordo com os critérios de aprendizagem mediada, com qualidade na interação/mediação entre o sujeito e o estímulo, mesmo muitos anos após a lesão. Este mesmo autor e colaboradores sugerem que a abordagem de Feuerstein pode oferecer perspectivas interessantes para a reabilitação cognitiva.

No cruzamento dos descritores, constatou-se escassez de trabalhos que atendam os critérios de elegibilidade. Mediante este fato sugere-se realizar mais estudos com maior controle de aplicação, considerando o baixo número de artigos científicos sustentando a teoria de MCE pela EAM como possibilidade de sua aplicabilidade no processo de reabilitação cognitiva em pacientes com doença de Alzheimer leve.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

2018 Alzheimer's disease facts and figures. Alzheimer's & Dementia, Volume 14, Issue 3, March 2018, Pages 367-429. doi:10.1016/j.jalz.2018.02.001. 2018 Alzheimer's disease facts and figures - - 2018 - Alzheimer's & Dementia - Wiley Online Library. Acesso em 20/02/2022.

21/9 – Dia Mundial da Doença de Alzheimer e Dia Nacional de Conscientização da Doença de Alzheimer, Biblioteca Virtual em Saúde, Ministério da Saúde. 21/9 – Dia Mundial da Doença de Alzheimer e Dia Nacional de Conscientização da Doença de Alzheimer | Biblioteca Virtual em Saúde MS (saude.gov.br). Acesso em 20/02/2022.

Alzheimer e demência no Brasil. Alzheimer Association (2018). Ajuda sobre Alzheimer e demência | Brasil | Alzheimer's Association Acesso em 20;02/2022.

BOTTINO, C. M. C. et al. *Reabilitação cognitiva em pacientes com doença de Alzheimer: Relato de trabalho em equipe multidisciplinar*. Arq Neuropsiquiatr 2002;60(1):70-79.

COTELLI, M. et al. *Cognitive rehabilitation in Alzheimer's Disease. Aging Clinical and Experimental Research*, Aging Clin Exp Res, Vol. 18, No. 2.

CUNHA, J. A. S. G., *Funções cognitivas e aprendizagem: a abordagem de Reuven Feuerstein*, Estação Científica - Juiz de Fora, nº18, jul – dez / 2017.

da SILVA, E. & SOUSA. M. N. A., *Vivências emocionais de cuidadores de indivíduos com a doença de Alzheimer*. Bioethics Archives, Management and Healthv. 1, n. 1, p. 1-12, 2021.ISSN: 2763-9991.

DESLANDES, S.F., comp. *Humanização dos cuidados em saúde: conceitos, dilemas e práticas* [online]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006, 414 p. Criança, mulheres e saúde collection. ISBN 978-85-7541-329-6. <https://doi.org/10.7476/9788575413296>.

Doença de Alzheimer: evolução clínica e os diferentes estágios da pintura do artista Carolus Horn - por Débora Rigo—extraído do livro “Tópicos em Neurociência Clínica” - Elisabete Castelon Konkiewitz-editora UFGD-2009. [Doença de Alzheimer: evolução clínica e os diferentes estágios da pintura do artista Carolus Horn- por Débora Rigo—extraído do livro “Tópicos em Neurociência Clínica”-Elisabete Castelon Konkiewitz-editora UFGD-2009. – NEUROCIÊNCIAS EM DEBATE \(cienciasecognicao.org\).](#) Acesso em 20/02/2022

Envelhecimento ativo: uma política de saúde / World Health Organization; tradução Suzana Gontijo. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. [MIOLO ENV ATIVO FINAL.indd \(saude.gov.br\).](#) Acesso em 20/02/2022.

FARIAS, I. M., et al. ***Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação inclusiva: análise do padrão de mediação do professor com base na teoria da Experiência de Aprendizagem***, Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Set.-Dez. 2008, v.14, n.3, p.365-384.

FEUERSTEIN, R. et al. (2002). ***The dynamic assessment of cognitive modifiability: The learning propensity assessment device: Theory, instruments, and techniques***, ICELP Press.

KUDLICKA A., et al. ***Cognitive rehabilitation for people with mild to moderate dementia***, Cochrane Database of Systematic Reviews. 05 August 2019.

MALTA, D. C.; da SILVA JR, J. B., ***O Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil e a definição das metas globais para o enfrentamento dessas doenças até 2025: uma revisão***. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 22(1):151-164, jan-mar 2013.

Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5. American Psychiatric Association. Tradução. Maria Inês Corrêa Nascimento et al.; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli et al. Porto Alegre: Artmed, 2014. xliv, 948 p. [DSM_V.pdf \(co.pt\).](#) Acesso em 20/02/2022.

MIRMIRAN, M. et al. ***Is brain plasticity preserved during age and in Alzheimer’s disease?*** Behavioural Brain Research 78 (1996) 43-48.

NEGRI, M. D. X. e LABRONICI, L. M., Do determinismo absoluto à teoria de modificabilidade cognitiva de Reuven Feuerstein – um convite à reflexão. *Cogitare Enferm.*, Curitiba, v.6, n.2, p.64-68, jul./dez. 2001.

OLIVEIRA, A. R. R., O envelhecimento, a doença de Alzheimer e as contribuições do Programa de Enriquecimento Instrumental (PEI), *Cuad. Neuropsicol.* Vol. 4 Nº 1; Junio 2010. <https://www.cnps.cl/index.php/cnps/article/view/100/87>

SÁ, C. C, et. al., Eficácia da reabilitação cognitiva na melhoria e manutenção das atividades de vida diária em pacientes com doença de Alzheimer: uma revisão sistemática da literatura, *J Bras Psiquiatr.* 2019;68(3):153-6. <http://dx.doi.org/10.1590/0047-2085000000241>

SANTOS NETO, G. S., et al, 2014 - Trinta anos de reabilitação cognitiva com o apoio do computador: o que a neuropsicologia tem a dizer? Artigo na *Revista Brasileira de Computação Aplicada* · April 2014. DOI: <https://doi.org/10.5335/rbca.2014.3259>

TURRA N. C., Reuven Feuerstein: “Experiência de Aprendizagem Mediada: um salto para a modificabilidade cognitiva estrutural. *Revista de Educação* Vol. 2 nº 4 jul./dez. 2007 p. 297-310. ISSN 1809-5208

TZURIEL D. (2021) Environmental Effects on Neural Plasticity and Cognitive Modifiability. In: *Mediated Learning and Cognitive Modifiability. Social Interaction in Learning and Development.* Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-75692-5_1

AUTORIA



Silvana Cracasso

Mestre em Ciências da Saúde. Pedagoga especialista em Psicopedagogia clínica e Neuropsicologia, Dependência Química e Saúde do Idoso. Aprimorou-se na arquitetura do cérebro humano, e hoje atua na avaliação e reabilitação das funções cognitivas: raciocínio, foco, atenção, memória, controle de impulsos entre outras. Exerce seu trabalho no campo clínico terapêutico embasada na conexão fisiológica cérebro-corção. Especialista em biofeedback cardiovascular, ministra cursos de formação, workshops e palestras com temáticas ancoradas nas bases científicas do processo de aprendizagem pela mediação humanizada, intencional e recíproca. Possui vasta experiência na área de Educação/Aprendizagem com foco em Saúde Mental e Emocional. Participação em palestras, congressos, organização e coautoria literária.

Interseccionalidade gênero, classe social, raça/etnia e envelhecimento

Terezinha Richartz

Introdução

Complexo e multifacetado, o envelhecimento atinge grande contingente populacional; no ano de 2022, por exemplo, a população brasileira chegou a 215 milhões de habitantes, destes 31,5 milhões são idosos, ou seja, 14,6% do total (Alves, 2022). Observa-se, pois, que homens e mulheres não envelhecem da mesma forma, o que realça a necessidade de se refletir sobre a trajetória de vida de cada um a fim de se entender as suas nuances em termos sociais em conformidade com suas vivências, que se diferenciam e recebem os marcadores sociais a que foram submetidos durante a vida; e assim, não se trata de envelhecimento, e sim de envelhecimentos. Para tanto, o presente artigo tem como objetivo discutir a interseccionalidade entre gênero, classe social, raça/etnia como categorias importantes, com o intuito de se entender a complexa fase do envelhecimento.

Ao se discorrer sobre o termo velhice no Brasil, nota-se uma situação paradoxal, quando, ao mesmo tempo em que o aumento das pessoas idosas aponta para um aumento da expectativa de vida, que traz em seu bojo avanços no sistema de saúde e na qualidade de vida, constata-se, também, a existência de muitos idosos em situação de vulnerabilidade social. Mas por que razão essa discrepância? Para compreender é necessário ver os fatores interseccionais que explicam tal diferença, a travestilidade, por exemplo, com estes marcadores sociais gênero, classe social, raça/etnia aparecem na vida de cada pessoa, e desponta como elemento importante para o entendimento e a problematização dos processos de envelhecimento. Cabe ressaltar, que esse questionamento se deu a partir de fontes bibliográficas e dados estatísticos produzidos por órgãos oficiais e disponíveis em sites, livros, revistas, entre outras publicações avulsas.

A Interseccionalidade influenciando nas oportunidades

Para entender o porquê de determinadas categorias sociais terem potencializado as dificuldades de desenvolvimento humano e social, é preciso compreender o conceito de interseccionalidade, a qual procura apreender as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação, tratando-se, sobretudo, da forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios geram desigualdades básicas, que estruturam crenças relativas a gênero, raças, etnias, classes, entre outros. Ademais, a interseccionalidade expõe a forma como ações e políticas específicas produzem opressões, que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002).

Nessa perspectiva, a idade também é um eixo de subordinação, já que a combinação de um ou mais desses fatores potencializa as desvantagens; exemplo disso pode ser retratado em uma mulher, pobre, negra e idosa, que, certamente, passa por mais dificuldades do que a mesma idosa, porém, rica e branca. E, ainda nesse seguimento, os ainda mais beneficiados são homens brancos e ricos, ainda que idosos, uma vez que todos esses fatores não afetam uma pessoa separadamente; ao contrário, entrelaçam-se, gerando diversas desigualdades ou vantagens, como os privilégios masculinos que abarcam o patriarcado brasileiro. Em verdade, as estruturas sociais discriminam categorias sociais, e quando estes preconceitos se mesclam, as dificuldades ou vantagens são potencializadas.

No nó formado pelo capitalismo, racismo e patriarcado, não há uma luta que se sobreponha, que seja mais importante do que a outra; a luta de classes não é mais relevante por atingir um setor maior da sociedade, já que nessa categoria, é encontrada, além dos pobres, a maioria das mulheres e de muitos negros, sendo, portanto, o lado econômico de uma nação, que luta contra a discriminação racial e a submissão da mulher ao homem, atingindo setores que, embora majoritários, recebem tratamento de minorias.

Nesse viés, as lutas não podem ser encaradas como específicas de uma única categoria; os problemas raciais dizem respeito a negros e brancos; o combate ao patriarcado, a homens e mulheres (Saffioti, 1987, pp. 88-89). Lerner (1997, p. 15) enfatiza essa questão ao afirmar que “a opressão de raça, de classe e de gênero são inseparáveis. Elas se constroem, reforçam e dão suporte uma à outra”. Por sua vez, Lauretis (1994) acrescenta que o sujeito “engendrado” não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe, é um sujeito “múltiplo, antes de único, e contraditório, antes de simplesmente dividido” (p. 208). Seguindo essa linha, se se tratar de uma mulher negra e pobre, será triplamente discriminada, o que denota que ela, durante toda a sua vida, já foi atingida de forma diferenciada por estes fatores e de certo, terá dificuldades potencializadas ao atingir a velhice.

O Nó da exclusão social potencializado por marcadores sociais e o impacto sobre a vida das mulheres

De acordo com pesquisas realizadas pelo Centro Internacional de Pobreza do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a informalidade é maior entre as mulheres, em decorrência das desigualdades de gênero existentes no Brasil. Essas desigualdades se acentuam pelos padrões diários do que é imposto como função feminina e se agravam quando essas mulheres têm filhos, visto que saem do mercado para se dedicar à maternidade (Strickland, 2021).

A maioria das mulheres pobres não têm emprego formal durante a vida produtiva, dedicando-se ao cuidado dos filhos e da casa, ou ainda, trabalham na informalidade. Quando idosas, dependem da ajuda de familiares para sobreviverem, em razão de não conseguirem se aposentar, uma vez que não contribuíram com a previdência social; e em muitos casos, seus filhos também se encontram em situação de vulnerabilidade, o que compromete ainda mais o financeiro dessas idosas, a ponto de se encontrarem à linha da miséria.

Segundo Polliana Teixeira da Silva, pesquisadora da UNB, as mulheres negras envelhecem marcadas pela experiência de solidão, desamparo e sofrimento; isso acontece porque a velhice é o resultado de vivências de toda a vida, e como a vida de mulheres negras são marcadas por uma conjugação de sofrimentos devido ao racismo e machismo, na velhice não será diferente (Peres & Souza, 2022). Desta forma, a velhice não é homogênea para todos, mas heterogênea, e se apresenta de acordo com as condições reais de existência de cada um dos sujeitos.

A vida em sociedade é estruturada em um conjunto de relações: gênero, classe, idade/geração e raça/etnia, que, vistas e examinadas em sua interseccionalidade, levam à conclusão de que não existe uma única velhice, mas velhices heterogêneas, a partir das inúmeras vivências” (Santos; Boaventura & Motta, 2014).

A feminização da velhice, por um lado é positiva, porque aponta para uma maior expectativa de vida das mulheres. Já a própria organização patriarcal da sociedade faz com que, apesar dos privilégios que os homens têm simplesmente por serem homens numa sociedade machista, impõem uma carga pesada ao sexo masculino, fazendo com que a expectativa de vida seja menor, conforme veremos a seguir.

Efeitos dos papéis sociais de gênero no envelhecimento

Os papéis sociais impostos pela estrutura patriarcal estabelecem um fardo diferenciado, mas igualmente nocivo tanto para homens, como para mulheres. Segundo dados do IBGE, no ano de 2022, a expectativa de vida era de 80,5 anos para mulheres e de 73,6 anos para homens. (Silveira & Cavallini, 2022), sendo a diferença de 7 anos decorrente da estrutura patriarcal que institui papéis sociais diferentes para homens e mulheres, resultando em uma expectativa de vida menor para o gênero masculino. Dentro desta divisão social do trabalho, o serviço da manutenção da casa, por exemplo, incumbe às mulheres e o provimento da família, através do trabalho formal ou informal, que acontece fora de casa, na rua (normalmente) é destinada aos homens.

Roberto Damata, antropólogo brasileiro, se debruçou sobre a "casa" e "rua" enquanto categorias sociológicas. Segundo o pesquisador, na concepção do povo brasileiro a “casa” e a “rua” não denotam apenas espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas sobretudo, entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, assim sendo, capazes de despertar emoções, reações, leis, imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. Logo, temos posturas diferentes e somos regidos por uma moral distinta em cada espaço; a “Casa” costuma ser um ambiente de intimidade; a “Rua” é um espaço da impessoalidade, e mudamos de comportamento dependendo do local que estivermos. (Damatta, 1997, p. 15)

Ainda segundo o antropólogo, a rotina diária pode marcar a mulher como o centro de todas as rotinas familiares dentro da casa, mas os ritos políticos do poder são ocupados pelos homens; as regras normais de denominação e trabalho conservam a hierarquia e as fronteiras rígidas entre as pessoas que representam essas posições no dia a dia. (Damatta, 1997).

Assim, toda essa impessoalidade e rigidez impõe aos homens um ritmo de trabalho que não tem espaço para as emoções. Muitos trabalham em locais insalubres com ocupações mais pesadas e perigosas, gerando maior possibilidade de morte por acidente de trabalho. Ainda nessa perspectiva, o acompanhamento médico preventivo não é valorizado, buscando ajuda quando a doença já está instalada, o que leva muitos homens a morrerem precocemente.

Quanto ao comportamento feminino, como a casa é de responsabilidade das mulheres, estão menos expostas aos trabalhos perigosos na rua, que podem levar a morte; e são mais cuidadosas em relação aos exames preventivos, fazendo com que a chance de encontrar uma doença ainda de forma precoce seja muito maior.

Todavia, ainda que a mulher seja menos exposta à violência da rua, acaba como vítima de violência no lar, pois que, de acordo com o mapa da violência “de todas as mulheres mortas em 2019, 90% foram vítimas dos parceiros ou ex-parceiros e quase 60% dos casos aconteceram dentro das próprias residências”. (Conselho Nacional Do Ministério Público, 2021, p. 1). Esses dados apontam para a submissão e exploração das mulheres aos homens, nos relacionamentos amorosos. Em função de um sistema patriarcal, o homem acredita que a mulher é sua propriedade, o que não a concede poder de escolha e esse comportamento cuidadoso ou mais insolente e agressivo é, na verdade, uma construção social. “Rigorosamente, os seres humanos nascem machos ou fêmeas. É por meio da educação, que recebem, que se tornam homens e mulheres. A identidade social é, portanto, socialmente construída.” (Saffioti, 1987, p.10).

Nesta construção social os homens são, portanto, educados para serem superiores. Logo, o patriarcado submete mulheres e homens a vivências cotidianas diferenciadas e isso faz com que eles tenham perspectivas diferentes, influenciando na forma de ser, agir e sentir (Richartz, 2007). Ai estão os frutos do patriarcado, porque nesta relação a hierarquização é base de sustentação da relação; os homens são educados para mandar e as mulheres, para obedecer. Eles têm de ser agressivos e não devem levar desaforo para casa; esse comportamento pode ser um agravante à constatação de que a quantidade de homens que vêm a óbito fora de casa por arma de fogo é muito superior a de mulheres. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, a maioria das vítimas de arma de fogo era homens (91,3%), negros (76,2%) e jovens (54,3%). (Machado & Idoeta, 2021).

Ainda para ilustrar o espaço da “rua” e essa agressividade esperada dos homens, de acordo com dados do Detran-SP, 93% dos motoristas que morreram em acidentes de trânsito no estado de São Paulo, no ano de 2020, eram homens. No estado, 40% dos motoristas com carteira são mulheres e, conseqüentemente, não é a quantidade de motoristas que justifica mortes de mulheres em acidentes dezesseis vezes menor em relação aos homens. (Garrett Junior, 2020), mas sim, esta agressividade introjetada nos homens através da cultura patriarcal, que levam a mortes violentas por arma de fogo e no trânsito.

Nesse patamar, observa-se ainda, que o suicídio também é mais cometido por homens. De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), 78% dos casos de suicídio em 2019 tiveram homens como vítimas, já as mulheres somam 22%. Os fatores são múltiplos, mas dentre eles estão os fatores externos, como: questões financeiras, rupturas de relacionamento, trauma e exposição à violência, desastres e internos como história familiar de suicídio, doenças crônicas, depressão, sentimentos de solidão e desesperança. (Knoblauch, 2022).

Pelo fato de o homem ser considerado socialmente o provedor do lar, as questões financeiras, especialmente a perda do emprego, podem levar à depressão e à morte autoprovocada. O fim do relacionamento, especialmente quando a decisão parte da mulher, costuma ser fator importante, porque no sistema patriarcal, quem encerra relacionamentos são os homens, e não o contrário.

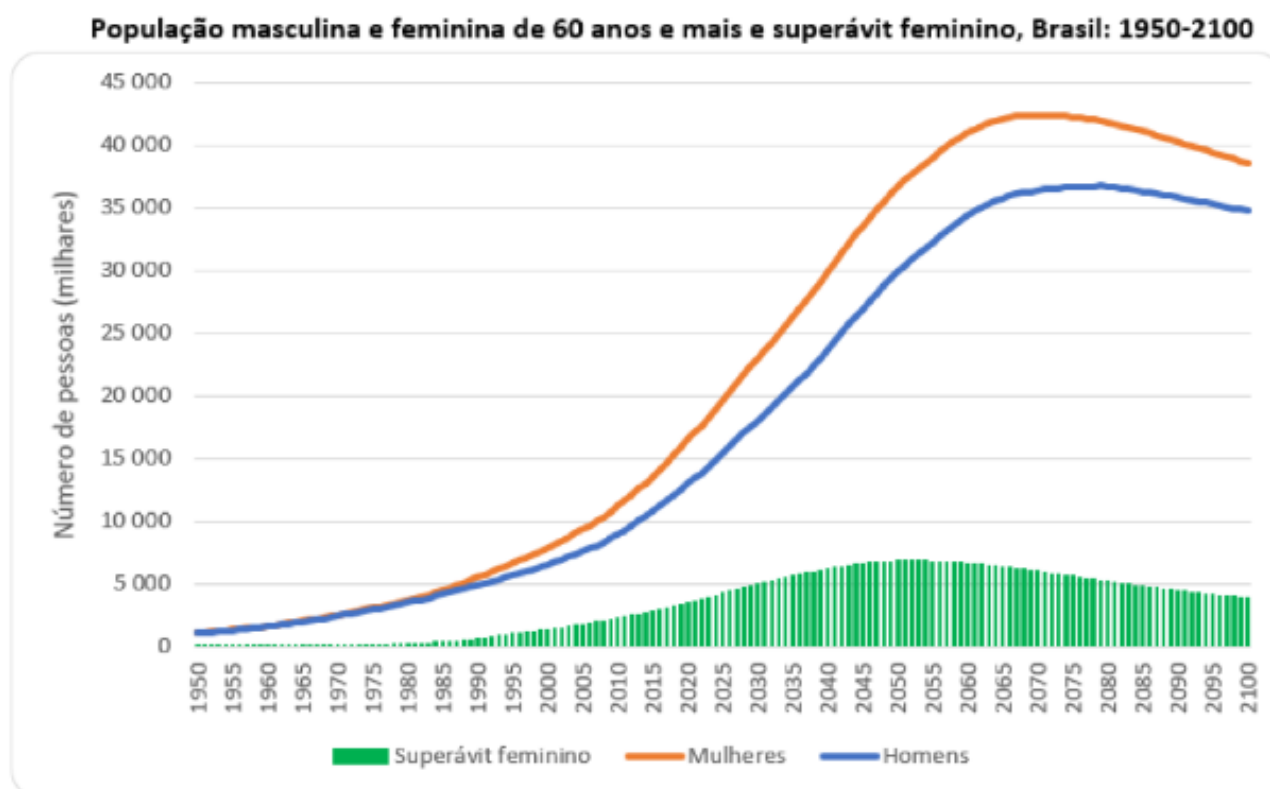
A perda da virilidade masculina pode ser fator desencadeador de suicídio. Pode ser provocado especialmente por doenças crônicas, acidentes entre outros fatores, atingindo um ponto crucial e que é muito valorizado socialmente para analisar a masculinidade.

De acordo com Ariès (1978), em cada momento histórico, as sociedades atribuem um significado às etapas do curso de vida dos indivíduos: na contemporaneidade, infância, juventude, maturidade e velhice. Assim, os sujeitos acabam se conformando ao padrão imposto socialmente, e a partir destes significados esperados para cada etapa da vida, são estabelecidas funções e atribuições que devem ser desempenhadas de acordo com a idade, divisão social do trabalho e papéis desempenhados na família.

Esses fatores apresentados acima, que são efeitos dos papéis sociais de gênero, impactam no envelhecimento de homens e mulheres, especialmente em relação à expectativa de vida; mulheres idosas superam o número de homens idosos à medida que a idade aumenta, de acordo com o senso do IBGE (2010).

Gráfico 1

População feminina e masculina idosa⁴



Fonte: UN Population Division. World Population Prospects 2022 (divulgado 11/07/2022)

Em 2022, a população brasileira passou para 215 milhões de habitantes, com um contingente de idosos de 31,5 milhões de pessoas com mais de 60 anos de idade (representando 14,6% do total). O número de mulheres brasileiras idosas chegou a 17,6 milhões e o número de homens chegou a 13,9 milhões, com um superávit feminino de 3,8 milhões de mulheres. (Alves, 2022).

O gráfico acima aponta que mesmo com o decréscimo da população em 2100, ainda teremos muito mais mulheres idosas do que homens, sinalizando que os efeitos da sociedade patriarcal estão longe de serem superados.

A vivência da velhice é diferente para homens e mulheres; como as relações de gênero são uma construção social, os papéis masculinos e femininos são definidos a partir do que se espera de cada gênero em uma dada sociedade.

Se há algo de certo na afirmação de Beauvoir de que ninguém nasce e sim torna-se mulher decorre que mulher é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e ressignificações. Mesmo quando o gênero parece cristalizar-se em suas formas mais reificadas, a própria “cristalização” é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais. Para Beauvoir, nunca se pode tornar-se mulher em definitivo, como se houvesse um telos a governar o processo de aculturação e construção. O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. (Butler, 2014, pp.58- 59)

Assim, a partir dessas cristalizações, os corpos femininos e masculinos se definem durante a vida, de acordo com os papéis que são esperados de cada um dos gêneros na infância, adolescência, juventude, idade adulta e velhice. Esses atravessamentos perpassam as trajetórias femininas e masculinas, gerando desafios analíticos, já que são muitos fatores que devem ser considerados para a compreensão da realidade.

O impacto do envelhecimento na vida de mulheres e homens

O sentido de ser “velho” se apoia em valores políticos, sociais e culturais de cada sociedade, o que significa dizer que a concepção da velhice é (re) construída a partir dos valores vigentes em diferentes épocas, e dessa forma, o idoso é visto pela sociedade como produto da externalização dos princípios arraigados nos integrantes do seio social. Assim, na maioria dos países de cultura Oriental, os idosos são reverenciados por serem portadores de prudência, de conhecimento acumulado e fonte de sabedoria. Já na maioria dos países de cultura Ocidental, principalmente, no Brasil, a velhice se torna motivo de constrangimento, de vergonha e é apresentada de maneira pejorativa. (Leite, 2014)

Neste sentido, de acordo com esses significados culturais, tomam corpo atitudes discriminatórias, preconceitos sexistas e gerofóbicos, especialmente o sexo feminino que sofre na pele não só por serem mulheres, mas também por serem idosas. De certo, o envelhecimento traz impactos diferenciados na vida de homens e mulheres; envelhecer traz consequências positivas e negativas diferentes de acordo com o gênero.

Motta (1999) dispõe que na sociedade moderna ocidental, ser velha é sobretudo, ter perdido uma importante condição social de reprodutora. Mas, esta libertação de certos controles societários como reprodutoras, que foi imposto na juventude, entusiasma as mulheres idosas, a ponto de, por vezes, obscurecer-lhes a percepção de toda uma gama de preconceitos sociais ainda vigentes em relação aos velhos e às mulheres.

O mesmo autor estabelece que ser velho é uma situação vivida em parte, homoganeamente e em parte diferencialmente, de acordo com o gênero e a classe social dos sujeitos, ou seja, a velhice é diferenciada seja esta por gênero e classe.

Salgado (2002) aponta diferenciações entre ser homem velho ou mulher velha, sabendo-se que, em uma sociedade, é melhor ser homem do que ser mulher, ser jovem do que ser velho, e por fim, ser mulher e velha é ser duplamente desvalorizada. Mas, nem tudo é ruim para as mulheres idosas. Como normalmente tiveram de buscar alternativas para enfrentar as dificuldades da vida, são mais articuladas com a vizinhança e costumam ter relações de solidariedade mais constantes. Esta articulação permite que as mulheres idosas vivam menos sozinhas e quando têm condições financeiras e saúde física e mental, costumam viajar em grupos e participar de associações, o que diminui a solidão.

Já os homens vivem mais sozinhos, sentem de uma forma mais intensa a solidão decorrente da viuvez ou da separação e as consequências de uma sociedade patriarcal que coloca toda a manutenção do lar, ou usando a expressão do Damatta a “casa” no colo das mulheres. Isto faz com que os homens, ao ficarem sozinhos, têm mais dificuldade para cuidar dos afazeres domésticos sem uma mulher que os auxilie ou literalmente faça tudo. Por outro lado, os homens têm maior segurança financeira, porque tiveram maiores chances de trabalho remunerado no mercado formal enquanto produtivos, garantindo a aposentadoria e a estabilidade financeira na velhice.

De cada 100 benefícios concedidos pelo INSS, 66 são para homens e 33 para as mulheres (Guimarães, 2017). Estes dados apontam que a quantidade de mulheres que consegue se aposentar pelo INSS é metade da de homens, e esses scores lembram que as mulheres são vítimas do nó da exclusão, impactando, então, na saúde financeira.

Em relação aos estereótipos construídos dentro do sistema patriarcal, a velhice também é vista de forma diferente para homens e mulheres: “Enquanto os homens de idade avançada são ‘durões, rudes e viris’, as mulheres estão ‘enrugadas’. Os cabelos brancos e a calvície que fazem os homens parecerem ‘distintos e muito atrativos’, mostram uma mulher em ‘decadência’”. (Salgado, 2002, pp. 11-12). Assim, os sinais da idade podem ser considerados charme para os homens, enquanto para as mulheres mostram a perda da beleza. O status social é muito importante para um homem. Já a beleza é um atributo indispensável para a mulher na sociedade patriarcal e como o frescor da juventude não é mais possível na velhice, às mulheres são muito mais desvalorizadas do que os homens nesta fase da vida.

Beauvoir (1990) ressalta que : “[...] nunca se fala de ‘bela velha’; no máximo se dirá ‘uma encantadora anciã’.” E compara com o que ocorre em relação à velhice do homem: “Ao passo que admitimos certos ‘belos velhos’; o macho não é uma presa; não se exige dele nem frescor, nem doçura, nem graça, mas força e a inteligência do sujeito conquistador; os cabelos brancos e as rugas não contradizem esse ideal viril.” (p.364). Assim, um homem velho ainda tem seus encantos, enquanto a mulher já perdeu tudo o que a sociedade considera atrativo.

Conclusão

A interseccionalidade entre gênero, classe social, raça/etnia são categorias importantes para entender o envelhecimento e ao se interseccionar com mais de uma dessas categorias sociais, traz para o idoso muito mais dificuldades.

No paradoxo vivenciado por quem está na melhor idade, entende-se que não existe uma única velhice, mas velhices heterogêneas, dependendo dos nós que interseccionaram a vida do sujeito. Os homens em tese, têm mais estabilidade financeira, os cabelos brancos e as rugas podem ser sinal de maturidade e até ser considerado certo charme, mas pela exposição a situações de maior violência, por serem estimulados a revidar em situações de perigo, vivem menos. Já as mulheres, costumam ter menos recursos financeiros, sofrem mais com a perda da beleza da juventude e vivem mais, além de serem menos expostas à violência externa e têm mais cuidado com a saúde. E por assim dizer, o gênero é um componente importante na longevidade.

Somados a questões patriarcais, fatores que envolvem classe social, raça/etnia, contribuem para a maior ou menor condição social do idoso e essas categorias sociais são fundamentais para entender o porquê de a mulher, negra e pobre encontrar muito mais dificuldade na velhice, do que um homem, branco e rico.

Por conseguinte, para se entender toda a complexidade desta fase da vida, é preciso olhar para todos os fatores que se fizeram presentes na vida pregressa da pessoa, pois a velhice é fruto de todas essas vivências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, J. E. D. (2022). A feminilização do envelhecimento populacional no Brasil e no mundo. Recuperado de <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/a-feminilizacao-do-envelhecimento-populacional-no-brasil-e-no-mundo/>

Ariès, P. (1978). História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar.

Beauvoir, S. (1990). A velhice. São Paulo: Nova Fronteira.

Britto da Motta, A. (2015). As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. Cadernos Pagu, (13), 191–221. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635327>

Butler, J. (2014). Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Conselho Nacional do Ministério Público. (2021) *Violência doméstica: cerca de 60% das mortes de mulheres acontecem dentro de casa*. Recuperado de <https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/14169-violencia-domestica-cerca-de-60-das-mortes-de-mulheres-acontecem-dentro-de-casa#:~:text=Viol%C3%Aancia%20dom%C3%A9stica%3A%20cerca%20de%2060,Conselho%20Nacional%20do%20Minist%C3%A9rio%20P%C3%BAblico>

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*. Ano 10, (1). Recuperado de <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?lang=pt&format=pdf>

Garrett Junior, G. (2020). Motoristas homens morrem mais que mulheres em acidentes de trânsito em SP. Revista Exame, 22 out. 2020. Recuperado de <https://exame.com/brasil/motoristas-homens-morrem-mais-que-mulheres-em-acidentes-de-transito-em-sp/>

Guimarães, J. (2017, 24 fevereiro). Total de mulheres que consegue se aposentar pelo INSS é metade do que o de homens. R7 Notícias. Recuperado de [https://noticias.r7.com/economia/total-de-mulheres-que-consegue-se-aposentar-pelo-inss-e-metade-do-que-o-de-homens-29062022#:~:text=Atualmente%2C%20as%20regras%20da%20aposentadoria,66%20benef%C3%ADcios\)%20s%C3%A3o%20para%20homens.](https://noticias.r7.com/economia/total-de-mulheres-que-consegue-se-aposentar-pelo-inss-e-metade-do-que-o-de-homens-29062022#:~:text=Atualmente%2C%20as%20regras%20da%20aposentadoria,66%20benef%C3%ADcios)%20s%C3%A3o%20para%20homens.)

Knoblauch, G. (2022). Homens estão entre as principais vítimas de suicídio. Recuperado de <https://www.al.es.gov.br/Noticia/2022/09/43634/homens-estao-entre-as-principais-vitimas-de-suicidio.html>

Lauretis, T de. (1994). A tecnologia do gênero. In: Hollanda, H. B. de (Org.). *Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco. p.206-242.

Leite, F. K. V. (2014). *A representação do “velho” no forró à luz de uma perspectiva discursiva*. Recuperado de <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3105/1/PDF%20-%20Fl%c3%a1via%20Karlla%20Valeriana%20Leite.pdf>

Lerner, G. (1997). *Why history matters: life and thought: life and thought*. New York/ Oxford: University Press.

Peres, E. H.; Souza, A. de. (2022, 20 novembro). Mulheres negras idosas são tema de pesquisa acadêmica na UnB. *Correio Braziliense*. Recuperado de <https://www.correio braziliense.com.br/cidades-df/2022/11/5052812-mulheres-negras-idosas-sao-tema-de-pesquisa-academica-na-unb.html>

Richartz, T. (2007). *Cotas e autonomia: paradoxos da implementação da lei de cotas para cargos no legislativo paulista nos partidos PT, PSDB e PFL* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Saffioti, H. I. B. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987. 120 p. (Coleção Polêmica)

Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Salgado, C. D. S. 2002. Mulher idosa: a feminização da velhice. *Estud. interdiscip. envelhec.*, Porto Alegre, (4), pp. 7-19.

Santos, J. A.; Boaventura, V. C. ; Motta, A. B. da. (2014, 24 a 27 de novembro). *Vivências da velhice: do significado [pessoal] às representações sociais*. 18º REDOR, Recife. Recuperado de <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1947/670>

Silveira, D.; Cavallini, M. (2022, 25 novembro). Expectativa de vida do brasileiro sobe de 76,8 para 77 anos. G1. Recuperado de <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/11/25/expectativa-de-vida-sobe-de-768-para-77-anos.ghtml>

Strickland, F. (2021, 08 novembro). Informalidade entre as mulheres é muito maior, diz pesquisador da Pnud. *Correio Braziliense*. Recuperado de <https://www.correio braziliense.com.br/economia/2021/11/4961404-informalidade-entre-as-mulheres-e-muito-maior-do-que-entre-os-homens-diz-fgv.html>

AUTORIA



Terezinha Richartz

Doutora em Ciências Sociais (PUC/SP); Docente do Programa de Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino do Centro Universitário Vale do Rio Verde (UninCor). E-mail: terezinha@unincor.edu.br

O idoso como sujeito do trabalho voluntário

Zionel Santana

Introdução e justificativa

O objetivo deste capítulo é uma reflexão sobre o incentivo e os benefícios do idoso na prática do trabalho voluntário na comunidade. Uma reflexão sobre a constituição da identidade do indivíduo que só se encerra com o fim da sua existência. Normalmente, o que vemos é o apelo aos membros da comunidade que atendam os pedidos das diversas instituições sobre a necessidade de voluntários nos serviços de cuidado aos idosos. Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas (2012), em 2050 o número de idosos chegará 20 bilhões. Isso significa que cada vez mais, teremos uma população de idosos na sociedade. O que nos chama atenção é que teremos idosos cuidando de idosos.

O problema que estimulou esta pesquisa está associado a esta questão: “o idoso como sujeito do trabalho voluntário e não como objeto do voluntariado.” Esta alteração de papéis nos leva a discutir com mais cuidado a compreensão que a constituição da identidade na terceira idade não se encerra. Essa ideia reforça um princípio básico das relações que a constituição da identidade sempre foi dependente do reconhecimento da comunidade, independentemente da faixa etária de uma pessoa. Desta forma, a pesquisa aborda os processos civilizatórios na constituição da identidade que sempre está associada ao “alter” no processo de socialização da prática da solidariedade na constituição da cultura de um grupo humano.

Portanto, após a análise de algumas sociedades percebemos o declínio do vínculo do idoso com a comunidade, agravado pela pandemia. Os resultados aqui apresentados apontam para o restabelecimento do vínculo idoso – comunidade, pois espera-se que se dará pelo serviço voluntário. Recuperando o sentido de pertença à comunidade.

Problema

Será que o processo da constituição da identidade se solidifica na idade adulta, e tende a se petrificar à medida que o sujeito avança na sua velhice? Ora, isso é perceptível na sociedade quando nos referimos aos idosos. A partir desta concepção se fundamentam práticas contraditórias em relação aos idosos. Mas, se esta concepção estiver correta, o envelhecimento conduz os idosos a um Laberinto, o qual justifica as práticas sociais de isolamento e a ideia que o idoso é um peso para a sociedade, contrariando a essa ideia de Durkheim que a solidariedade e a socialização são estruturas da permanência do indivíduo no grupo humano.

Objetivo

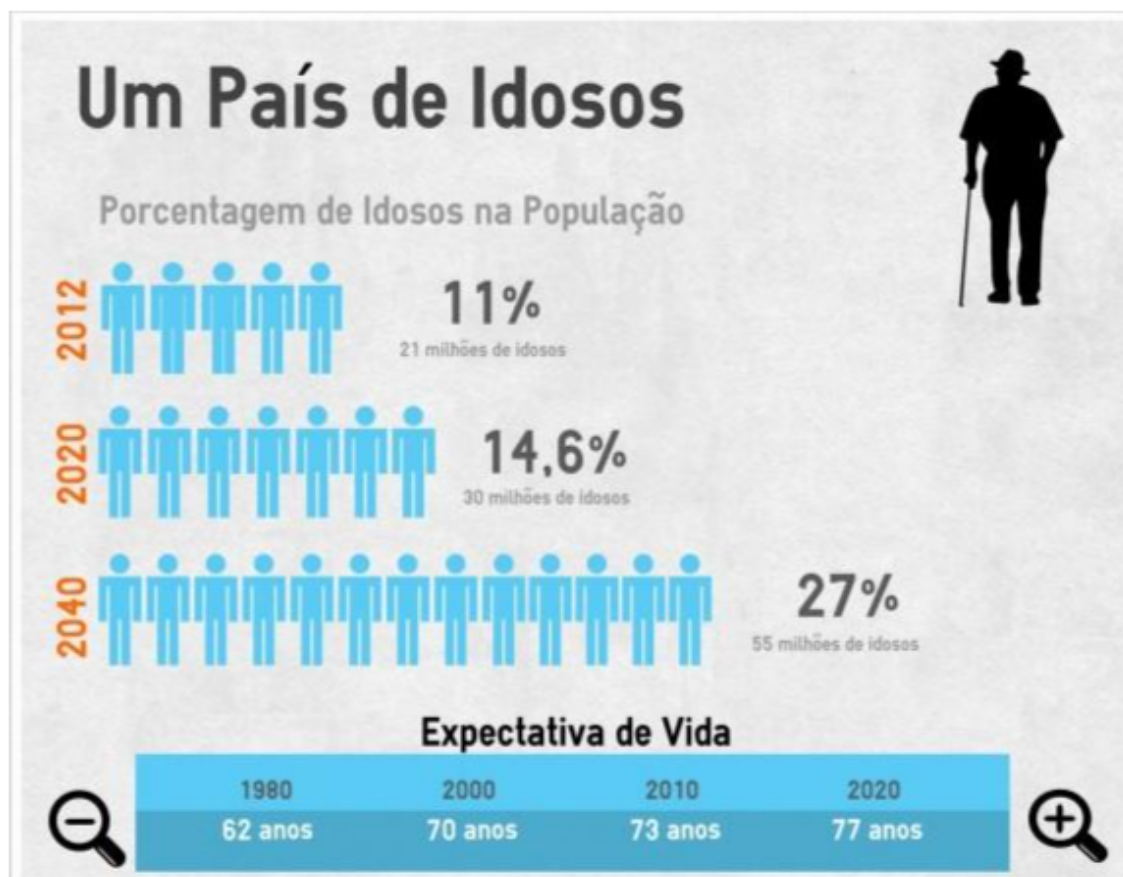
O objetivo deste texto é a condução reflexiva sobre a alteração da concepção do idoso como objeto das práticas do trabalho voluntário para sujeitos do trabalho voluntário.

A prática do trabalho voluntário na terceira idade

Segundo Chong (2010 apud Wilson 2000) compreende que o trabalho voluntário possa ser qualquer atividade voluntaria de uma pessoa com a intenção de beneficiar uma outra pessoa, de forma livre sem obter vantagens financeiras. Portanto, o trabalho voluntário tem as suas raízes nas práticas da solidariedade. A solidariedade, aqui neste texto parte da compreensão de Durkheim em sua obra Da Divisão Social do Trabalho (1893) em que a solidariedade é uma relação valorativa dos indivíduos no grupo com o sentimento de pertença. Esse sentimento de pertença é o que move a consciência individual para o cuidar uns dos outros. Desta forma, a solidariedade é dependente do processo de socialização dos grupos sociais.

Na concepção durkheimiana a solidariedade não é uma teoria que se apreende pela escuta. A solidariedade se desenvolve como um valor estrutural no grupo à medida que os membros transferem para os novos membros em ações do cuidado com o outro quando às necessidades aparecerem, ou, o desenvolvimento da sensibilidade ao sofrimento do outro. Naturalmente, os mais velhos em um grupo cuidam dos mais novos. Essa é uma lógica natural, mas à medida que a sociedade muda a sua estratificação social também, esta lógica também se altera.

O envelhecimento populacional é uma das mais significativas tendências do século XXI. Apresenta implicações importantes e de longo alcance para todos os domínios da sociedade. No mundo todo, a cada segundo 2 pessoas celebram seu sexagésimo aniversário – em um total anual de quase 58 milhões de aniversários de 60 anos. Uma em cada 9 pessoas no mundo tem 60 anos de idade ou mais, e estima-se um crescimento para 1 em cada 5 por volta de 2050: o envelhecimento da população é um fenômeno que já não pode mais ser ignorado. (Fundo de População das Nações Unidas, 2012, p. 03).



Bem sabemos que a população idosa de acordo com a Fundo de População das Nações Unidas (2012) o número de pessoas com idade superior a 60 anos chegará a 20 bilhões de pessoas até 2050, isso representará um quinto da população mundial. A prática do trabalho voluntário também se alterará, teremos idosos cuidando de idosos e uma redução dos mais jovens envolvidos com o trabalho voluntário.

Esta projeção sobre a modificação da estratificação da população afetará diretamente nas políticas públicas voltadas para o trabalho voluntário. Desta forma, a preocupação dos governos estará voltada para o incentivo e preparação do trabalho voluntário dos idosos para os idosos. Esta mudança tem um caráter profundo na perspectiva da mudança cultural e principalmente, na educação em um processo contínuo na terceira idade.

Há programas do governo para a educação dos idosos, boa parte deles estão dentro do formato ainda tradicional. As universidades públicas, instituições privadas, e instituições filantrópicas/ONGs oferecem cursos, atividade diversas, mas com a finalidade de atender o idoso em diversos aspectos. Mas, as políticas públicas e os programas devem também preparem os idosos para assumir o protagonismo do trabalho voluntário. Esta nova postura precisa está incluída nas novas ações governamentais.

A constituição da identidade em processo

A constituição da identidade não se encerra na idade avançada. O “self” é uma construção permanente e evolutiva, pois a cada momento ele se dá de forma diferente. E mesmo assim, ele continua dependente do reconhecimento do “alter”. Mesmo na terceira idade, não se exige que o outro tenha ações de aprovação e aceitação da identidade de um indivíduo. Mas, sim o seu reconhecimento intersubjetivo. (Habermas, 1988 apud Richartz; Santana, 2021).

A constituição da identidade não se encerra na idade avançada. O “self” é uma construção permanente e evolutiva, a cada momento ela se dá de forma diferente. E mesmo assim, ela continua e dependente do reconhecimento do outro “alter”. Mesmo na terceira idade, não se exige que o outro tenha ações de aprovação e aceitação da identidade de um indivíduo. Mas, sim o seu reconhecimento intersubjetivo.

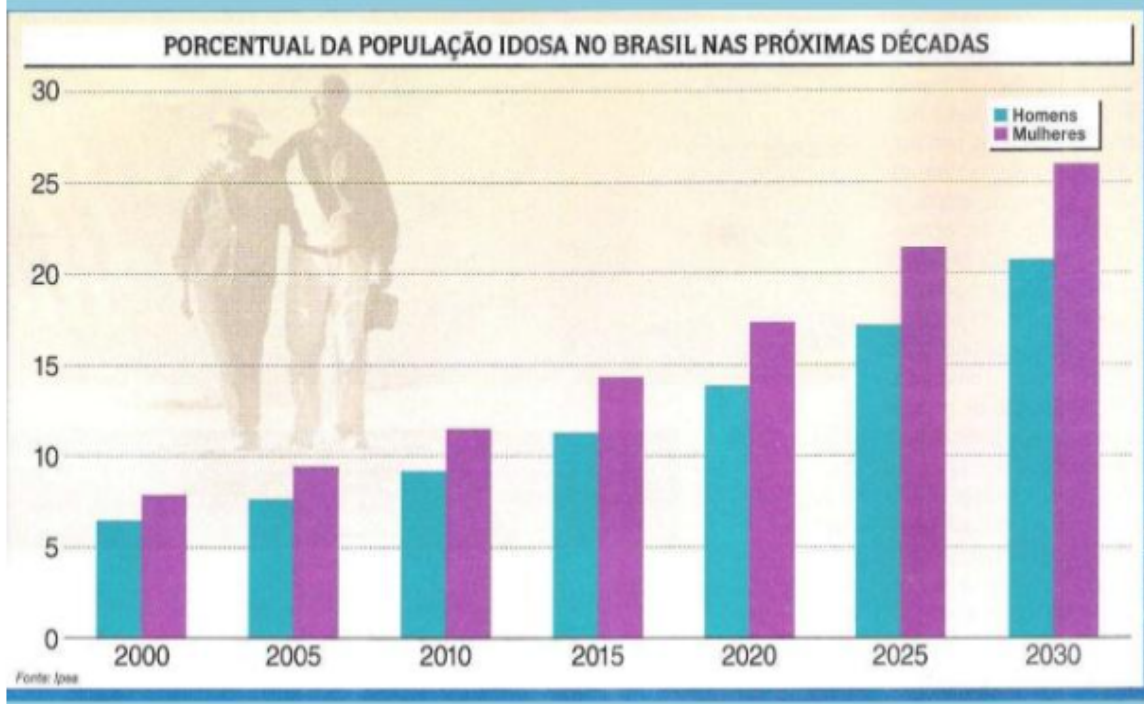
Aquela concepção que o outro determinava a identidade de um indivíduo é uma contradição a constituição da individualização. As nossas experiências sempre são dependentes da individualização ou subjetivação no mundo. A constituição da identidade permanece dependente do reconhecimento do outro independente da sua fase. Tal dependência se constitui a partir da intersubjetividade, “[...] as minhas experiências são transpassadas pela subjetividade do outro. Essa relação identitária se configura na égide de três elementos fundamentais: a solidariedade, a excitabilidade ao sofrimento (ampliado a todos os seres vivos) e a impressionabilidade à diferença”. (Santana; Richartz, 2021, p.35).

A população em envelhecimento também apresenta desafios sociais, econômicos e culturais para indivíduos, famílias, sociedades e para a comunidade global. [...], as implicações sociais e econômicas deste fenômeno são profundas, estendendo-se para muito além da pessoa do idoso e a sua família imediata, alcançando a sociedade mais ampla e a comunidade global de forma sem precedentes”. É a forma como optamos por tratar dos desafios e maximizar as oportunidades de uma crescente população idosa que determinará se a sociedade colherá os benefícios do dividendo da longevidade. (Fundo de População das Nações Unidas, 2012, p. 03).

Pois, à medida que a população envelhece, espera-se cada vez mais que os idosos desempenhem múltiplos papéis produtivos. A consequência do envelhecimento da população está associado a qualidade de vida na terceira idade. Assim, teremos idosos saudáveis na atividade econômica e idosos com mobilidade fora das atividades produtivas e dependentes do trabalho voluntário. Daí, a importância de pensar políticas públicas do trabalho voluntário nas comunidades, e não só a concepção tradicional do trabalho voluntário na perspectiva individual e das instituições.

Esses elementos podem ser denominados na perspectiva durkheimiana de valores ou estruturas que constituem uma comunidade, na forma de uma consciência individual e uma consciência coletiva, no intenso processo de interação social da consciência de um grupo. Podemos entender esse processo como uma alteridade comunitária. O “*self*” por natureza é imanente e não tem o poder para transcender à comunidade, pois ele ocasiona características que ofuscam o olhar para o outro, a não ser que esteja ligado aos três elementos fundamentais. A alteridade é que possibilita a perspectiva transcendental de uma comunidade. Um projeto de comunidade pressupõe sempre a sua transcendentalidade, em que o outro seja feliz e alcance a realização do seu projeto existencial. E isso, só é possível à medida que essas realizações se concretizam no gozo dos direitos de cada um.

O aumento da população idosa no Brasil



Fonte: (Munhoz, 2017).

EO aumento da população de idosos na comunidade terá um impacto direto nas relações sociais. A comunidade passará por um processo de adaptação, pois aquela concepção equivocada que a constituição da identidade se encerra na idade avançada, não faz sentido a partir da nova configuração da estratificação da população. A construção da identidade originariamente passa pelo “co-petença” do eu e o “alter”. Isso se dá à medida em que o eu e a comunidade se constituem em uma comunhão dos elementos unificados no mítico. A identidade nesse período se constitui por aquilo que eu tenho consciência, e na inconsciência se apresenta como espanto pelo imaginário do misticismo.

A identificação de um ser contribui para a ideia do extraordinário, pois é o que diferencia um indivíduo do outro, o que faz com que o olhar para o outro recupere a ideia da essência que nos moldam à medida em que nós nos assumimos como seres distintos

Pontos importantes sobre o trabalho voluntario na terceira idade

Segundo Chong (2010) a prática do trabalho voluntário traz muitos benefícios à comunidade e principalmente para os indivíduos envolvidos. A ideia de Chong (2010) recupera a concepção de Durkheim em relação ao sentido de pertença à comunidade, a prática do valor solidariedade que por sua vez, é o elo da unidade do indivíduo com o seu grupo.

A proposta deste texto não é somente a reflexão sobre o trabalho voluntário que tem a perspectiva do idoso como objeto. Mas, o idoso como sujeito do trabalho voluntário na comunidade, e não só uma ação para os idosos que necessitam de cuidados. Mas, todos que precisam de cuidados na comunidade.

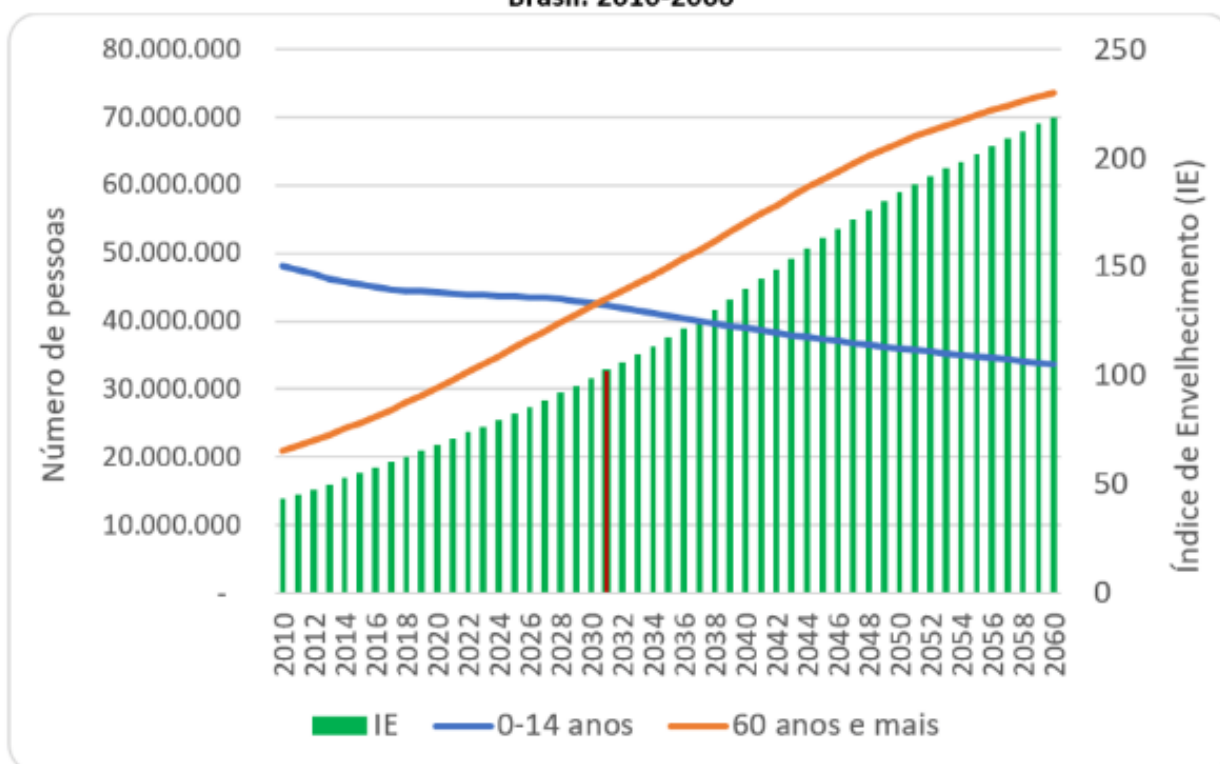
O envolvimento do idoso em trabalhos voluntários na comunidade possibilita a reconstrução dos vínculos, elementos primordiais para restabelecer a saúde mental, e a qualidade de vida.

Para realizar seu direito de desfrutar do mais alto padrão alcançável de saúde física e mental, as pessoas idosas devem ter acesso a informações e serviços de atendimento em saúde para a terceira idade, a preços acessíveis, que correspondam às suas necessidades. Isto inclui atendimento médico preventivo, tratamento e cuidados de longo prazo. Uma perspectiva de vida deve incluir atividades de promoção da saúde e prevenção de doenças cujo enfoque seja o da manutenção da independência, prevenção e retardamento de eventuais enfermidades e incapacitações, bem como a disponibilização de tratamento. São necessárias políticas de promoção de estilos de vida saudáveis, tecnologia assistiva, pesquisa médica e cuidados de reabilitação. A capacitação de cuidadores e profissionais da saúde é essencial para assegurar que aqueles que trabalham com idosos e idosas tenham acesso a informações e treinamento básico no cuidado desses pacientes. Deve ser oferecido um melhor suporte a todos os cuidadores, inclusive membros da família, cuidadores comunitários, (Fundo de População das Nações Unidas, 2012, p. 05).

O idoso ao longo de sua vida desenvolveu as suas habilidades e adquiriu novas competências que lhes foram úteis na conquista das atividades laborativas. Tais habilidades e competências ainda continuam em um processo contínuo ao longo da sua vida. A prática do trabalho voluntário mantém o desenvolvimento das habilidades e competências ativas. É o que os especialistas chamam de saúde mental e qualidade de vida. Isso recupera a ideia de Platão presente na república diz que a unidade de uma politeia é dependente da transcendentalidade. A ideia de transcendentalidade presente na politeia segundo Platão é que a politeia tem em si um propósito que vai além do fim do indivíduo na comunidade. Essa é a diferença da nossa comunidade para a comunidade de outros animais. A politeia pressupõe a realização de cada um dos seus membros. Esta é a maior forma de uma fundamentação política que já construímos na constituição histórica da humanidade.

O envolvimento na comunidade compensa a perda do papel do idoso na comunidade, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos e reavivando o sentido de pertença à comunidade.

**Número de jovens (0-14 anos) e de idosos (60 anos e mais) e Índice de Envelhecimento (IE)
Brasil: 2010-2060**



Fonte: IBGE, Projeções de população (revisão 2018) <https://www.ibge.gov.br/>

Fonte: (Instituto Brasileiro Geografia e Estatística, 2018 apud Portal do Envelhecimento, 2019).

Uma das grandes contribuições apontada por Chong (2010) sobre a redução do isolamento social está associada exatamente as reflexões deste texto, a prática do trabalho voluntário reestabelece o vínculo com a comunidade na recuperação do sentido de pertença. Ora, a prática do trabalho voluntário do idoso como sujeito, e não como objeto coloca-o ativo na comunidade, possibilitando uma aprendizagem significativa e continua com coisas novos, como por exemplo as tecnologias possibilitando a criação de vínculos em ambientes virtuais. Um outro ponto importante apontado por Chong (2010) é a estabilidade da comunidade e a sua autonomia, em um processo contínuo de coesão social

Porque tão poucos idosos no trabalho voluntário?

O envolvimento dos idosos no trabalho voluntário assumindo o protagonismo é um movimento tímido na sociedade. Talvez o motivo esteja associado a constituição secular do paradigma do idoso como objeto do trabalho voluntário. Passar da passividade da passividade para sujeito ativos do trabalho voluntário depende de um trabalho que só teremos os reflexos para as próximas gerações.

No estudo da Chong (2010) ela aponta que que a concepção cultural que as pessoas trabalham ao longo da vida, acumulam riqueza para desfrutar na sua velhice, como uma vida tranquila, viagens e a realização de sonhos que foram adiados na juventude contribui para essa concepção que a terceira idade está voltada para tais benefícios. Essa mudança dependerá de investimentos por parte do governo nas suas políticas voltadas para a terceira idade, na mudança de um comportamento cultural.

Uma outra mentalidade solidificada está associado ao statu do idoso na sociedade que se apresenta como um individuo bem sucedido que não precisa mais trabalhar, mas usufruir da riqueza acumulada. Um idoso trabalhando caracteriza como um fracassado ou ainda depende da bondade de outrem para sobreviver. Portanto, pode ser entendido como uma vergonha ter que trabalhar. Esta é a questão, mesmo que o trabalho seja sem remuneração em prol da comunidade.

A concepção que cuidar dos pais na terceira idade é uma obrigação exclusiva dos filhos ou da família. A ideia de comunidade, como sentimento de pertença e constituição da identidade precisa aos pouco constituir como uma realidade, para romper com esta visão reducionista do idoso como responsabilidade exclusiva dos filhos e dos familiares. Pois sabemos que muitos idosos não têm filhos e nem laços familiares. Chong (2010) chama atenção ainda a essa visão tradicional, que os idosos devem primeiro cuidar da família, e só depois cuidar da comunidade.

Mas, os idosos não se preparam para ser voluntários, a ausencia de um planejamento está associado a ausencia ou ineficiencia das políticas governamentais que deveriam incentivar os jovens ao planejamento do trabalho voluntario na terceira idade.

Conclusão

O empreendimento deste texto foi evidenciar à necessidade de reflexões sobre a concepção tradicional que o idoso é objeto do trabalho voluntário. O texto não ignora que há idosos que necessitam do trabalho voluntário, oriundos das instituições públicas e privadas, juntamente com as instituições filantrópicas e as ONGs. O texto evidencia que nas próximas décadas a população de idosos terá um impacto significativo na estratificação social.

Desta forma, as discussões aqui apresentadas apontam para uma mudança nas políticas e programas governamentais que o idoso deixará de ser exclusivamente objeto do trabalho voluntário e passará a ser sujeito. Portanto, o idoso assumirá o protagonismo do voluntariado na comunidade. Esta mudança precisa ser incorporada nos debates com a comunidade, pois teremos idosos cuidando de idosos. Desta forma, é uma questão que envolve a todos em todos os sentidos. Uma mudança cultural na forma de perceber o idoso na comunidade fora dos valores tradicionais e preconceituosos. Uma mudança que depende de uma reestruturação da sociedade, da educação e da família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bicoski, M. (2013). Brasil mais velho: população da terceira idade cresce a cada ano. <https://puublicas.wordpress.com/2013/05/22/brasil-mais-velho-populacao-da-terceira-idade-cresce-a-cada-ano/>

Habermas, J. (1982). Conhecimento e interesse. Tradução José N. Heck. Rio de Janeiro: Zahar.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). Censo demográfico, resultado preliminares. Rio de Janeiro: IBGE.

Fundo de População das Nações Unidas. (2012) Envelhecimento no século XXI. www.unfpa.org / www.unfpa.org.br.

Mangini Bocchi, S. C. et al. (2010) Entre o fortalecimento e o declínio do vínculo voluntário-idoso dependente em um centro-dia, Escola Anna Nery. Revista de Enfermagem,14(4), 757-764. ISSN: 1414-8145. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=127715826015>.

Ming-Lin, A. C. (2010). Promoting volunteerism in later life in Hong Kong', China Journal of

Social Work, 3(2), 313-322. Monhoz, S. Porque existem mais idosos na população brasileira atualmente? (2017). <https://cuidardospaisemcasa.com.br/por-que-existem-mais-idosos-na-populacao-brasileira-atualmente/>.

Richartz, T.; Santana, Z. (2021). *Gênero, intersubjetividade e performatividade*. Curitiba: Appris.

Portal do Envelhecimento. (2019). *A terceira idade e seus desafios no mercado de trabalho*. <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/a-terceira-idade-e-seus-desafios-no-mercado-de-trabalho/>

AUTORIA



Zionel Santana é docente do Programa de Mestrado em Gestão, Planejamento e Ensino do Centro Universitário Vale do Rio Verde (UninCor/MG). Possui doutorado em Filosofia pela Universidade Gama Filho (UGF/RJ), mestrado em Educação pelo Centro Universitário Vale do Rio Verde (UninCor/MG) é graduado em Filosofia pelo Centro Universitário de Brusque (Unifebe/SC), Administração (Unis/MG), Ciências Contábeis (Unicesumar/PR) e Letras e Português (Unis/MG). Autor dos seguintes livros: O pensamento de Nietzsche no projeto habermasiano da superação da filosofia do sujeito (2014); O que é o nada: reflexões heideggerianas a respeito do ser e o não ser (2016); A eterna despedida da modernidade: da subjetividade à intersubjetividade (2018); O pequeno Príncipe de Friedrich Nietzsche (2019) e Gênero, Intersubjetividade e Performatividade (2022)



EIXO

FAMÍLIA

COORDENAÇÃO DE EIXO

**ADRIANA AMARAL E
SILVANA GARAVELO**

WWW.BRAINCONNECTION.COM.BR

[@BRAINCONNECTIONBRASIL](https://www.instagram.com/BRAINCONNECTIONBRASIL)



**Brain
Connection**



**Brain
Connection**

CUIDADO E CIDADANIA: APOIO ÀS FAMÍLIAS COM PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL

INTRODUÇÃO
METODOLOGIA
SOBRECARGA FAMILIAR
O APOIO SOCIAL E SEUS FUNDAMENTOS LEGAIS
O APOIO SOCIAL ÀS FAMÍLIAS NA ARTICULAÇÃO COM A POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL
CONSIDERAÇÕES FINAIS
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PRÁTICAS COLABORATIVAS NO TRABALHO COM A FAMÍLIA: CONSTRUINDO NOVOS CONTEXTOS DE INTERVENÇÃO

INTRODUÇÃO
FLUTUAÇÕES AMPLIFICADAS
PRÁTICAS COLABORATIVAS NO TRABALHO COM FAMÍLIAS
A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO NA COLABORAÇÃO
CONSIDERAÇÕES FINAIS
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HOLDING, INCLUSÃO, PARENTALIDADE E FAMÍLIA

BASES DO DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO
CONTEXTUALIZANDO A CONFIGURAÇÃO DA FAMÍLIA NA ALIENAÇÃO PARENTAL
CONCLUSÃO
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUIDADO E CIDADANIA: Apoio às famílias com pessoas com transtorno mental

Maria Lúcia Miranda Afonso

Introdução

No bojo de suas conquistas pelos direitos de cidadania das pessoas com transtornos mentais, a Reforma Psiquiátrica Brasileira (Brasil, 2001) trouxe também impactos sobre as suas famílias. Com a desinstitucionalização dos pacientes e a proposta de tratamento junto à sociedade, as famílias foram chamadas a acolher, acompanhar e cuidar de seus membros adoecidos, colaborando com a sua reabilitação e a sua reintegração psicossocial. Não obstante o caráter avançado dessa proposta, no que diz respeito à cidadania e aos direitos humanos das pessoas com transtorno mental, fazia-se necessário compreender melhor as potencialidades e os limites das famílias diante do cuidado, inclusive para favorecer o seu protagonismo.

A reivindicação da saúde como direito fundamental caminhou lado a lado à defesa da cidadania. Assim, o processo de desinstitucionalização e de inclusão social tem se ampliado, abrangendo pessoas com deficiências físicas e/ou intelectuais, sofrimento mental, transtorno do espectro do autismo (TEA) e/ou outras condições que demandam cuidados continuados e aprofundados diante dos riscos graves à saúde.

As famílias passaram a compor esse cenário e a integrar os recursos que podem promover a saúde mental dos pacientes. Porém, como lembraram Cavalheri (2010) e Eloia et al. (2014), passaram a se deparar com novas e complexas demandas sem que tenham sido preparadas para suas atribuições, que incluem, dentre outras, a identificação de sintomas e crises, o cuidado com os pacientes no domicílio, a articulação com os serviços de saúde, o acompanhamento do tratamento, a administração de medicação e a participação nas iniciativas de reintegração psicossocial. Como consequência passaram também a viver diversas dificuldades enfrentando uma sobrecarga relativa ao cuidado de seus membros com transtornos mentais.

A defesa e a promoção do cuidado, da cidadania e da inclusão social das pessoas que se encontram vulneráveis pela sua situação de saúde precisam da participação das famílias e de seu protagonismo social. Porém, torna-se fundamental indagar: quem prepara e apoia as famílias para que elas entrem de maneira efetiva nessa rede? Como essa participação pode ser revestida de sentido? Como se dá o apoio às famílias para que possam cuidar?

Metodologia

Neste artigo, procedeu-se a uma revisão não sistemática de literatura, com o levantamento de artigos completos, publicados no portal SCIELO, acerca da sobrecarga vivida pelas famílias com pacientes com transtornos mentais. Foram selecionados artigos com foco no TEA e aqueles que se referiam de maneira ampla à saúde mental e, mais especificamente, à esquizofrenia. Foram excluídos textos sobre outras condições ou síndromes, tais como deficiência física ou intelectual, ainda que abordassem a sobrecarga familiar.

Dentre os transtornos mentais, a esquizofrenia é caracterizada pela distorção da percepção, do pensamento e da autoconsciência, incluindo experiências como delírios, alucinações, discurso desorganizado, comportamento desorganizado e expressão emocional reduzida (American Psychiatric Association, 2014). É considerada como uma das condições mais incapacitantes, exigindo cuidados constantes e prolongados, mas a severidade dos sintomas pode variar de caso a caso (Cardoso et al, 2012). O TEA é definido como um transtorno do neurodesenvolvimento, caracterizado por dificuldades de interação social, comunicação e comportamentos repetitivos e restritos. Pode ser caracterizado como leve, moderado ou severo, dependendo da gravidade dos sintomas (American Psychiatric Association, 2014). Assim diferenciado, o TEA é incluído entre os transtornos mentais para sua inserção no atendimento de saúde mental no Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2015).

Não obstante a diferença de sintomas entre as síndromes na saúde mental, este trabalho enfocou a semelhança no que diz respeito à sobrecarga vivenciada pelas famílias, visando ampliar a discussão do apoio às famílias.

Em um primeiro momento, foram selecionados seis artigos de revisão bibliográfica a respeito da sobrecarga e do apoio familiar, publicados no período de 2000-2022, sendo três especificamente sobre famílias com pessoas com autismo (Schmidt & Bosa, 2003; Favero & Santos, 2005; Gomes et al., 2015) e três sobre famílias com pacientes de saúde mental (Cardoso et al., 2012; Campelo, Costa e Colvero, 2014; Eloia, 2014).

Em um segundo momento, foi feita uma busca ampla, que resultou em 243 artigos, com os descritores: “família e sobrecarga”, “família e saúde mental”, “família e autismo”, “família e esquizofrenia”, “família e transtorno” e “família e apoio social”. Foram aplicados os critérios de inclusão acima especificados, selecionando-se trabalhos publicados no período de 2016-2022. Obteve-se doze artigos: seis de pesquisas sobre famílias com crianças e adolescentes com TEA e seis acerca das famílias diante do transtorno mental (termo amplo), sendo que, destes, dois abordavam o transtorno mental na infância e na adolescência.

A soma total foi de 18 artigos. Ademais, alguns documentos oficiais e outros artigos publicados fora do recorte de tempo deste estudo foram mantidos como referências pelo muito que contribuem para a presente discussão.

Sobrecarga familiar

A sobrecarga familiar é caracterizada pelo impacto que envolve aspectos econômicos, práticos e emocionais a que são submetidos os familiares que se encarregam dos cuidados de uma pessoa adoecida (Constantinidis, 2017). Como colocam Schmidt e Bosa (2003) e Cardoso et al. (2012), a severidade do transtorno, em si mesma, já pode ser considerada como fator de stress para os cuidadores. O acometimento de uma síndrome grave exige que as famílias adaptem sua organização e sua rotina para buscar o tratamento e prover o cuidado, muitas vezes envolvendo perdas e sacrifícios no cotidiano, impactando suas relações, atividades e vínculos (Schmidt & Bosa, 2003; Fávero & Santos, 2005; Campelo, Costa & Calvero, 2014; Eloia et al, 2014; Andrade et al., 2021).

Na vivência das famílias, a lida diária com sintomas e situações de difícil manejo produz cansaço e exaustão além de sentimentos de solidão, medo, desamparo e fracasso (Eloia et al., 2014). Delgado (2014) argumenta que, nesse sentido, pode-se compreender a similaridade da experiência das famílias de crianças e adolescentes com autismo e aquelas que lidam com pessoas com transtornos mentais graves.

A sobrecarga familiar é compreendida segundo as dimensões objetiva e subjetiva. A dimensão objetiva diz respeito ao aumento de custos financeiros, dificuldades materiais, dificuldades para os cuidadores de manterem-se ativos no mercado de trabalho, acúmulo de tarefas cotidianas, dentre outros fatores. A dimensão subjetiva engloba aspectos relacionais e pessoais, tais como fragilização dos laços familiares, conflitos conjugais, dificuldades em cuidar ao mesmo tempo de outros membros da família (como outras crianças ou idosos), sentimentos e preocupações envolvidas no cuidado à saúde, como a preocupação com o futuro da pessoa ou com a sua integração social (Eloia et al., 2014; Gomes et al, 2015; Pérez & Márquez, 2018; Andrade et al, 2021).

O conjunto desses fatores gera *stress* no grupo familiar, especialmente para aqueles diretamente envolvidos no cuidado de seu membro adoecido. A sobrecarga familiar tem sido associada ao isolamento social da família, falta de acesso à cultura e à vida comunitária, à ruptura de vínculos familiares e a uma gama de sentimentos de desamparo e solidão (Schmidt & Bosa, 2003; Fávero & Santos, 2005; Campelo, Costa & Calvero, 2014; Eloia, 2014; Lima et al., 2020).

A intensa necessidade de convivência e cuidado com a pessoa acometida por um transtorno pode levar os cuidadores a experimentar sentimentos contrastantes de rejeição e de afeto, bem como à sensação de que estão vivendo apenas para o outro, com percepção de destituição da própria identidade. Assim, o stress familiar pode resultar na piora da qualidade do cuidado e até mesmo no adoecimento do cuidador (Cavalheri, 2010; Gomes, Silva & Batista, 2018).

Quando a doença é cercada por preconceito e estigma social, como ainda acontece com o transtorno mental e com o autismo, a família passa a enfrentar um sofrimento que afeta a sua dinâmica interna bem como suas relações sociais. Todo o peso da exclusão social sofrida por pessoas com doenças estigmatizadas estende-se aos seus familiares, em especial àqueles que estão na posição de cuidadores (Eloia et al, 2014; Lima et al, 2020). O impacto da sobrecarga pode variar com a idade e o gênero do cuidador, sua ocupação e renda, seus anos de estudo, seu parentesco com o paciente, os anos de evolução da enfermidade e a severidade dos sintomas (Perez & Márquez, 2018).

A idade dos cuidadores é um fator que preocupa, especialmente quando esses familiares vão se tornando vulneráveis em seu próprio processo de envelhecimento e ainda se veem responsáveis pelo cuidado de um parente com transtorno grave. O isolamento social vivido pelos cuidadores idosos é ainda maior, muitas vezes não contando com qualquer apoio familiar ou comunitário (Pérez & Márquez, 2018).

Além disso, a maioria dos cuidadores é composta por mulheres, apontando um viés social das questões de gênero no processo de cuidar. A responsabilidade pela pessoa com transtorno muitas vezes é atribuída à mulher, especialmente à mãe. Muitas mulheres cuidadoras renunciam ao trabalho ou à sua carreira profissional para se dedicarem exclusivamente ao cuidado (Eloia et al., 2014; Gomes et al, 2015; Lima et al, 2020; Andrade et al, 2021).

As mães apresentam maior incidência de stress, culpa e incerteza sobre a sua capacidade de cuidar (Buriola et al, 2016; Vicente et al, 2016). Os pais são mais envolvidos com a responsabilidade financeira, o que pode também gerar stress, especialmente em contextos de vulnerabilidade social (Cardoso et al., 2012; Eloia et al., 2014). Entretanto, nessa população, também existem famílias chefiadas por mulheres, onde essas acumulam responsabilidades.

Quanto maior o acesso dos cuidadores ao estudo e à renda, mais recursos encontram para fazer face às responsabilidades do cuidado. Porém, a gravidade da sobrecarga familiar varia com a severidade dos sintomas, mesmo quando a família conta com recursos materiais. Existe grande preocupação com o futuro dos pacientes, dadas as dificuldades para a sua inserção social e o impacto dos estigmas sociais (Eloia, 2014; Pérez & Marquez, 2018).

Todavia, da mesma maneira como a sobrecarga ameaça trazer desestruturação para o grupo familiar, pode também motivar a sua organização em torno do esforço de cuidar, tomado como um objetivo válido, um direito e uma realização do afeto à pessoa adoecida. Assim, fala-se em desamparo, mas, também, em protagonismo e esperança (Eloia et al., 2014; Andrade et al, 2021).

No caso do autismo, Schmidt e Bosa (2003) indicam que as preocupações das famílias englobam: preocupação com o futuro do filho; dificuldades cognitivas e habilidades de funcionamento independente da criança; e aceitação na comunidade. Martins e Guanaes-Lorenzi (2016) apontam cinco formas de participação das famílias na saúde mental: cuidado à família, aprendizado sobre a doença mental, transformação das relações familiares, cuidado com o familiar quando está internado e cuidado mútuo entre as famílias.

De fundamental importância é o reconhecimento de que o apoio às famílias é construído no cotidiano dos serviços, por meio do investimento na qualidade das relações entre profissionais, pacientes e familiares. Assim, a redução da sobrecarga se liga fortemente ao apoio social recebido, pelos cuidadores, do sistema de saúde, das políticas públicas, da família extensa e da comunidade (Fávero, Santos, 2004; Silva, 2013; Martins & Guanaes-Lorenzi, 2016; Andrade et al., 2021; Magalhães et al, 2021).

Um exemplo é a comunicação do diagnóstico pelos profissionais, momento que traz grande impacto emocional negativo para a família. Surgem sentimentos diversos ligados a um processo de luto e elaboração. (Aguiar & Pondé, 2020; Magalhães et al, 2021; Giacon & Galera, 2013; Bonfim et. al. 2020). A elaboração da experiência de ter (e cuidar) um filho (ou outro familiar) com transtorno mental pode, de fato, mesclar diferentes emoções, nos diferentes momentos vividos, posto que esse é um processo que perdura ao longo da vida, produzindo novas crises e novos enfrentamentos.

A comunicação do diagnóstico pode ser potencializada pela capacitação dos profissionais para que possam atuar com a família (Martins & Guanaes-Lorenzi, 2016; Aguiar & Pondé, 2020; Magalhães et al, 2021; Constantinidis, 2017; Giacon & Galera, 2013). O diagnóstico precisa ser compreendido junto às pessoas envolvidas e dentro do contexto. Pode provocar desesperança ou mediar a construção de sentido para a situação vivida, a busca pelo tratamento e as estratégias para o seu enfrentamento (Martins & Guanaes-Lorenzi, 2016).

Estudos acerca da sobrecarga do cuidador vem sendo desenvolvidos em todo o mundo (Silva, 2013; Pérez & Márquez, 2018). A análise da sobrecarga trouxe a preocupação com a construção de instrumentos de mensuração para fundamentar tanto pesquisas quanto as ações de apoio social, citando-se, aqui:

- A Escala de Sobrecarga dos Familiares de Pacientes Psiquiátricos (FBIS-BR) desenvolvida por Tessler e Gamache (1994) e que foi adaptada e validada para o contexto brasileiro por Bandeira et al. (2007). A FBIS-BR abarca as dimensões objetiva e subjetiva da sobrecarga familiar divididas em cinco subescalas de itens que dizem respeito à relação da família com o paciente, quais sejam: (a) assistência aos pacientes na vida cotidiana; (b) supervisão dos comportamentos problemáticos dos pacientes; (c) Gastos; (d) Impacto nas rotinas diárias e (e) Preocupação do familiar com o paciente;

- A Zarit Burden Interview (Escala de Sobrecarga – Burden Interview), desenvolvida por Zarit, Reever e Bach-Peterson (1980) e validada para o Brasil por Taub, Andreoli e Bertolucci (2004). Tem por principal objetivo avaliar, utilizando 22 itens, a sobrecarga dos familiares cuidadores de pacientes psiquiátricos em uma escala que vai de 1 a 4 graus de severidade. Abrange cinco aspectos: saúde, vida social e pessoal, situação financeira, bem-estar emocional e relações interpessoais.

Tais instrumentos podem ser também utilizados para mensurar a sobrecarga familiar em uma variedade de condições, como famílias com pessoas com deficiência física ou intelectual, entre outras. Existe o reconhecimento da similaridade na experiência de sobrecarga e na necessidade de apoio social.

O apoio social e seus fundamentos legais

Em primeiro lugar, há que se enfatizar que o termo *apoio social* não tem, nesta abordagem, qualquer significado vinculado a assistencialismo ou benemerência. A concepção de apoio social decorre do direito dos indivíduos à proteção social por parte do Estado e da sociedade, especialmente em situações de vulnerabilidade social, com a proteção de sua cidadania e aos direitos fundamentais e aos demais assegurados pela legislação, tais como o direito à saúde, à educação, à cultura e assim por diante. Em uma perspectiva mais ampla, o apoio social liga-se à defesa da cidadania e dos direitos humanos dos indivíduos e, por associação, das suas famílias na medida em que deles cuidam quando em situação de vulnerabilidade (Cotta, 2009).

A Política Nacional de Saúde Mental (Brasil, 2001) propõe construir um modelo de atenção à saúde mental aberto e de base comunitária, promovendo, dentre outros aspectos, o cuidado e o convívio com a família e a comunidade. Torna-se fundamental compreender a discussão da sobrecarga e do apoio familiar na sua articulação com essa política pública. Nessa via, é interessante ressaltar o avanço nos instrumentos legais que possibilitam - ou venham a possibilitar – a organização e o desenvolvimento do apoio social às famílias. Para o apoio social, é preciso conhecer o contexto de vida e abandonar concepções estereotipadas, culpabilizantes e/ou idealizadas das famílias.

O período histórico que se seguiu à promulgação da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) marcou avanços na legislação visando à promoção dos direitos das pessoas com transtorno mental, deficiências e outras condições de riscos à saúde e à qualidade de vida. É oportuno indagar, nesse contexto, como as famílias dos pacientes têm sido abordadas na saúde mental, indicando, nos limites deste artigo, alguns documentos fundamentais.

A 2ª Conferência Nacional de Saúde (Brasil, 1992) recomenda a participação de pacientes e familiares no tratamento da saúde mental, bem como o suporte terapêutico, por meio da criação de uma rede de serviços e estratégias territoriais e comunitárias, com vistas à sua reinserção social. Em 06 de abril de 2001, foi sancionada a Lei n.º 10.216, que estabelece a Política de Saúde Mental no Brasil e dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e a criação de serviços substitutivos para a atenção em saúde mental (BRASIL, 2001).

Entre os equipamentos substitutivos estão os Centros de Atenção Psicossocial, os serviços residenciais terapêuticos, o atendimento em hospital-dia, centros de convivência, serviços de saúde mental inseridos em hospitais gerais, cooperativas, entre outros. São propostas que oferecem possibilidades de inclusão social relativa à moradia, ao trabalho, ao lazer, à convivência e assim por diante (Brasil, 2001). É lançado um novo olhar para a família e a comunidade. Em 2002, foi publicado o documento “*Cuidar sim, excluir não*”, que reiterou os princípios e as propostas da Reforma Psiquiátrica, incluindo a valorização das famílias como parceiras no cuidado da saúde mental (BRASIL, 2002).

Em 27 de dezembro de 2012, entrou em vigor a Lei 12.764, que estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista (Brasil, 2012). Além da cobertura do tratamento do TEA pelo Sistema Único de Saúde, a lei enfatiza a cooperação da comunidade na elaboração de políticas públicas voltadas para os autistas, assim como a proteção social para os pacientes (Brasil, 2012). Em 2014, o documento Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo reitera a necessidade de orientação, apoio e acolhimento da família da pessoa com TEA, inclusive enfatizando a importância da integralidade do cuidado e da articulação da rede.

No ano seguinte, o documento *Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde* aprofunda e detalha diretrizes e propostas de ação para pessoas com TEA, reafirmando a importância das suas famílias. Sugere que é necessário pensar em estratégias para incluir a família e a comunidade no projeto terapêutico singular de cada paciente e lembra a importância das associações de familiares e de pessoas com TEA (Brasil, 2015a). Também em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.145/15) aborda a família, nessa mesma direção, como parceira na proteção e cuidado das pessoas com deficiência (Brasil, 2015b).

Apesar do reconhecimento da importância do apoio à família, muito ainda há que se conquistar entre as propostas iniciais e a sua implementação, sublinhando-se a necessária articulação intersetorial da Saúde Mental com as demais políticas públicas e a garantia de destinação de recursos para a realização dos serviços substitutivos, visando reduzir a sobrecarga das famílias.

O apoio social às famílias na articulação com a Política de saúde mental

Lemos e Salomão (2022) enfatizam que a rede de apoio em saúde pode e deve funcionar como fator protetivo diante da sobrecarga familiar. Martins e Guanaes-Lorenzi (2016) defendem que a construção do apoio à família deve ser uma preocupação no cotidiano dos serviços, incluindo a preparação dos profissionais e a qualidade das relações entre profissionais, pacientes e famílias (Martins & Guanaes-Lorenzi, 2016).

Os serviços de saúde mental têm um papel crucial no desenvolvimento de ações informativas e educacionais junto às famílias, fortalecendo os seus recursos cognitivos e emocionais para a lida com o cuidado de seus membros e sua integração psicossocial. Trata-se também de desconstruir o estigma que cerca a doença mental e o TEA. Além das intervenções educativas, são necessárias ações que favorecem a comunicação e a associação entre famílias, fortalecendo o seu papel na comunidade e na sociedade (Silva, 2013; Eloia et al., 2014; Martins & Guanaes-Lorenzi, 2016). Gomes et al (2015) e Lima et al. (2021) reiteram a importância da troca de informação, construção de redes comunitárias de apoio, experiência e acesso ao lazer e à circulação social.

O apoio social pode incluir ações de informação, aconselhamento, diálogo entre famílias e rede de serviços, acesso à medicação adequada, além de acompanhamento psicoterápico, individual e grupal (Schmidt & Bosa, 2003; Favero & Santos, 2005). Podem ser desenvolvidos espaços associativos de interação e apoio comunitário, bem como ações psicoeducativas para compreensão dos processos de adoecimento e estratégias de enfrentamento, empoderando pacientes e cuidadores. São sugeridos, ainda, trabalhos em grupos, visitas domiciliares e auxílio no manejo de crises (Eloia et al., 2014; Lima et al, 2020; Magalhães et al., 2021).

Não obstante a relevância dessas propostas, é necessário enfatizar que o apoio às famílias não pode se reduzir ao caráter educativo. Embora seja fundamental capacitá-las para lidar com os transtornos mentais, a família não deve ser tomada apenas como um instrumento para o cuidado. É preciso apoiar a sua resiliência e protagonismo em seu contexto de vida (Lima et al., 2020).

Na relação com as políticas públicas, a família deve ser tratada como parceira e não um mero instrumento para a proteção de seus membros (Orozimbo & Afonso, 2020). Martins e Guanaes-Lorenzi (2016) afirmam que a participação da família está associada aos fatores de sua existência no contexto social e afirmam: “ser importante que a oferta de assistência à família se caracterize como uma opção de apoio e suporte, e não como mais uma obrigação que a sobrecarrega” (p. 4).

Um ponto relevante está na auto-organização das famílias visando à definição de suas reivindicações, colocando-se em relevo a sua resiliência e protagonismo. As famílias buscam suporte tanto nos serviços de saúde quanto em associações comunitárias. São espaços que proporcionam troca de experiências sobre as dificuldades do dia a dia, além de aconselhamento com profissionais inseridos nesses serviços (Magalhaes et al, 2021; Giacon & Galera, 2013). Entretanto, também podem ser compreendidas como espaços de associativismo e mobilização para elaborar reivindicações e lutar por direitos.

Após as investidas de desmonte sofridas pelas políticas públicas de saúde no período de 2016 a 2019, detalhadas por Cruz, Gonçalves e Delgado (2020), tornam-se importantes o fortalecimento das propostas da Política de Saúde Mental e o avanço na discussão sobre o apoio social às famílias. Além de ações educativas e associativas, são importantes os serviços substitutivos que visam criar oportunidades para pacientes e para cuidadores nas áreas de saúde, educação, moradia, trabalho e cultura, tais como fortalecimento da parceria entre famílias e escolas, moradias protegidas, cooperativas e outras que possam surgir da retomada dessa discussão no novo contexto. Porém, há que se ponderar que o desenvolvimento de tais ações não depende apenas da Política de Saúde Mental, mas demanda a integração intersetorial das políticas públicas e o fortalecimento do próprio sistema de proteção social brasileiro.

Considerações finais

Dentre suas limitações, este artigo apresentou, de maneira sintética, apenas uma revisão não sistemática de literatura, com artigos recolhidos em um único portal científico. Acredita-se, porém, que possa colaborar com a discussão da sobrecarga vivida pelas famílias de pessoas com transtorno mental e com TEA e do apoio que lhes deve ser oferecido pelo Estado e pela sociedade.

Novas pesquisas podem aprofundar a compreensão não apenas da sobrecarga familiar, mas, também, do apoio às famílias. Por exemplo, como abordar o viés das relações de gênero envolvidas no cuidado e o envelhecimento dos cuidadores? Quais são as semelhanças e diferenças da sobrecarga entre famílias com diferentes síndromes? E as diferenças no cuidado de crianças e de adultos na saúde mental? Torna-se essencial desenvolver pesquisas que associem o estudo sociodemográfico das famílias e a sobrecarga vivida.

O apoio social às famílias na área da saúde mental inclui o seu acompanhamento por meio de intervenções educativas e terapêuticas, visando ao fortalecimento das suas capacidades para o cuidado. Todavia, não deve se limitar à dimensão educativa. Tomando a família como parceira, torna-se essencial fortalecer as propostas da Política de Saúde Mental, e outras, para criar possibilidades de inclusão social na saúde, na educação, na cultura, na moradia, no trabalho dentre outros. Ou seja, buscar fortalecer a integralidade das políticas públicas e sua articulação intersetorial, visando garantir direitos e promover a cidadania dos pacientes e dos cuidadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguiar, M. C. M. de., & Pondé, M. P. (2020). Autism: impact of the diagnosis in the parents. *J. bras. psiquiatr.*, July 2020, vol.69, no.3, p.149-155. <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000276>. Acesso em 10/12/22

American Psychiatric Association (2014). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed.

Andrade, J. J. da C., Silva, A. C. O., Frazão, I. da S., Perrelli, J. G. A., Silva, T. T. de M., & Cavalcanti, A. M. T. S. (2021). Family functionality and burden of family caregivers of users with mental disorders. *Rev. Bras. Enferm.*, 2021 74 (5), e20201061. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-1061>. Acesso em 19/12/22

Bandeira, M., Calzavara, M. G. P., Freitas, L. C., & Barroso, S. M.. (2007). Family Burden Interview Scale for relatives of psychiatric patients (FBIS-BR): reliability study of the Brazilian version. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 29 (Braz. J. Psychiatry, 2007 29(1)), 47–50. <https://doi.org/10.1590/S1516-44462006005000015>. Acesso em 22/12/22

Bonfim, T. de A., Giaccon-Arruda, B. C. C., Hermes-Uliana, C., Galera, S. A. F., & Marcheti, M. A. (2020). Family experiences in discovering Autism Spectrum Disorder: implications for family nursing. *Rev. Bras. Enferm.*, 2020 73 suppl 6, e20190489. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0489>. Acesso em 10/12/22

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 30/12/22

BRASIL (1994). Ministério da Saúde. II Conferência Nacional de Saúde Mental/1992. Relatório Final. Brasília: DF. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/2conf_mental.pdf. Acesso em 30/12/22

Brasil (2001). Presidência da República. Lei n ° 10.216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em 30/12/22

Brasil (2002). Ministério da Saúde. III Conferência Nacional de Saúde Mental – Cuidar sim, excluir não. Relatório Final. Brasília: DF, 2002. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/saude_mental.pdf. Acesso em 30/12/22

Brasil (2012). Presidência da República. Lei n.o 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília: DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm, Acesso em 30/12/22

Brasil (2014). Ministério da Saúde. Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com transtornos do espectro do autismo (TEA). Brasília: DF. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_reabilitacao_pessoa_autismo.pdf. Acesso em 30/12/22

Brasil (2015a). Ministério da Saúde. Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde. Brasília: DF. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf. Acesso em 30/12/22

Brasil (2015b). Presidência da República. Lei 13.145 de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 30/12/22

Buriola, A.A., Batistela Vicente, J., Calvo Melo Zurita, R., & Silva Marcon, S. (2016). Sobrecarga dos cuidadores de crianças ou adolescentes que sofrem de transtorno mental no município de Maringá - Paraná. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, 20 (2), 344-351. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1277/127745723020.pdf>. Acesso em 19/12/22

Campelo, L.L. de C. R., Costa, S. M. E., Colvero., L. de A. (2014). Dificuldades das famílias no cuidado à criança e ao adolescente com transtorno mental: uma revisão integrativa. *Rev. Esc. Enferm. USP*, 48 (1), spe. no., 192-198. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=361033339027>. Acesso em 19/12/22

Cardoso, L., Vieira, M. V., Ricci, M. A. M., & Mazza, R. S. (2012). Perspectivas atuais sobre a sobrecarga do cuidador em saúde mental. *Revista Da Escola De Enfermagem Da USP*, 46(2), 513–517. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342012000200033>. Acesso em 19/12/22

Cotta, T. C. S. *Visões de proteção social e transferência de renda condicionada no Brasil e no México*. (2009). 350 f. Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado em Estudos Comparativos Sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/4408>. Acesso em 20/12/18

Cruz NF de O, Gonçalves RW, Delgado PGG. Retrocesso da reforma psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. *Trab. educ. saúde*, 2020 18(3):e00285117. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00285>. Acesso em 31/12/22

Cavalheri, S. C. (2010). Transformações do modelo assistencial em saúde mental e seu impacto na família. *Revista Brasileira De Enfermagem*, 63(Rev. Bras. Enferm., 2010 63(1)), 51–57. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672010000100009>. Acesso em 09/12/22

Constantinidis, T. C. (2017). Profissionais de saúde mental e familiares de pessoas com sofrimento psíquico: encontro ou desencontro? *Psicol. USP*, 2017 28(1), 23–32. <https://doi.org/10.1590/0103-656420150114>. Acesso em 10/12/22

Delgado, P. G. (2014). Sobrecarga do cuidado, solidariedade e estratégia de lida na experiência de familiares de Centros de Atenção Psicossocial. *Physis Revista de Saúde Coletiva*. 24(4): 1103-1126. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400834036007>. Acesso em 10/12/22

Eloia, S. C., Oliveira, E. N., Eloia, S. M. C., Lomeo, R. da C., & Parente, J. R. F. (2014). Sobrecarga do cuidador familiar de pessoas com transtorno mental: uma revisão integrativa. *Saúde Em Debate*, 38 (103), 996–1007. <https://doi.org/10.5935/0103-1104.20140085>. Acesso em 10/12/22

Fávero, M. Â. B., & Santos, M. A. dos. (2005). Autismo infantil e estresse familiar: uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia: Reflexão E Crítica*, 18 (3), 358–369. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722005000300010>. Acesso em 19/12/22

Faro, K. C. A., Santos, R. B., Bosa, C. A., Wagner, A., & Silva, S. S. da C. (2019). Autismo e mães com e sem estresse: análise da sobrecarga materna e do suporte familiar. *Psico*, 50(2), e30080. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2019.2.30080>. Acesso em 19/12/22

Giacon, B. C. C., & Galera, S. A. F. (2013). Ajustamento familiar após o surgimento da esquizofrenia. *Revista Brasileira De Enfermagem*, 66 (3), 321–326. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672013000300003>. Acesso em 10/12/22

Gomes, P. T. M., Lima, L. H. L., Bueno, M. K. G., Araújo, L. A., & Souza, N. M. (2015). Autism in Brazil: a systematic review of family challenges and coping strategies. *Jornal De Pediatria*, 91(2), 111–121. <https://doi.org/10.1016/j.jped.2014.08.009>. Acesso em 19/12/22

Gomes, M. L. P., Silva, J. C. B. da, & Batista, E. C. (2018). Escutando quem cuida: quando o cuidado afeta a saúde do cuidador em saúde mental. *Revista Psicologia E Saúde*, 10(1), 3–17. <https://doi.org/10.20435/pssa.v10i1.530>. Acesso em 10/12/22

Lemos, E. L. de M. D., & Salomão, N. M. R. (2022). Jovens com transtorno autista, suas mães e irmãos: vivências familiares e modelo bioecológico. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 38, e38312. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e38312.pt>. Acesso em 10/12/22

Lima, R. C., Couto, M. C. V., Andrada, B. C., Corrêa, P. H., & Cardozo, A. C. A. (2020). Narrativas de familiares de autistas de Capsi da região metropolitana do Rio de Janeiro: participação, protagonismo e barreiras ao cuidado. *Saúde Em Debate*, 44(spe3), 144–155. <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E313>. Acesso em 10/12/22

Magalhães, J. M., Rodrigues, T. A., Neta, M. M. R., Damasceno, C. K. C. S., Sousa, K. H. J. F., & Arisawa, E. Â. L. S. (2021). Experiences of family members of children diagnosed with autism spectrum disorder. *Revista Gaúcha De Enfermagem*, 42, e20200437. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2021.20200437>. Acesso em 15/12/22

Martins, P. P. S., & Guanaes-Lorenzi, C. (2016). Participação da Família no Tratamento em Saúde Mental como Prática no Cotidiano do Serviço. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 32(4). <https://doi.org/10.1590/0102.3772e324216>. Acesso em 20/12/22

Orozimbo, E. M. B., & Afonso, M. L. M. (2020). Sentidos de família e o desafio para a intersectorialidade na proteção social. *Serviço Social & Sociedade* 137, 95–112. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.203>. Acesso em 30/08/21

Pérez, José Javier Navarro; Marqués, Ángela Carbonell. Sobrecarga familiar, apoyo social y salud comunitaria en cuidadores de personas con transtorno mental grave. *Rev. esc. enferm. USP*, 2018, vol.52. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/VDDTb87zr6jkqVM7DMr8v6f/?format=pdf&lang=es>. Acesso em 10/12/22

Schmidt, C., & Bosa, C. (2003). A investigação do impacto do autismo na família: revisão crítica da literatura e proposta de um novo modelo. *Interação em Psicologia*, 7(2). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v7i2.3229>. Acesso em 19/12/22

Taub, A., Andreoli, S. B., & Bertolucci, P. H.. (2004). Dementia caregiver burden: reliability of the Brazilian version of the Zarit caregiver burden interview. *Cadernos De Saúde Pública*, 20 (2), 372–376. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2004000200004>

Tessler RC, Gamache GM. (1994). *The Family Burden Interview Schedule – Short Form (FBIS/SF)*. Armherst: Machmer Hall; 1994.

Vicente, J. B., Marcon, S. S., & Higarashi, I. H. (2016). Living with mental disorder in childhood: feelings and reactions of the family. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 25 (1), e0370014. <https://doi.org/10.1590/0104-0707201600370014>. Acesso em 10/12/22

Zarit SH, Reever KE, Bach-Peterson J. Relatives of the impaired elderly: correlates of feelings of burden. *The Gerontologist*, 20 (6) 649–655, <https://doi.org/10.1093/geront/20.6.649>. PMID: 7203086. Acesso em 10/12/22.

AUTORIA



Maria Lúcia Miranda Afonso

Psicóloga, Mestre e Doutora em Educação. Pós-doutorado em Psicologia Social. Professora aposentada da UFMG, no campo da Psicologia Social. Pesquisou e publicou sobre processos grupais, famílias, relações de gênero e etnia, cidadania e inclusão social.

Práticas colaborativas no trabalho com a família: construindo novos contextos de intervenção

Patricia Eliane de Melo

Introdução

Ao longo das décadas o conceito de família sofreu mudanças, em consequência, o que se tem hoje são os mais diversos tipos de modelos familiares que coexistem na sociedade - deixando de ser apenas um único modelo para transformar-se em outros modelos familiares - dependendo enormemente do meio para trocas fundamentais, adquirindo autonomia na medida em que funcionam segundo suas leis singulares de constituição e sua história de mudanças descontínuas.

Dessa forma, podemos atestar que famílias são sistemas auto-organizadores, não lineares e não determinísticos levando-nos à compreensão de que sistemas familiares são na verdade sistemas hipercomplexos.

O que é um sistema hipercomplexo? Para Ilya Prigogine (2002) é aquele sistema vivo que opera e organiza-se a partir da desordem. Em sistemas vivos só se mantém a constância com mudanças caracterizando-se dessa forma como sistemas hipercomplexos.

Segundo o autor, as escolhas, as possibilidades, a incerteza, são ao mesmo tempo uma propriedade do universo e próprias da existência humana. Elas abrem novas perspectivas para a ciência e uma nova racionalidade, onde verdade científica não mais é sinônimo de certo ou determinado e onde o incerto e o indeterminado não estão baseados na ignorância, no desconhecimento.

Prigogine assinala que a marca do nosso tempo é uma ciência em que o ser e a estabilidade deram passagem para a evolução e a mudança.

Flutuações amplificadas

Continuando com o autor, o conceito de flutuações amplificadas também nos ajudará a entender a família para além de um agrupamento humano baseado apenas na consanguinidade, mas como sistemas hipercomplexos que funcionam com ordenação a partir de flutuações – mudanças, instabilidades e transformações. (PRIGOGINE, 2002).

As flutuações amplificadas constituem-se em núcleos de mudança que se expandem para todo o sistema. A cada flutuação amplificada, teremos uma nova história – não a história linear, mas aquela das singularidades, elementos originais que emergem nestes momentos críticos do sistema.

A mudança de um subsistema – núcleos compostos por irmãos, par parental e/ou uns com os demais - reverbera em outro que reverbera no todo, tudo em constantes trocas e conexões. Tudo está conectado com tudo em redes, às vezes, invisíveis de colaboração.

Práticas colaborativas no trabalho com famílias

Não somente o físico Prigogine nos alerta para a necessidade de compreensão dos sistemas hipercomplexos, também no livro “A Trama da Vida” de Sheldrake (2021) o autor, biólogo, nos mostra que até os microscópicos fungos se entrelaçam e articulam parcerias complexas, inclusive com outros reinos.

Essa incrível habilidade de transformar compostos em constante conexão e colaboração é a base da biologia como da cultura humana. Sem esse “turbilhão” transformador não haveria nada em nosso planeta.

“A urgência em se formar parcerias de conexão em arranjos colaborativos talvez seja a mais primitiva, a mais forte e a mais fundamental força da natureza. Não há criaturas que vivam na solidão ou em isolamento, toda forma de vida depende de outras formas de vida” (LEWIS THOMAS)

Entendendo a família como um sistema hipercomplexo que para garantir sua sobrevivência vive em um processo de contínuas mudanças e necessária colaboração, cabe-nos agora refletir sobre a postura requerida ao profissional que trabalha nesse campo de intervenção.

Dois importantes teóricos das Práticas Colaborativas Anderson e Goolishian (1993) nos ajudam a entender a importância do conceito de colaboração quando salientam as profundas e necessárias mudanças na postura do profissional nas diversas áreas de atuação como terapeuta, professor, mediador, coordenador de grupo ou equipe, assistente social.

A esse profissional a pergunta que norteará sua intervenção deve se basear em como ele poderá se posicionar com, pensar sobre, agir com, falar com os outros de uma maneira que ponha a responsabilidade relacional em ação.

Lembrando que responsabilidade relacional está inerente às relações e aos processos colaborativos, cuja essência é o diálogo.

Anderson e Goolishian (1993) destacam as mudanças necessárias na maneira como o profissional conceitua e participa do sistema em que atua, daí derivando reflexões como pensa sobre o seu papel no sistema; como põe ênfase nos significados criados e experimentados por indivíduos nas conversações; além de como valorizará as narrativas socialmente construídas que dão significado e organizam as experiências por meio do diálogo.

E, mais do que necessário, seria se indagar como participar colaborativamente do processo de coconstrução de significados no trabalho com as famílias.

Marilene Grandesso (2020) reconhecidamente uma das vozes principais das práticas colaborativas e dialógicas no Brasil, nos dá a “pedra de toque” ao nos apontar algumas atitudes e ações necessárias ao profissional que opta por essa nova forma de atuar junto aos sistemas hipercomplexos (aqui incluindo famílias) na construção de uma comunidade colaborativa e que priorize a inclusão de todos

- Criar espaços e processos de aprendizagem favorecendo a conexão entre os participantes numa atmosfera colaborativa na construção conjunta do conhecimento
- Favorecer com que cada participante tenha sua voz, possa ter acesso
- Explicar detalhadamente e produzir suas próprias competências únicas
- Convidar cada participante a tomar responsabilidade por sua forma de aprender, tendo voz, questionando, explorando e experimentando, sendo arquitetos de sua própria aprendizagem

Para quem for trabalhar com a abordagem colaborativa, o processo de aprendizagem é um processo de mudança, transformador e transformativo. Não se trata de um aprendizado de informações, mas de um processo criativo por meio do qual é possível refletir sobre as premissas e quadros de referência familiares e novos, abrindo oportunidade para a construção de uma nova forma de pensar sobre nós mesmos, os outros e nossas circunstâncias de vida.

Isto é possível quando há o reconhecimento e valorização das múltiplas vozes, favorecendo as condições para que elas participem, opinem sobre as suas vidas e interações. Cada membro da comunidade de aprendizado contribui para a produção de mais aprendizado e conhecimento. Esta validação leva à sensação de pertencimento, de participação, de responsabilidade compartilhada.

O conhecimento não é uma representação do mundo, e, sim, um modo de constituição coletiva do próprio mundo através do intercâmbio social. Produzido em diálogo ou conversação, o que é tomado como realidade pode se modificar diante da constante prática de reflexões, que levam à reconstrução de narrativas históricas e pessoais. Não tem sentido, portanto, dentro desta nova perspectiva a busca de parâmetros para interpretação acurada da realidade na pretensa produção de um conhecimento independente do sujeito cognoscente, da cultura e da história.

Segundo Gergen & Gergen (2010) parte-se do princípio de uma orientação relacional. O aprendizado, acontece nos e através dos encontros entre as pessoas.

A importância do diálogo na colaboração

Harlene Anderson (2003) afirma que a noção de diálogo é o ponto central na hermenêutica, na construção social e nas filosofias pós-modernas. Diálogo na antiga sociedade grega referia-se a dia (“através”) e logos (“palavra”). Referia-se a uma troca social e geração de significado e entendimento através dele.

Eu uso “diálogo” de modo similar, para me referir a uma forma de conversa: falar ou conversar com outro ou consigo mesmo na busca de significado ou entendimento. Eu coloco ênfase no “fazer com”. Participantes se engajam uns com os outros numa investigação mútua ou compartilhada: ponderando, examinando, questionando, e refletindo conjuntamente. Nesta e com esta procura dialógica, significados e entendimentos são continuamente interpretados, reinterpretados, esclarecidos, revisados e criados. Conforme emergem novidades em significados e entendimentos, são geradas possibilidades para pensamentos, sentimentos, emoções, expressões e ações. (ANDERSON, 2003)

Ainda com a autora, o diálogo é uma atividade relacional e colaborativa. É influenciado, naturalmente, por múltiplos e mais amplos contextos, discursos, e histórias nos quais acontece. De primeira importância, no entanto, é a relação entre os participantes do diálogo ou dos “parceiros conversacionais”.

O diálogo convida e requer de seus participantes um senso de mutualidade e colaboração, incluindo respeito genuíno e interesse sincero em relação ao outro.

Muitas poucas pessoas sabem como escutar. Sua pressa as arrasta para fora da conversa, ou elas tentam melhorar a situação internamente, ou preparam como serão suas entradas quando você para de falar e for a vez delas de entrarem no palco... É diferente com o homem parado na minha frente. Quando eu falo, sem se distrair, ele escuta o que falo, e apenas o que eu falo (HOEG, 1993, pp. 44-45).

No diálogo, os participantes falam como indivíduos únicos sobre suas próprias convicções e experiências, revelam suas incertezas e suas certezas e tentam se entender. À medida que as pessoas que participam de um diálogo se ouvem aberta e respeitosamente, sua relação muda de oposição para interesse – e às vezes de compaixão para uma ligação empática. As limitações do discurso dominante são frequentemente reconhecidas e as possibilidades para ir além dele podem ser consideradas.

O interesse da abordagem dialógica vai além do que é falado e se dirige às possibilidades que podem surgir quando o foco recai sobre como as coisas são faladas e respondidas no espaço dialógico que se cria (Errington, 2015).

Vista pela lente do dialogismo, o trabalho com as famílias, conforme Seikkula et al. (2012), pode ser entendida como um processo que se dirige à busca de palavras ainda não oferecidas para as experiências pessoais.

No contexto da terapia familiar, essa busca de palavras se dá a partir da inclusão de membros familiares como “pessoas vivas reais que estão presentes de fato na sessão” (Seikkula et al., 2012, p. 668, tradução nossa citados por SALES e CABRAL, 2019).

Dialogicamente, esse entendimento é importante no sentido de que cada palavra utilizada pelos participantes no diálogo se integra à rede tensionada de palavras previamente ditas sobre um mesmo assunto (Seikkula et al., 2012 citados por CABRAL e SALES, 2019).

Em terapia familiar, novas palavras/nova linguagem desenvolvem-se especialmente nas respostas que os membros da família dão uns aos outros em resposta às questões, interesses e preocupações que são expressas na sessão. Além disso, terapeutas estão em específicas posições de resposta, em uma situação de responsabilidade responsiva. (Seikkula et al., 2012).

Neste processo, há tanto entre as famílias quanto os terapeutas convites sutis para que respondam, frequentemente por meio das palavras e ações que evocam entre si. Cria-se, assim, o chamado espaço dialógico, que se abre como resultado do processo contínuo de interações, o qual permite aos terapeutas e aos membros da família – todos na qualidade de colaboradores para a mudança positiva – integrarem-se ao projeto conjunto de incremento do entendimento dos assuntos relacionados às situações vividas ou imaginadas.

Por conseguinte, nessa perspectiva, onde a mudança é uma consequência de um diálogo gerador e de uma relação colaborativa, novos temas, sentidos e entendimentos são conjuntamente produzidos, podendo deixar de ser definidos como problema à medida que uma conversação dialógica ocorre (Errington, 2015; Rasera & Japur, 2004; Seikkula et al., 2012 citados por CABRAL e SALES, 2019).

Shotter (1993, como citado em Rober, 2005 apud CABRAL e SALES, 2019) associa a relação de reciprocidade entre terapeuta e membros da família à imagem de dançarinos que, juntos, executam movimentos coordenados:

Considerações Finais

Com o intuito de construir novos contextos de intervenção no trabalho com as famílias, as práticas colaborativas tem dado uma nova luz ao cotidiano dos profissionais.

A confirmação do maior engajamento dos participantes em coconstrução e colaboração tem evidenciado outros cenários nas intervenções apontando outros possíveis e novos fazeres, tudo respaldado na política do cuidado e da boa relação.

São muitos os locus já emancipados com essa nova forma de intervir. Podemos ver os participantes interagindo de forma mais colaborativa e dialógica criando novas comunidades de aprendizagem e conhecimento.

Todos se beneficiam – tanto o profissional quanto a comunidade envolvida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, H.. Diálogo: Pessoas criando significados umas com as outras e encontrando maneiras de seguir adiante. In Grandesso, M.A. (org.). Práticas colaborativas e dialógicas: distintos contextos e diversas populações. Curitiba: CRV, 2017.
- ANDERSON, H.; GOOLISHIAN, H. O cliente é o especialista: uma abordagem para a terapia a partir da posição de NÃO SABER. Nova Perspectiva Sistêmica. Rio de Janeiro: Ano II, n. 3, 1993. P8-24)
- CABRAL, Daniel Welton Arruda; SALES, Camila Maria Del Carlos Pinheiro. Contribuições e implicações da perspectiva dialógica: o self do(a) terapeuta na terapia familiar/de casal. Nova perspect. sist., São Paulo , v. 28, n. 63, p. 21-41, abr. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-78412019000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 mar. 2023. <http://dx.doi.org/10.21452/2594-43632019v28n63a01>.
- GERGEN, K ; GERGEN, M. Da Crítica à reconstrução. In: GERGEN, K; GERGEN, M. Construcionismo social: um convite ao diálogo. Rio de Janeiro: Ed. Instituto Noos, 2010, cap. 2, p. 35-53.
- PRIGOGINE, I. As Leis do Caos. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

AUTORIA



Patricia Eliane De Melo

Psicóloga. Terapeuta de Família. Professora universitária aposentada pela PUCMINAS. Mestrado em Educação. Doutorado e Pós-Doutorado em Psicologia Social. Certificação Internacional em Práticas Colaborativas e Dialógicas pelo ICCP - Interfáci (SP) e Houston Gavelston Institute e Taos Institute.

HOLDING, INCLUSÃO, PARENTALIDADE E FAMÍLIA

Cynthia Ladvocat

"O trauma é a destruição da pureza da experiência individual por uma demasiada intrusão súbita de fatos reais. A família fornece à criança que cresce uma proteção quanto ao trauma"

Winnicott (1965).

BASES DO DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO

Com o objetivo de contextualizar a depressão, o holding e a família, importante nos voltarmos para a teoria winnicottiana que salienta que o vínculo. Tem os mesmos direitos e deveres específicos como no casamento ou união estável no sentido da responsabilidade da função parental.

Ocorre também o reconhecimento unilateral de filiação, pelo nascimento programado ou não oriundo de relação sexual ou de inseminação artificial por sêmen de um terceiro, com o consentimento do ex-marido ou ex-companheiro, ou pela adoção.

CONTEXTUALIZANDO A CONFIGURAÇÃO DA FAMÍLIA NA ALIENAÇÃO PARENTAL

ENTREVISTA DE ACOLHIMENTO

Em geral um dos genitores busca atendimento por não aceitar a guarda compartilhada e com uma demanda de um diagnóstico de uma criança que estaria sofrendo na presença do outro genitor.

- . Identificar questões mal resolvidas.
- . Escutar os relatos e queixas de ambos os pais.
- . Avaliar na dinâmica o papel de genitor alienador ou alienado.
- . Identificar se os genitores se preocupam com riscos do litígio para a criança.
- . Avaliar se já ocorrem medidas da justiça para proteger a criança.

O desafio para o profissional é acolher os motivos expressos pelo genitor alienador e pelo genitor alienado, quando ambos justificam o litígio pela guarda do filho.

A alienação parental revela muitos ressentimentos em um contexto de disputa. A relação circular competitiva e doentia não preserva os deveres do casal parental nas suas atitudes ambíguas trazem prejuízos para todos.

GUARDA COMPARTILHADA

A guarda compartilhada foi implementada com uma garantia da manutenção da parentalidade de ambos os genitores. Porém desde a possibilidade jurídica da separação, o litígio envolvendo os filhos existe, mas sem uma nomenclatura específica como a ALIENAÇÃO PARENTAL, legitimada em 2010.

A alienação parental com a briga pela guarda unilateral e na não aceitação da guarda compartilhada pode revelar aspectos ocultos, questões mal elaboradas na história de vida dos genitores, com identificações e possíveis abusos cometidos contra eles próprios.

ALIENAÇÃO PARENTAL (AP) E A SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL (SAP):

AP é um litígio que envolve ambos os genitores entre si, eles tentam proteger a criança, mas que pode ser afetada indiretamente.

SAP envolve diretamente a criança na manipulação mental para exercer a função de espião e munição, que fica presa como instrumento de ataque.

Na Síndrome de Alienação Parental (SAP) pais ou mães alienadores injustificadamente afastam o ex-cônjuge, cujo filho vive com conflitos em relação à lealdade, invisível e reprimida, mesmo após experiências amorosas no passado.

GENITORES ALIENADORES E ALIENADOS

O genitor alienador, que em geral é o guardião, deseja ter a posse e o controle exclusivo do filho, emite acusações inverídicas sobre o genitor alienado muitas vezes de abuso da criança e pode implantar falsas memórias.

O genitor alienado reage com indignação e se sente impotente para exercer seu direito de convivência, por recusa da criança ou por restrições da justiça. Ele nesse lugar de vítima, também reage e faz acusações contra o outro genitor.

Os genitores alienadores competem entre si e lutam pela guarda, não considerando o outro genitor como necessário e importante para a criança.

A CRIANÇA VÍTIMA NO PROCESSO DE ALIENAÇÃO

A SAP, inevitável e silenciosamente, traz consequências nefastas e patológicas para a criança, que fica fragilizada, surgindo o falso self na tentativa de se defender com uma máscara protetora de seus sentimentos verdadeiros.

A criança pode se colocar tanto do lado do genitor alienador como do lado do genitor alienado. E pode se sentir obrigada a escolher um dos pais, já que é induzida a pensar que um deles é totalmente bom e o outro totalmente mau.

A criança sofre com falsas memórias, falsas histórias, falsos fatos, sente medo pode também “alienar o genitor mau”. E depois de alguns anos, com mais maturidade, pode se sentir muito triste pelo afastamento de um dos pais.

OS GENITORES EM PROCESSO JUDICIAL

A função da justiça é avaliar com rigor a dinâmica da família para um diagnóstico diferencial sobre a ocorrência da alienação ou se de fato existe um genitor negligente ou abusador e que coloca a criança em risco.

A alienação parental é um fenômeno psicológico que demanda ações da justiça, que age na urgência em medidas provisórias e protetivas para a criança, deliberando:

- . visitas de forma assistida
- . entrevistas com os pais e com a criança
- . laudos por psicólogos peritos e seus assistentes
- . imposição de atendimento familiar
- . manutenção dos laços familiares ou limitação visando o melhor interesse pela criança.

A terapia familiar é sempre indicada para levar a família a compreender o processo obsessivo, sádico e destrutivo que está adoecendo a criança.

Pelo pensamento sistêmico, quando o trabalho é realizado com apenas um membro, todos da família são beneficiados, pois pode ocorrer do profissional não ter acesso a todos os envolvidos no litígio. Nesse caso, o atendimento pode ampliar os recursos terapêuticos, com o atendimento individual com cada ex-parceiro, para buscar a parentalidade pacífica.

Necessário tratar os conflitos dos pais, considerando o sofrimento da criança e sua impossibilidade de expressar sem culpa sentimentos amorosos e legítimos de filiação.

A CRIANÇA VÍTIMA NO PROCESSO DE ALIENAÇÃO

A SAP, inevitável e silenciosamente, traz consequências nefastas e patológicas para a criança, que fica fragilizada, surgindo o falso self na tentativa de se defender com uma máscara protetora de seus sentimentos verdadeiros.

A criança pode se colocar tanto do lado do genitor alienador como do lado do genitor alienado. E pode se sentir obrigada a escolher um dos pais, já que é induzida a pensar que um deles é totalmente bom e o outro totalmente mau.

A criança sofre com falsas memórias, falsas histórias, falsos fatos, sente medo pode também “alienar o genitor mau”. E depois de alguns anos, com mais maturidade, pode se sentir muito triste pelo afastamento de um dos pais.

OS GENITORES EM PROCESSO JUDICIAL

A função da justiça é avaliar com rigor a dinâmica da família para um diagnóstico diferencial sobre a ocorrência da alienação ou se de fato existe um genitor negligente ou abusador e que coloca a criança em risco.

A alienação parental é um fenômeno psicológico que demanda ações da justiça, que age na urgência em medidas provisórias e protetivas para a criança, deliberando:

- . visitas de forma assistida
- . entrevistas com os pais e com a criança
- . laudos por psicólogos peritos e seus assistentes
- . imposição de atendimento familiar
- . manutenção dos laços familiares ou limitação visando o melhor interesse pela criança.

A terapia familiar é sempre indicada para levar a família a compreender o processo obsessivo, sádico e destrutivo que está adoecendo a criança.

Pelo pensamento sistêmico, quando o trabalho é realizado com apenas um membro, todos da família são beneficiados, pois pode ocorrer do profissional não ter acesso a todos os envolvidos no litígio. Nesse caso, o atendimento pode ampliar os recursos terapêuticos, com o atendimento individual com cada ex-parceiro, para buscar a parentalidade pacífica.

Necessário tratar os conflitos dos pais, considerando o sofrimento da criança e sua impossibilidade de expressar sem culpa sentimentos amorosos e legítimos de filiação.

TERAPIA FAMILIAR

Tratamento psiquiátrico individual com medicamentos x Terapia Familiar

A família desempenha um papel importante no tratamento da depressão e se beneficia, mesmo que o membro com depressão não consiga participar.

Importante avaliar de que maneira o ambiente do indivíduo falhou e como a família pode desenvolver novos recursos.

A essência do processo terapêutico é o favorecimento dos processos de integração em um setting sustentado pelo holding.

A Terapia Familiar reproduz o processo natural do holding e sustenta-se sobre encontros humanos, com um T disponível para a elaboração das questões difíceis do paciente e de sua família.

CONCLUSÃO

A Terapia Familiar acolhe o membro com depressão para que ele possa baixar as defesas do falso self e estabelecer a comunicação a partir de self verdadeiro.

A família junto no tratamento funciona como um HOLDING, um colchão amortecedor, um espaço potencial que metaforicamente representa a mãe-ambiente através da constância e confiança.

Os profissionais, as instituições e as autoridades da área de saúde precisam estar atentos a projetos ligados a prevenção de depressão, aos recursos da terapia familiar, considerando os recursos da família no tratamento do sofrimento e distúrbios emocionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BESUSCHIO, Adrian - The psychopathology of litigious divorce – IN: Psychoanalysis, law and society – Montagna, Plinio & Harris, Adrienne – Routledge, London and New York, 2019.

DIUANA, Solange – A atuação do psicólogo nas questões que envolvem a família e a justiça. IN: Psicologia: Capa de Atuação. Teoria e Prática – Organizadora: Cynthia Ladvoat - Ed. Booklink, Rio de Janeiro, 2010.

.HOUZEL, Didier – As implicações na parentalidade - IN: SOLIS-PONTON – Ser pai, ser mãe, parentalidade: um desafio para o terceiro milênio – Casa do Psicólogo, São Paulo, 2004.

MOGUILLANSKY, Rodolfo & Nussbaum, Silvia - Psicanálise Vincular – Teoria e Clínica -- Ed Zagodoni, São Paulo, 2011.

PEREIRA, Rodrigo – Separação e rituais de passagem IN: Pereira, Rodrigo da C & Groeninga, Giselle C - Direito de Família e Psicanálise – Imago, Rio de Janeiro, 2003.
Hamad, Nazir - A Criança Adotiva e suas Famílias – Cia de Freud, RJ, 2011.

Ladvoat, Cynthia - Preconceito na Família – Sexualidade e Parentalidade – IN: Levy, L – Questões Difíceis, Delicadas e Éticas em Terapia Familiar– Roca, S.Paulo, 2009.

AUTORIA



Cynthia Ladvocat

Mestrado em Psicologia: Família e Casal – 2001 - PUC-Rio; Formação em Psicoterapia Analítica de Grupo – SPAG; Membro Docente e Didata da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro – SPRJ; Practicum na Accademia di Psicoterapia della Famiglia - ROMA, ITÁLIA; Especialização em Geriatria e Gerontologia – UFF; Membro da European Family Therapy Association – EFTA; Presidente da Associação de Terapia de Família do RJ – 2002-2006; Membro do Conselho da Associação Brasileira Terra dos Homens; Presidente da Associação Brasileira de Terapia Familiar – ABRATEF 2008-2010; Coordenadora do CDC - Conselho Deliberativo Científico da ABRATEF – 2012-2014; Presidente do XIII Congresso Brasileiro de Terapia Familiar – Rio de Janeiro, Agosto 2018; Membro Emérito do CDC-ABRATEF – 2022



EIXO

GESTÃO

COORDENAÇÃO DE EIXO

IRENE REIS DOS SANTOS

WWW.BRAINCONNECTION.COM.BR

[@BRAINCONNECTIONBRASIL](https://www.instagram.com/BRAINCONNECTIONBRASIL)



**Brain
Connection**

**CORPOS COMO POSSIBILIDADES DE CURRÍCULO VIVO: APRENDÊNCIAS
COM NOSSAS MOCHILAS EXISTENCIAIS**
**APROXIMAÇÕES ENTRE OS CAMPOS DO CURRÍCULO E DA ANÁLISE
BIOENERGÉTICA**

BIOPODER, DESEMPENHO, COMODIFICAÇÃO E 'SHOW DO EU'
SUBMETENDO OS CORPOS
DISTRESSE E CORPORIFICAÇÃO DOS SENTIMENTOS
MOCHILAS EXISTENCIAIS E FUNCIONALIDADE CORPO-MENTE COMO
POSSIBILIDADE DE CURRÍCULO VIVO
MOCHILAS EXISTENCIAIS E INSURGÊNCIAS CURRICULARES
BIOENERGÉTICA E POSSIBILIDADES DE AUTOCONHECIMENTO COM A
FUNCIONALIDADE CORPOMENTE
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**EVASÃO ESTUDANTIL E GESTÃO ESCOLAR:
DO DIREITO À EDUCAÇÃO À GESTÃO DA APRENDIZAGEM**

INTRODUÇÃO
ENTRE A SUBJETIVIDADE E A OBJETIVIDADE DO PROBLEMA
EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES DE DISCUSSÃO
AD CONCLUINDO...
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



**Brain
Connection**

**CORPOS COMO POSSIBILIDADES DE CURRÍCULO VIVO:
APRENDÊNCIAS COM NOSSAS MOCHILAS EXISTENCIAIS**
Aproximações entre os campos do Currículo e da Análise Bioenergética

Zelão Teixeira Neto

Essa proposição é um convite para trabalharmos autoconhecimento e autocuidado considerando nossos corpos como possibilidades de currículo vivo, elegendo pautas formativas para aprendizagens sobre quem estamos sendo no gerúndio existencial. É também um convite para acessar, nos servir, *sentirpensar* nossas mochilas existenciais, nossas itinerâncias no viver, nossas histórias emocionais, incrustadas em nossos *corposmentes*.

Trago, inicialmente, algumas impertinências para perturbarmos uma maneira de existir e de lidar com a vida e as coisas do mundo, hegemônica nas culturas ocidentais, que têm centralidade na cognição, no pensamento, numa racionalidade desdenhosa de outras maneiras de conhecer e de saber.

Proponho aprendizagens com os corpos e nossas histórias emocionais nele inscritas, considerando corposmentes como currículo vivo.

Corpos... Meu Corpo... Como aprender com ele a acessar emoções e desenvolver recursos para conhecer e cuidar profundamente de nós mesmos? Como podemos estar em aprendizagens com a funcionalidade corpórea ampliando possibilidades de vida pulsando nos âmbitos pessoal e social? A grande maioria das instituições, apesar de propiciar trabalhos para o cuidado corporal, apresenta projetos e programas que estão distantes ou ainda caminham lentamente sobre cuidado emocional e corporal para a vida; são abordagens centradas na cognição e num racionalismo que invisibiliza os corpos, evitando acessar emoções e sentimentos. Como provocarmos compreensões para a conscientização de que “essas cabeças têm corpos e emoções”? Quais usos podem ser feitos dessas aprendizagens com os corpos como currículos vivos? Como esse caminho pode me trazer mais expressividade, viço, alegria, gana de viver?

BIOPODER, DESEMPENHO, COMODIFICAÇÃO e 'SHOW DO EU' SUBMETENDO OS CORPOS

Quais operações e usos de nossos corpos estamos praticando nas interações que estão ocorrendo nas sociedades líquidas, para Bauman; na sociedade do cansaço, para Byung-Chul Han; no biopoder, para Foucault; e no noopoder, para Lazaratto?

Estamos sendo Subjetivados para novas maneiras de existir interpelados pelos engendramentos da lógica do capital e nos tornado sujeitos de determinados discursos, em especial, para performativismo e produtivismo reducionistas dos corpos. Nesses mesmos contextos, estão ocorrendo sujeições a governo de condutas, demanda de altas performances de produtividade, consumismo e comodificação das vidas.

A centralidade em um racionalismo competitivo desdenha das emoções e dos corpos que provocam implosões/explosões de sentimentos e emoções, sofrimentos que dificultam a qualidade de vida pessoal e social, colapsando os corpos em razão da impossibilidade física e mental para estarem existindo nesses cenários.

Como estamos nos tornando o que temos sido nessas operações e subjetivações que tentam nos assujeitar para a autonomia produtivista, que insiste em particionar corpo e mente para administrar a própria vida, engendrando o primeiro como produto a ser modelado para o consumo da 'estética perfeita', aguentando a dureza com resistências heroicas à dor e ao esforço para estar no mundo, o segundo, como a única forma de cuidar de si através do autocontrole referendado e definido por políticas de autoajuda para a 'felicidade constante' e, o terceiro, para se tornar o CEO e/ou o chairman de si mesmo?

² Esse sociólogo nos provoca sobre maneiras de gerenciarmos nosso viver na contemporaneidade: fragmentação da vida, individualização social, volatilidade, fluidez, incertezas episódicas e cambiáveis em deslocamentos da ética do trabalho para a estética do consumo, de trabalhadores para consumidores, da sociedade de produtores para sociedade de consumistas. Nas sociedades líquidas, tudo e todos se tornaram mercadorias para as transações nesse grande shopping center existencial onde somos subjetivados por engendramentos para a comodificação do consumidor, dos corpos, das vidas, de consumidores em bens de consumo. (TEIXEIRA NETO – ZELÃO, 2021).

³ Para ele, vivemos, na contemporaneidade, o excesso de positividade no capitalismo neoliberal. Exploramo-nos a nós mesmos sem ação externa, seguimos ao mesmo tempo como agressores e vítimas até "não poder mais poder" abatidos pelo cansaço "de fazer e de poder", colapsando os corpos por não atenderem às demandas de desempenho e positividade, desenvolvendo enfermidades neuronais e psíquicas. Esse excesso de positividade não admite a negatividade, gerando esgotamento e sofrimento psíquicos (ibid.).

⁴ O pensador francês aponta que os dispositivos de diciplinamento dos corpos e regulação da população se deram, primeiramente, através do eixo disciplinar (séc. 17), tomando os corpos, como algo que deveria ser adestrado através do controle disciplinar, tornando-os úteis e dóceis – *corpo indivíduo*. Mais adiante, pelo eixo do biopoder (séc. 18), tomando as maneiras de viver da população através de mecanismos reguladores, estatísticas interventoras e regularizadoras, subjetivaram os corpos para a não produção de poder e torná-los produto dele, ajustando-os e adequando-os como sujeitos de condutas reguladas, de determinados discursos, de vontade de poder – *corpo espécie* (ibid.).

⁵ O sociólogo italiano identifica que, do séc. 19 ao séc. 20, novas tecnologias de poder são engendradas para governar condutas, não mais para utilidade e docilidade ao trabalho, mas corpos e mentes que se modificam constantemente, incrustados pela necessidade do consumo, uma nova modalidade de controle, uma sofisticação do biopoder que atua na modelagem das mentes, pretendendo as almas dos sujeitos através dos usos da atenção e memória, modulando mentes a distância. Sinaliza o desinteresse na moldagem dos corpos em função da flexibilidade cerebral que sempre deve estar adaptada às mudanças, articulando cérebros (ibid.).

As buscas pela ‘perfeição estética’, por padrões que estão em função de determinados discursos subjetivam corpos, incluindo e excluindo-os, fazendo-os pertencer ou permanecer à margem de grupos e de padrões. As buscas pela ‘felicidade constante’ aprisionam as vidas num presente vazio projetando-a para futuro idealizado utópico inalcançável. As buscas por técnicas espetaculosas e certeiras para tornar-se gerente e administrador de sua empresa própria engendram movimentos de uma prontidão para o sucesso de mercado, com práticas produtivistas, para resultados, competitiva consigo mesmo.

No tempo presente, ao mesmo tempo em que se ampliam possibilidades de conhecimento de si através do corpo, com as inúmeras abordagens da psicologia corporal e de movimentos de corpo, essas buscas fantásticas e milagrosas intencionam menos a compreensão daquilo que os corpos podem estar nos dizendo para cuidarmos dele, cuidando de nós, do que com práticas narcísicas para existir e atender às demandas do cosmos internético, online, dessas sociedades escópicas, para o ‘show do eu’.

DISTRESSE E CORPORIFICAÇÃO DOS SENTIMENTOS

Essas maneiras de estar no mundo, no tempo presente, drenam nossas energias psíquicas, para sufocarmos e extirparmos fraquezas, dores, angústias, medos, raiva, choros, todos os sentimentos, emoções e sensações que perturbam a racionalidade e desestabilizam os indivíduos internamente e em suas interações sociais. Há negação das vulnerabilidades por um controle aprisionador, por um orgulho do empenho heroico de sobrevivência, de sentir-se incluído na elite vencedora: ‘seja forte!, resista!, enfrente!, não esmoreça!, mate um leão por dia! empenhe-se em si e seus objetivos para ser o maior, o melhor, o mais visto, tornar-se referência de visibilidade nas redes! Exiba suas fortalezas e seu receituário de sucesso! Mostre-se como um profissional eficiente, produtivo, proativo constantemente! Orgulhe-se de sua quantidade de likes! Controle suas emoções! Engula os choros! Não reclame, apresente soluções! Enterre suas dores, frustrações e traumas! Esqueça tudo o que aprendeu até agora sobre isso e siga sua vida daqui para frente! Consuma! Sinta-se incluído por consumir isso! Você não vai ficar fora disso, não é mesmo?! Consuma mais! Permaneça conectado, sempre! Há uma rede pensando a mesma coisa que você! Consuma mais ainda!...’

Essas demandas constantes, definindo rotinas contínuas provocam estresse crônico, demandando quantidade de energia que excede o que corpos mentes podem suportar, desenvolvendo o distresse. É um contínuo de afetações e alterações de humor, sofrimentos emocionais profundos, desgastes e distúrbios psíquicos. Tensões, apreensões, preocupações, aflições, angústias, insegurança, entre outras formas de vulnerabilidade, afetam profundamente aspectos das vidas nos âmbitos pessoal, familiar, profissional e social. Estados de ansiedade, depressão, pânico exacerbam as atividades do sistema nervoso autônomo, alterando respiração, frequência cardíaca, provocando tremores, perda da voz, dores generalizadas e muita instabilidade emocional.

O Corpo se manifesta como enredo vivo e subjetivo durante a vida, pois qualquer experiência emocional é também corporal. Todas as experiências vividas, desde a fase uterina até a vida adulta, é um processo de corporificação. A realidade somática é a incorporação do si mesmo durante a vida que transmuta essas experiências na maneira própria de cada indivíduo existir (KELEMAN, 1994).

Esses cenários sugadores de energia provocam desdobramentos prejudiciais à funcionalidade corpos mentes, fragmentam o indivíduo provocando desconexões com seu eu profundo, seu self, promovendo vida na superfície para não sofrer. É muito comum a uma maioria social aprender desde criança a “controlar as emoções”, um eufemismo para “guarde, entere, sufoque suas emoções” para não demonstrar fraqueza, fragilidade, insegurança. Os corpos mentes aprendem a criar defesas corporais e emocionais para não sofrer com traumas vividos na fase de desenvolvimento. Essas defesas constituem as maneiras de enfrentar a realidade mesmo na fase adulta.

Em nossas interações cotidianas acionamos esses recursos defensivos criados por nossas crianças feridas que nos habitam. O ego controla excessivamente o funcionamento da vida bloqueando ou restringindo a potência de emoções e sentimentos, reprimindo-os, negando-os para que não haja sofrimento. Esse processo altera o fluxo energético que movimenta a vida dificultando, congelando, impedindo espontaneidade e autenticidade dos indivíduos em suas relações.

A psicologia corporal nos ensina que o fluxo energético vital ocorre verticalmente nos corpos, da cabeça para os pés ou dos pés para a cabeça. Já os bloqueios dessa energia ocorrem horizontalmente como anéis de tensão que podem se constituir em couraças musculares: ocular, oral, cervical, torácica, diafragmática, abdominal e pélvica. Dependendo da fase no período de desenvolvimento em que se deu o trauma ocorre um bloqueio emocional e o encorajamento da musculatura comprometendo as relações e a própria vida das pessoas. Acessar essas emoções e sentimentos através do corpo, deixá-los vir e entregar-se a eles ajuda na flexibilização dessa musculatura encorajada. O desbloqueio energético ocorre permitindo seu fluxo por todo o corpo. Importa salientar que energia para a bioenergética é compreendida como sangue quente aquecendo a musculatura congelada. É potência para o autoconhecimento e autocuidado.

MOCHILAS EXISTENCIAIS E FUNCIONALIDADE CORPO-MENTE COMO POSSIBILIDADE DE CURRÍCULO VIVO

Diante da complexidade do tempo presente, proponho aqui tessituras entre mochilas existenciais e funcionalidade corpomente aproximando os campos do currículo (Educação) com o da bioenergética (Psicologia Corporal), para concebermos corpos como currículos vivos, num movimento intenso de autoconhecimento e autocuidado, vitalizando *corpomentes*, para estar no mundo.

MOCHILAS EXISTENCIAIS E INSURGÊNCIAS CURRICULARES

Mochilas Existenciais são nossas histórias, vivências, experiências, inscritas em nossos corpos. É um tipo de currículo vivo que pode nos ajudar a *sentirpensar* aquilo que fazemos com o que fizemos e fizeram de nós, nos ajuda na compreensão do que estamos sendo e nos tornando no gerúndio da existência (TEIXEIRA NETO - ZELÃO, 2020). Essa maneira de currículo se inspira em quatro tipos de formação: no *Nomadismo Compósito*, formação em processo que ocorre na multiplicidade de instâncias, itinerâncias e marcas que nos deixaram e deixamos em nossas interações ao longo da vida (MONBARON-HOURIET, 2004). Na *Etnoformatividade*, formação como um fenômeno experiencial capaz de proporcionar reflexões relacionais com certa autonomia mais profundas sobre a própria formação e suas diversas mediações e relações, sejam psicológicas, filosóficas, teóricas, sejam pedagógicas ou institucionais (MACEDO, 2010). Nos *Saberes de Experiência*, formação que considera experiência como “aquilo que nos atravessa”, que nos altera, nos desloca durante a vida (BONDIA, 2002). E Na *Criança Interior que nos Habita*, formação que considera lastros e marcas vivenciadas em nossa fase de desenvolvimento, que se tornaram defesas necessárias às sobrevivências ativas mesmo na fase adulta (LOWEN, 1997).

Dessa maneira, afirmo que estamos sendo tudo isso no gerúndio da vida, estamos sendo através de nossas mochilas existenciais! Podemos estar em aprendizagens profundas com elas. As mochilas existenciais são insurgências curriculares que nos formam a todo tempo. Devem ser consideradas como dispositivos de formativos.

BIOENERGÉTICA E POSSIBILIDADES DE AUTOCONHECIMENTO COM A FUNCIONALIDADE CORPOMENTE

A análise Bioenergética foi concebida por Alexander Lowen e John Pierrakos, em 1955, inspirados na psicologia corporal de Wilhelm Reich. É uma abordagem psicoterapêutica que considera a funcionalidade *corpomente* através de fluxos energéticos e da dinâmica psíquica, em especial, da fase de desenvolvimento, de questões vivenciadas na infância que, inscritas nos corpos, afetam significativamente a vida adulta (LOWEN, 2016).

Intenciona reconexões com os corpos para acessar emoções e sentimentos, necessidades e desejos, satisfação e relaxamento, carga e descarga. Desenvolve autoconhecimento pela escuta e percepção de seu corpo, de seus movimentos e congelamentos, bloqueios e defesas que impedem a plenitude das relações consigo mesmo, com os coletivos onde vive, enfim, da plenitude da vida.

A bioenergética analisa a dinâmica psíquica dos indivíduos para trabalhar tais bloqueios, tentando flexibilizá-los através da respiração, de atividades corporais específicas para a plenitude do prazer nos corpos, levando energia aos órgãos de contato com o mundo. Intenciona autoconhecimento, autorregulação e autonomia com a funcionalidade *corpomente*, interagindo com os processos psíquicos e somáticos operados pela bioenergia, fundamental no corpo humano.

Os recursos básicos da bioenergética são respiração – para carga e descarga, percepção e consciência corporal –, *grounding* – enraizamento “no planeta, contato com a realidade que nos torna a todos humanos, semelhantes, emocionais, capazes de amar e sentir dor, compaixão, alegria, prazer. É a realidade dos sentimentos, vivida no nosso corpo vivo e vibrante, não apenas como experiências mentais” (WEIGAND, 1999), identificação dos anéis corporais de tensão e sua flexibilização.

A análise bioenergética compreendendo as plasmações biopsicossociais que multirreferencializam os indivíduos como autores de si nos coletivos em que habitam, nas bacias semânticas onde vêm se tornando o que têm sido.

O ‘corpo como possibilidade de currículo’ vivo, proposta aqui apresentada, articula o campo do currículo à bioenergética, intenciona o acesso ao self corporal para mobilizar a energia bloqueada nesses segmentos, flexibilizá-la para que os indivíduos estejam em aprendizagens profundas para conscientização e integração de seus respectivos conteúdos psíquicos e suas emoções, propiciando a si próprio mais expressividade, espontaneidade, amorosidade, prazer e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSMANN, H. Reencantar e Educação: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação [online]. 2002, n. 19, pp. 20-28. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt> Acesso: 15 abr. 2015.

KELEMAN, Stanley. Realidade somática: experiência corporal e verdade emocional. São Paulo: Summus Editorial, 1994.

LOWEN, A., Alegria – A entrega ao corpo e à vida. 3 ed., São Paulo: Editora Summus Editorial, 1997.

_____. Narcisismo: negação do verdadeiro self. 9 ed. São Paulo: Cultrix, 2016.

MACEDO, R. S. Compreender/mediar a formação: o fundante da educação. Salvador: Liber Livro, 2010.

MONBARON-HOURIET, Jacqueline. Les formateurs d'adultes: une unité compositè. Teaculté de Psicologia ET Sciences de l'éducation, Université de Genève, 2004.

SIBILIA, Paula. O Show do Eu: a intimidade como espetáculo. São Paulo, Nova Fronteira, 2008

TEIXEIRA NETO - ZELÃO, Jose. Mochilas existenciais e funcionalidade corpo-mente: possibilidade de currículo vivo. In: Anais do V Colóquio Luso-Afro-Brasileiro de Questões Curriculares e VI (IN)FORMACCE - 2021. Anais... Salvador (BA) FAGED-UFBA [Online], 2021. Disponível em: <http://www.even3.com.br/anais/vcoloquiolusoafrobrasileirodec curriculo/396060-MOCHILAS-EXISTENCIAIS--EFUNCIONALIDADE-CORPO-MENTE--POSSIBILIDADE-DE-CURRICULO-VIVO>. Acesso em: 2 fev. 2023.

TEIXEIRA NETO – ZELÃO. Mochilas existenciais e insurgências curriculares: possibilidades de interações nas pedagogias culturais do tempo presente. Curitiba: Editora CRV, 2020.

WEIGAND, O. Bioenergética. Um panorama atual. In: Revista Reichiana, n. 8, São Paulo, 1999.

AUTORIA



Zelão Teixeira Neto

Prof Dr. em Educação linha Currículo-Formação - UFBA

Psicoterapeuta bioenergético CBT – Libertas BA

Psicopedagogo

Atualmente pesquisa Corpos como Possibilidades de Currículos Vivos aproximando os campos do currículo, em educação e da bioenergética, em psicologia corporal

EVASÃO ESTUDANTIL E GESTÃO ESCOLAR: DO DIREITO À EDUCAÇÃO À GESTÃO DA APRENDIZAGEM

Otacílio José Ribeiro

Introdução

No viés da gestão escolar, este texto tem por objetivo problematizar a questão da evasão estudantil apontando-se recortes e iniciativas de intervenção para se tratar o tema. Questões como a evasão, a rotatividade e a infrequência dos alunos apresentam preocupações para os gestores escolares no que se refere ao direito à educação. Pautados em Cury (2006), pergunta-se: em que medida o direito representa uma história de conquistas ou uma conquista em construção? A evasão estudantil coloca em evidência as dimensões do direito à escola, apontados por Haddad (2004): o acesso, a permanência e a qualidade social da educação. A ausência dos alunos faz com que a escola opere com limites mínimos de carga horária com impactos insatisfatórios no desempenho e na avaliação, principalmente hoje, tempos em que se lida com sequelas da pandemia do Corona Vírus. Em home office, aulas mediadas pela tecnologia trazem impasses para as atividades presenciais; nem todos tem acesso aos instrumentos virtuais. Aqui, neste texto, ficaremos restritos aos aspectos da evasão estudantil, do clima escolar, do direito à educação e na gestão de ações afirmativas que venham contribuir para um clima escolar satisfatório e saudável.

No campo político, a evasão e ausência repetida ou prolongada à escola podem favorecer uma apatia que repercute na aprendizagem, uma vez que o estudante deixa de manifestar sua opinião, não participando das atividades escolares, negligenciando com seu direito. Diante desta situação, qual é a contrapartida da direção no processo de gestão escolar, na tentativa de se garantir o direito de todos à educação? Esta dimensão da problematização pode favorecer a construção de respostas que possam ocorrer tanto para o trabalho do docente quanto para o gestor educacional. A partir da escuta da comunidade, espera-se que a equipe gestora se imiscua nas questões de ordem sociopolíticas que impedem a consecução dos objetivos educacionais.

Há de se ressaltar que a evasão estudantil traz em seu bojo as questões do direito e merece trato pedagógico. Numa perspectiva democrática, a direção escolar tem o compromisso ético de buscar a relação entre a proposição das políticas educacionais e as medidas adotadas concretamente na gestão escolar. Este é um dos desafios da escola: o (re) conhecimento dos seus sujeitos, a sua relação com a comunidade, os seus vínculos sociais, a relação com o conhecimento, além do monitoramento e acompanhamento dos estudantes, construindo ou avaliando coletivamente o seu projeto político e pedagógico, num processo permanente de avaliação institucional, garantindo o acesso, a permanência e a qualidade da educação.

Entre a subjetividade e a objetividade do problema

O tema evasão estudantil propõe dimensões da ordem do objetivo e do subjetivo. Cabe aqui a representação da faixa de Moebius²: andando-se pelo lado da subjetividade, de repente, depara-se com as questões objetivas, dentre elas, o marco da legislação educacional.

Numa perspectiva subjetiva, pode-se afirmar que os indivíduos reagem às variáveis ambientais o que nos leva a pensar a evasão como efeito e não causa de um problema. Assim, se a evasão escolar é um efeito, quais são suas causas? Caminhando na fita de Moebius, quando a evasão é causa ou quando é efeito? Objetivamente, existem questões de ordem política, econômica e social que tratam a educação como um direito. Existem também questões de ordem política e pedagógica que tem como lócus privilegiado a escola, nas interações estabelecidas em seu interior e exterior, que vão dar corpo ao clima escolar e que precisam ser debatidas. O educador Sérgio Haddad (2004) fala de três dimensões para que se pense em qualidade social na educação: o acesso, a permanência e a qualidade, com controle social, na defesa e respeito às diferenças e pela superação das desigualdades.

É dever do Estado garantir o direito à educação. Para além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 e da Constituição do Brasil (1988), para dar legalidade ao clima escolar, outros aparatos legais hão de ser avocados no cotidiano escolar, tais como: a Declaração da Criança (1959), a Convenção relativa à luta contra as discriminações na esfera do ensino (1960), o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Declaração Educação para Todos (1990), a Declaração do Milênio Nações Unidas (2000) e a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Há de se ressaltar a Lei 8069 de 13 de julho de 1990 que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. A LDB 9394/96 e a Constituição do Brasil (1988), apontam que o sistema de ensino é composto pela Educação Básica e Ensino Superior – incluindo-se na educação básica a Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e a Educação Especial.

Falar do clima escolar como uma das garantias de permanência dos sujeitos estudantes na escola pressupõe a compreensão e articulação dos textos legais acima referidos, tomando-se três dimensões de natureza disjunta: a dimensão subjetiva e social, a dimensão política e a dimensão pedagógica, evidenciando-se aqui a relação com o conhecimento. Nesta articulação apresentam-se os desafios para um gestor educacional implicado com a direção democrática.

Experiências e possibilidades de discussão

A observação escolar permite leituras e inferências sobre o trabalho desenvolvido. Estatísticas sobre a caracterização dos alunos contemplam nome, identidade de gênero, idade, documentação, endereço, trabalho e formas de lazer entre outras categorias. Pode-se verificar dispositivos de rodas de conversa com registros de frequência e assiduidade ligados a rotatividade dos estudantes como fator de comprometimento e desempenho. Ações afirmativas com vistas ao conteúdo formal e rendimento escolar também podem ser mostradas. O mundo do trabalho, a consciência social, política e ambiental, além de outras dimensões de vida, são temas formadores que passam pelo discurso da gestão escolar, inclusive na sala de aula. A tomada de decisão ganha espaço em discussões, aqui, em particular a escola pública, apresentando-se a participação em movimentos de luta pelo passe escolar, fator econômico importante que impacta a assiduidade. A materialidade também é um tema importante a ser considerado. Organizacionalmente, registra-se a construção de novos agrupamentos para a consecução dos objetivos.

Em experiências observadas, pode-se verificar estudantes enaltecendo práticas pedagógicas desenvolvidas por professores e professoras, como o trabalho de produção de vídeo, a utilização da sala de projeções para reprodução de filmes com fins pedagógicos. Práticas no laboratório de ciências, de informática e utilização da biblioteca da escola são reconhecidas como importantes iniciativas escolares. Referências existem ainda nas aulas passeio e turismo pedagógico.

Em observações formais e informais pode-se perceber que, numa transgressão que aponta para avanço, os rituais escolares sofrem alterações. A flexibilização da matrícula e certificação ganham espaço em novos agrupamentos coletivos. Matricula-se e certifica-se a qualquer momento do ano letivo, com as considerações devidas (frequência e rendimento); não há momentos específicos para esse ritual. Porém, observa-se: em que medida a entrada e saída de alunos a qualquer época do ano representam avanços no processo de democratização? Qual a qualidade social desse processo? Há de se ter em conta os impactos nas relações e na gestão do conhecimento e qual a contribuição da ação para o estabelecimento de um clima escolar satisfatório.

A observação do cotidiano escolar em recortes de relatórios de conversações em sala de aula, sustentada por dados objetivos colhidos de secretaria, permitem buscar as representações dos sujeitos alunos e professores sobre a escola, bem como as possibilidades e potencialidades do grupo. A escuta do grupo pode se tornar um elemento importante para definições acerca de problemas levantados, tais como a infrequência e evasão escolar, buscando-se conhecer a qualidade das interações estabelecidas com a escola, com a comunidade e com a sociedade.

² Construção topológica, da geometria não euclidiana: - a fita de *Möbius* é uma faixa, espelhada no eixo em que fora "torcida"; ela só possui um lado: pode-se ir de um ponto de um "lado" da faixa a qualquer ponto do outro" lado através de um caminho contínuo sem nunca perfurar a superfície nem passar pela fronteira.

Estudos de Cury (2006) apresentam uma linha histórica com os avanços jurídicos no entendimento da educação como direito universal, público e subjetivo, princípio apontado como dever do Estado e da família. Considerando a educação como mola fundamental para a diminuição da pobreza e para o desenvolvimento humano sustentável, é esperado que os governos mobilizem políticas públicas e disponibilizem recursos para efetivá-las. Se, em tese, a questão do direito não representa uma questão, que outros fatores podem contribuir para a evasão dos alunos? Isolando, mas não desconsiderando as questões socioculturais, sem a pretensão de esgotar a discussão, exercícios de observação recaem sobre o clima escolar e fatores organizacionais que contribuem para resultados satisfatórios na relação do aluno com a escola. Reafirma-se que esta pode não ser a causa, mas um elemento fundamental para o desempenho e, no âmbito da escola, é responsabilidade dos seus sujeitos avaliarem as ações e resultados. Discussão, avaliação e redirecionamentos pedagógicos orientam e definem as ações, podendo se abrir para novas necessidades e potencialidades.

O clima organizacional cobra uma atenção especial da gestão escolar. Nele podem estar presentes elementos que impactam a gestão pedagógica, administrativa e financeira da instituição, comprometendo uma efetiva ação dos seus objetivos, da sua eficácia e da sua eficiência. No estudo da evasão estudantil, há de se pontuar administrativamente aquilo que é próprio da natureza humana, como as questões de saúde, além de suas características biofísicas e psíquicas, bem como as de natureza social, política e pedagógica, que envolvem as relações dos estudantes com o meio e com o conhecimento.

A articulação dessas dimensões favorece um olhar investigativo para apontamentos que professores e alunos fazem com relação ao problema. A saúde (doença, inclusive de familiares), o mundo do trabalho e as dificuldades financeiras (principalmente para o transporte) são apresentados como faces da pouca adesão à escola, mas são questões vitais inerentes ao ser humano. Os alunos e a sociedade reconhecem a importância da educação, tanto que se matriculam, desaparecem e retornam para a escola. No viés do perfil discente, as características próprias da criança, da juventude e do mundo adulto exigem uma reconfiguração dos tempos escolares e da relação com o conhecimento que escapam às normas e regras, podendo levar ao desestímulo ou à desmotivação. Se esta é uma questão que a escola sozinha não dá conta, há de se investir na articulação com a família e com a comunidade, no estabelecimento de parcerias e intersetorialidade, na expectativa de se consolidar princípios de articulação entre setores.

Os apontamentos feitos acima são representantes das dimensões curriculares, principalmente conteúdo e avaliação. Aquilo que a escola chama de “envolvimento” – ou “falta de envolvimento” - indisciplina, uso do celular e não cumprimento dos horários - juntamente com o *approach* pedagógico fomentam as relações na escola, que, *à priori* podem não representar, mas podem ser enriquecedoras se problematizadas com o coletivo escolar.

O uso do celular, por exemplo, pode corresponder a um ato inoportuno, mas pode também gerar uma nova relação com o saber e produção de novos conhecimentos. Pode-se perceber isto, hoje, no impacto e na busca de medidas que possam minimizar a dimensão da crise pandêmica da Covid-19.

Fatores de ordem cultural têm um peso significativo quanto ao aproveitamento por parte do educando. Vive-se hoje uma cultura onde as novas tecnologias definem as relações e a escola não pode ignorar isto. A escola pública, outrora elitizada, ao se massificar passou a receber outra população: pobre, com dificuldade ao acesso aos bens culturais e/ou com uma cultura diversa não prestigiada. Os sistemas de ensino acabaram mostrando dificuldades em considerar a diversidade cultural de novos grupos sociais. Ignorar a realidade é contribuir com a falta de equidade que gera discriminação e exclusão. A não valorização de uma cultura implica na exclusão social daqueles sujeitos.

Novas demandas para a educação e alguns de seus encaminhamentos requerem uma gestão de mudanças, reconhecendo seus estudantes e profissionais como sujeitos de direito à educação e ao trabalho. No bojo do direito à educação, esperam-se investimentos num projeto de vida escolar e pessoal dos alunos, trabalhando a capacidade de lidar com os próprios problemas, de vencer os obstáculos, de se envolver nas discussões, participando das atitudes decisórias. Entre os tempos e momentos de discussão, dentro dos processos de decisão escolar, objetivando democratizar as decisões da gestão escolar, bem como a funcionalidade administrativa da Escola, há de se envolver as instâncias escolares, tais como a direção, a coordenação, o Colegiado Escolar e Assembleia Escolar, os conselhos de turma e de classe, a comunidade em geral, motivando todos, implicando-os não como colaboradores, mas como protagonistas de uma proposta pedagógica que dê conta das especificidades do grupo e sua comunidade. Congregar diferentes interesses e concepções dentro de uma proposta representa uma das dimensões dos desafios para um gestor escolar na perspectiva democrática. Lembrando Winnicott (1983), é importante investir em um “ambiente facilitador” para que o ser humano possa existir a partir de si mesmo. Daí a necessidade de um diagnóstico pessoal e ambiental. Necessita-se construir um chão suficientemente bom. Quando o ambiente falha, quando o ambiente fica ameaçador e instável, nós nos tornamos fragilizados e podemos adoecer. O vir a ser, via existir, propõe buscar uma integração básica, uma personalização, um enraizamento em si mesmo, estabelecendo contato com a realidade externa. É uma proposta sair da bolha subjetiva, estabelecendo contato com a realidade externa, reconhecendo o outro como alteridade, como de direito.

Retoma-se aqui as questões da intersetorialidade para além de decisões políticas mas como práxis (que é política). Numa perspectiva compassiva, há de se construir apoios mútuos no reconhecimento de situações conflituosas que possam desfavorecer o clima organizacional escolar.

O trabalho coletivo, compassivo por excelência, permite entender e acolher a visão e o mundo do outro, fazendo surgir a auto-organização e regulação apostando numa capacidade de criar ações e soluções práticas. Na observação da realidade, no colaborar – co-laborar – trabalhar com – pode-se perceber no universo escolar, atividades compassivas como coletivo de diretores e fóruns de gestão, no estudo de problemas comuns e busca de soluções ímpares e singulares de acordo com a realidade de cada um. Testemunha-se o engajamento em ações profiláticas de saúde e assistência social com vista à preservação e/ou prevenção de doença. sexualidade e saúde. Reconhece-se o apoio às artes e manifestações culturais no sentido de construir significados, vinculação, lugar de fala e pertencimento a uma instituição ou comunidade. Há experiências e vivências de processos de autocuidado comunitário contínuo, onde, a partir do ponto geográfico da escola, grupos de vizinhos se unem para organizar formas de auxiliar as pessoas de sua área residencial, pessoas que vivem com doenças que ameaçam a vida, incluindo os familiares e os cuidadores. Estes são exemplos de ações compassivas que contribuem para um ambiente facilitador de educação e trabalho. São evidências de compaixão que impactam o fazer psicopedagógico. Tais atitudes fortalecem o entendimento de trabalho coletivo como uma forma motriz de gestão onde humanidade, presença, coragem, inclusão e interconexão se cruzam e entrecruzam³.

Ad concluindo...

A educação enquanto direito é um processo contínuo de construção, uma política de inclusão social. No contexto de garantia de direito à educação, recorta-se aqui a questão da evasão estudantil. Isolando-se as variáveis socioculturais, o abandono e/ou faltas prolongadas à escola são tomados como consequência de um clima escolar excludente. Surge daí a necessidade de pesquisar e de se discorrer sobre a garantia de direitos, investindo-se em uma gestão escolar democrática, que busca coletivamente definições, princípios e mecanismos de implementação de uma proposta pedagógica que atenda às necessidades do grupo escolar. Este processo possibilita agregar qualidade social ao direito de aprender dos alunos, que são convocados a se imiscuírem nas discussões e vivências várias as quais abarcam a organização escolar (calendário, turmas, horários), além das formas de avaliação e aproveitamento. Esse é um trabalho compassivo, na busca de um ambiente facilitador.

Na qualidade de “seres em situação”, conforme Freire (1980, p. 33), os indivíduos se modificam, alterando os processos de produção e circulação dos bens culturais. Estas e outras mudanças precisam ser analisadas criticamente, o que implicará em alterações nas relações humanas e com o conhecimento. Esboça-se o desafio da humanidade e, em particular, da gestão educacional, em qualquer nível, é o de se situar diante das novas condições socioculturais. E o papel da educação, neste sentido é o de levar o homem a estabelecer relações conscientes com a realidade, fazendo desabrochar a inteligência, o espírito crítico e o saber fazer. Na ação e pela ação, o homem se constrói como homem. São nos desafios que o contexto de vida oferece que o homem cria e se realiza como sujeito. É exercendo a reflexão e a crítica que ele se manifesta como sujeito consciente. É assumindo a autoria de suas decisões e feitos, é se organizando na ação que ele se torna integrado à sua realidade e não apenas adaptado. Agindo assim, o homem se vê na qualidade de autor e criador, fazendo convergir ciência e cultura, e, de ambas fazendo parte e, ao mesmo tempo, delas se apoderando, construindo novos rumos para a ciência, afirmando-se enquanto ser cultural.

À luz do saber teórico, de acordo com Demo (1992), refletir sobre a prática e o fazer educacional amplia o debate nos centros de formação inicial e continuada de educadores, contribuindo com o processo de explicitação de princípios para uma prática educativa emancipatória, inclusiva e de pleno direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, Maria Doninha de. Cabral Neto, Antônio (2000). Educação e Gestão Descentralizada: Conselho Diretor, Caixa Escolar, Projeto Político-Pedagógico. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 35-46. <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=14679>

ANPED (2011). Por um Plano Nacional de Educação (2011-2020) Como Política de Estado. XXV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação. PUCSP. www.anped.org.br.

Brasil (1998). Constituição da República Federativa do Brasil (1998). Brasília: Senado Federal.

Brasil (2006). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Gestão da educação escolar. Brasília: UnB/ CEAD.

Brasil (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Brasília: Senado Federal.

Brasil (1990). Presidência da República. Lei 8069 de 13 de julho de 1990 (Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente). www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
Cavaliere, Ana Maria (2007). Tempo de escola e Qualidade na Educação Pública. Educação e Sociedade. Campinas: vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1015-1035. www.cedes.unicamp.br.

Cury, C. R. Jamil (2006). O direito à educação: um campo de atuação do gestor. Ministério da Educação.

Demo, Pedro (1992). Formação de professores de básico. *Em aberto*, no. 54, pp. 23-42. Brasília: MEC.

Freire, Paulo (1967). *Educação como prática da liberdade*. Paz e Terra.

Freire, Paulo (1980). *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. [trad. de Kátia de Mello e Silva]. Cortez & Moraes.

Haddad, Sérgio (2004). O Direito à Educação no Brasil. Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação. DHESC-Brasil. (Documento da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação - Projeto Relatores Nacionais em DhESC - Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais - DhESC Brasil - Apoio: Programa das Nações Unidas para o Voluntariado e Secretaria de Estado dos Direitos Humanos – MJ). http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12485&Itemid=784

Pinho, Luiz (2007). Cultura e Clima Organizacional: as causas do absenteísmo visto como efeito e não como causa do comportamento organizacional. Revista Eletrônica Gestão e Negócios. Volume 5 – nº 1. http://www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes_pdf/administracao/v5_n1_2014/Luiz.pdf

Winnicott, D.W. (1983). O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artmed.

AUTORIA



Otacílio José Ribeiro

Psicanalista e Psicopedagogo. Mestre em Engenharia de Produção na área de Mídia e Conhecimento (UFSC) – Especialista em Psicopedagogia e Metodologia do Ensino Superior (UEMG) - Gestão Escolar (UFMG) – Formação em Psicanálise (CPMG). Graduado em Matemática Pura, dedicou-se ao magistério na educação básica e superior além da pós graduação, inclusive na formação de professores e psicopedagogos/as. Exerceu por mais de uma década a Gestão Educacional. Atualmente, dedica-se ao exercício da Psicopedagogia Clínica com lastros institucionais e Psicanálise Clínica. É gestor do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais, onde responde pela diretoria administrativa e financeira, na formação de novos psicanalistas.

